



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

CRISTIANE DA PENHA NASCIMENTO NOGUEIRA

**O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS: PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO
E ATUAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE RIO BRANCO**

RIO BRANCO - ACRE
2025

CRISTIANE DA PENHA NASCIMENTO NOGUEIRA

**O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS: PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO
E ATUAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE RIO BRANCO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal do Acre para a
obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Formação e Trabalho Docente

Orientadora: Profa. Dra. Grace Gotelip Cabral

RIO BRANCO - ACRE

2025

Ficha Catalográfica
Biblioteca Central da UFAC

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC,

N778t Nogueira, Cristiane da Penha Nascimento, 1978 -
 O tradutor intérprete de libras: perspectivas de formação e atuação no contexto
educacional de Rio Branco / Cristiane da Penha Nascimento Nogueira; orientador: Prof.^a
Dr.^a Grace Gotelip Cabral – 2025.
 124 f.: il.; 30 cm.

Inclui anexos.

Dissertação (Mestrado) submetida ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado em
Educação da Universidade Federal do Acre para a obtenção do título de Mestre em
Educação.

1. Tradutor e Intérprete de Libras. 2. Formação e atuação em Libras. 3. Necessidades
formativas. 4. Práxis. I. Cabral, Grace Gotelip (Orientadora). II. Título.

CDD: 371.912

CRISTIANE DA PENHA NASCIMENTO NOGUEIRA

**O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS: PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO
E ATUAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE RIO BRANCO**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado em 17 de abril de 2025 por
Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Grace Gotelip Cabral
Orientadora - UFAC

Prof. Dr. Diego Maurício Barbosa
Examinador Externo - UFG

Prof. Dr. Alexandre Melo de Sousa
Examinador Interno - UFAC

RIO BRANCO - ACRE
2025

Aos meus filhos.
Aos meus professores e amigos Surdos.
Aos meus colegas tradutores e intérpretes de Libras.

AGRADECIMENTOS

Este momento é de grande emoção para mim, pois finalizar este trabalho era meu grande desejo e, com ele, muitas pessoas se fizeram presentes em determinado momento dessa caminhada, se fazendo importantes no meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico.

Primeiramente, agradeço a Deus por me sustentar diante deste desafio que foi estudar e, ao mesmo tempo, cuidar das minhas necessidades e dos meus dois filhos.

À Universidade Federal do Acre (UFAC), por se manter uma instituição que acredita na pesquisa, que incentiva os novos pesquisadores acreanos e que prima pela educação pública, gratuita e de qualidade, investindo na ciência por meio de seus programas de Pós-Graduação.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, minha casa profissional, pela liberação para cursar este curso de Pós-Graduação, isso mostra o seu compromisso com a qualificação do seu quadro de servidores.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAC), um programa com o corpo docente altamente qualificado e que abriu as portas da pesquisa para mim, do qual sempre terei boas lembranças.

À minha orientadora, Profa. Dra. Grace Gotelip Cabral, a quem carinhosamente me refiro como “mamis Grace”, uma profissional que me enche os olhos e me passa confiança diante do gigantesco conhecimento a respeito dos processos que envolvem a Educação e seus profissionais. Aprendi, e ainda aprendo, muito com você, gratidão querida!

Ao Prof. Dr. Nádson Araújo, nosso coordenador, por sempre estar disposto a ouvir, entender e orientar para o bom funcionamento dos trabalhos deste tão primoroso programa.

Quero agradecer a todos os professores do PPGE e, em especial, ao Prof. Dr. João Francisco, por todos os momentos, pela inspiração, pelos esclarecimentos, pelos conselhos, pelos puxões de orelhas e por ser um ser humano preocupado com seus alunos, dando sempre o exemplo profissional que podemos seguir sem medo.

Aos meus colegas de turma, por todos os momentos que pudemos compartilhar. Todos eles ainda estão guardados em minha memória e me alegra saber que passamos por essa jornada “juntos”. Vamos, então, aos grupos (risos). Gratidão ao Grupo “Confra” (que foi renomeado para “Muro das Lamentações” para melhor condizer com a fase das qualificações e defesas). Gratidão ao Grupo “Libras Mestrado 2023”, onde pude colaborar com meus mestres e amigos Surdos. Agradeço ao Grupo “Quarteto de Libras” (Amarildo, Tamila, Sônia e eu), onde sempre discutimos questões importantes para o desenvolvimento do trabalho na Libras dentro dos programas nos quais fazemos monitoria. Gratidão ao Grupo “Tricô Acadêmico” (Igor, Jeferson,

Luciana Rufino, Luciana Nogueira, Naiana e Nephi), foram muitas risadas e análises compartilhadas, é realmente muito bom estar com vocês.

Ao Prof. Dr. Alexandre Melo, que foi um dos maiores incentivadores neste processo, que, em um dos momentos mais desafiantes da minha vida, me lembrou de que eu tinha muito a contribuir para a minha área. Minha gratidão!

Ao Prof. Dr. Diego Maurício Barbosa e Prof. Dr. Alexandre Melo, pelas contribuições certeiras no texto da qualificação que balizaram nosso olhar, redirecionaram nosso foco e nos permitiu chegar à construção final do texto da Dissertação. Gratidão, queridos!

Aos meus amigos de perto e de longe, que me acompanham de alguma forma, sabem das minhas batalhas e sempre conseguem uma forma de me auxiliarem, mesmo que eu não peça. Cada vez que saí de casa ou recebi alguém, foram momentos valiosos que Deus preparou no momento certo para me dar forças quando eu estava mais precisando de auxílio. Vocês foram anjos, acreditem!

À minha irmã Silvia e meus sobrinhos, Silmara e Wenderson, pelo amor, carinho e cuidado comigo e com meus filhos durante todos esses anos; nossa unidade familiar permanece, mesmo diante de todas as dificuldades que nos são apresentadas ao longo desses últimos anos.

Minha profunda gratidão e amor pelos meus filhos, Ana Sarah e Gabriel, vocês me fizeram mãe e, durante este tempo, não pude ser como eu gostaria, por conta de todos os desafios que se apresentaram e que me proporcionaram um redesenho de nossas vidas. Sem vocês, nada disso seria possível, pois esta conquista também é de vocês, meus amores!

Agradeço ao meu amigo e companheiro, Paulo Roberto, por todo apoio nos últimos meses desta jornada acadêmica! Os conselhos e os momentos de acolhimento ficaram eternizados.

RESUMO

O presente estudo tem como tema central a discussão sobre as necessidades formativas dos Tradutores Intérpretes de Libras (TILS) no município de Rio Branco - Acre. O objetivo geral da pesquisa consistiu em identificar as necessidades formativas dos TILS no processo de ensino-aprendizagem com alunos Surdos no Ensino Fundamental II em escolas públicas no município de Rio Branco apontando alternativas formativas para a melhoria da sua atuação. A questão problematizadora da pesquisa indagou quais são necessidades formativas são identificadas pelos TILS que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental nas escolas públicas de Rio Branco e de que maneira a formação continuada poderia contribuir para o aprimoramento de sua *práxis*? Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida na perspectiva de um estudo de caráter exploratório-descritivo. Os sujeitos participantes da pesquisa foram dez TILS que atuam no Ensino Fundamental II. Os dados foram produzidos por meio de questionário elaborado no *Google Forms*, e posteriormente organizados em categorias a partir das dimensões presentes no questionário, definidas *a priori*, em conformidade com a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). Como referencial de análise teórico-metodológico, utilizaram-se categorias do Materialismo Histórico-Dialético (MHD), Historicidade, Práxis, Trabalho e Contradição. Os resultados encontrados apontam que os TILS que atuam/atuaram no Ensino Fundamental II, no ano de 2024 têm necessidades formativas que vão desde as lacunas da formação inicial, que impõem inúmeros desafios em sala de aula, até a ausência de formação continuada adequada. Verificou-se que estas necessidades precarizam o trabalho do TILS, levando-os a buscarem, por conta própria, a qualificação. O estudo indica a necessidade da oferta de formação inicial para os TILS condizente com a legislação nacional, bem como a formação continuada específica para sua atuação nos níveis e modalidades nas quais estes profissionais atuam para que sua *práxis* possa contribuir para a efetiva inclusão escolar de alunos Surdos e para a transformação da realidade.

Palavras-Chaves: Tradutor e Intérprete de Libras. Formação e atuação. Necessidades
|Formativas. Práxis.

ABSTRACT

This study centers on the discussion of the formative needs of Sign Language Translators and Interpreters (TILS). The research's general objective was to identify the formative needs of TILS in the teaching-learning process with Deaf students in Elementary School II, within public schools in Rio Branco, Acre, outlining formative alternatives to enhance their performance. The research question explored what formative needs are identified by TILS working in the Final Years of Elementary School, in Rio Branco's public schools, and how continuing education can improve their Praxis? This research adopts a qualitative approach, developed within an exploratory-descriptive study framework. The participants comprised 10 (ten) TILS working in Elementary School II. Data were collected via a Google Forms questionnaire and subsequently organized into categories based on pre-defined dimensions, in accordance with Bardin's (1977) Content Analysis. Historical-Dialectical Materialism (HDM) categories served as the theoretical-methodological analysis framework. Findings indicate that TILS working/worked in Elementary School II during 2024 exhibit formative needs ranging from initial training gaps posing classroom challenges to inadequate continuing education. These needs often precarize TILS's work, prompting self-driven qualification efforts. The study underscores the necessity for initial TILS training consistent with national legislation, alongside specific continuing education for their roles across various educational levels and modalities, to enhance their praxis and contribute to the effective school inclusion of Deaf students, thereby transforming reality.

Keywords: libras interpreter and translator. raining and performance. needs training. praxis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Levantamento de pesquisas sobre o TILS realizadas no período de 2010 a 2023.....

Gráfico 2 - Faixa etária dos TILS

Gráfico 3 - Tempo de atuação como TILS

Gráfico 4 - Regime de contratação

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Como você supera/resolve suas dificuldades?
Tabela 2 - Principais dificuldades na atuação profissional.....
Tabela 3 - Sentimento em relação ao desenvolvimento profissional
Tabela 4 - Necessidades para aprimoramento do trabalho
Tabela 5 - Necessidades formativas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Números de trabalhos por descritores na BDTD (2010-2023)	
Quadro 2 - Critérios de inclusão e exclusão	
Quadro 3 - Números de trabalhos identificados na BDTD por instituição.	
Quadro 4 - Distribuição dos TILS por nível de atuação	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASTILEAC	Associação dos Profissionais Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais no Estado do Acre – ASTILEAC
BDTD	Banco Digital de Teses e Dissertações
CAS	Centro de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez
CERB	Colégio Estadual Rio Branco
CEBRB	Colégio Estadual Barão do Rio Branco
CBO	Código Brasileiro de Ocupações
CTILS	Curso de Tradução e Interpretação da Libras
EaD	Ensino à Distância
GILS	Guia Intérprete de Língua de Sinais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBB	Igreja Batista do Bosque
IFAC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
INEP	Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
FEBRAPILS	Federação Brasileira das Associações de Profissionais Tradutores Intérpretes e Guias Intérpretes de Língua de Sinais
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
MHD	Materialismo Histórico-dialético
MEC	Ministério da Educação
MMS/IBB	Ministério Mãos do Senhor/Igreja Batista do Bosque
PCCR	Plano de Cargos Carreiras e Remunerações
PCCTAE Educação	Plano de Carreira dos Cargos dos Técnicos Administrativos em Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROLIBRAS	Exame nacional para Certificação de Proficiência no Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e para Certificação de Proficiência na Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa
SEE/AC	Secretaria de Estado de Educação do Acre

SEME	Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TILS	Tradutor Intérprete de Libras
TILSE	Tradutor Intérprete de Libras Educacional
TILSP	Tradutor Intérprete de Libras – Português
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I	29
PELAS TRILHAS METODOLÓGICAS A INCURSÃO NO OBJETO DE PESQUISA	29
1.1 Memorial descritivo	29
1.2 Natureza da pesquisa e sua caracterização	32
1.3 Situando o contexto de realização da pesquisa: sujeitos participantes	33
1.4 Métodos, técnicas e instrumento de coleta e produção de dados	34
1.5 Sistematização, análise e tratamento de dados	40
CAPÍTULO II	42
ASPECTOS LEGAIS DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS	42
2.1 A historicidade da formação e regulamentação profissional tradutor e intérprete de Libras	42
CAPÍTULO III	52
PANORAMA DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL	52
3.1 A institucionalização da Língua Brasileira de Sinais e os desafios na atuação do tradutor e intérprete de Libras	52
3.2 A regulamentação do exercício profissional do tradutor e intérprete de Libras no Brasil	56
3.3 O tradutor e intérprete de Libras e as exigências formativas para o exercício profissional	59
3.4 Os profissionais tradutores e intérpretes de Libras no Acre: perspectivas formativas em construção	63
3.5 Formação inicial e continuada dos TILS: o enfrentamento às necessidades formativas	67
3.6 Formação inicial e continuada do TILS no Acre	69
3.7 Necessidades formativas: novas perspectivas para um velho problema	72
CAPÍTULO IV	78
ANÁLISE DE DADOS	78
4.1 Dimensão I - perfil do TILS	82
4.2 Dimensão II - formação inicial e continuada	85
4.3 Dimensão III - desenvolvimentos profissional e necessidades formativas	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	107

INTRODUÇÃO

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados, mas nem sempre conhecidos (Duarte, 2002).

Ao longo dos anos 1980, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Declaração de Jomtien) provocou um significativo avanço nas políticas educacionais globais. Em seu Art. 3, a declaração ressaltava a necessidade da adoção de “medidas que garantisse a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo” (Jomtien, 1990). Dessa forma, a educação passou a ser reconhecida como um direito humano fundamental e norteador para a formulação de políticas mais inclusivas e para a promoção de práticas pedagógicas que valorizassem as diversidades humanas.

Nesse sentido, com o aumento significativo da população de Surdos¹ indicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas últimas décadas, impôs-se ao Estado brasileiro a necessidade de formular e implementar políticas públicas que garantissem o direito linguístico, o acesso à educação de qualidade e a oferta de serviços condizentes com as necessidades linguísticas das pessoas de Surdos.

O Censo do IBGE do ano de 2000 apontava que havia cerca de 5,7 milhões de pessoas diagnosticadas com perda auditiva, o que representava 3,2% da população brasileira à época. Não seria mais possível, ao Estado brasileiro, ignorar esta parcela da população, tampouco permitir que a Língua Brasileira de Sinais ocupasse apenas espaços formais de educação.

Apesar deste mapeamento da realidade, a primeira medida legal só veio a ser publicada dois anos depois, com a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, reconhecendo Libras como meio de comunicação e expressão da comunidade de Surdos das áreas urbanas. A partir dela, a população de Surdos em faixa etária escolar passou a ter seu acesso à Educação Básica resguardado e surgiram os primeiros cursos de formação inicial na área da Libras, sua tradução e interpretação.

Alguns anos depois, em 2010, o Censo registrava 9,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva no Brasil, o que representa 5,1% da população total daquele ano. Este

¹ Ao longo desta pesquisa, optaremos por utilizar a palavra "Surdo" com "S" maiúsculo para nos referir aos indivíduos que se identificam com a cultura surda. Esta escolha linguística tem como objetivo reconhecer a identidade cultural e linguística dos Surdos como um grupo social com características próprias que utilizam a Língua Brasileira de Sinais como língua materna e compartilham valores, costumes e experiências em comum (Quadros; Perlin, 2007, p. 63).

aumento, em comparação ao Censo de 2000, esteve ligado a dois fatores. Primeiro, o Estado passou a implementar campanhas de conscientização da população, com o objetivo de tornar seus dados mais precisos e reais. Segundo, houve o aprimoramento do trabalho técnico dos profissionais do IBGE responsáveis pela coleta e registro das informações dadas pelos cidadãos. Consequentemente, esta população de Surdos mais numerosa e consciente de seus direitos passou a pressionar o Estado brasileiro por mais políticas públicas de inclusão que atendessem a suas necessidades educacionais e seus direitos linguísticos e culturais.

Historicamente, as pessoas Surdas têm lutado por seus direitos, protagonizando verdadeiras resistências diante da imposição de uma língua que não é sua língua materna. A exemplo, temos a atuação do Movimento Surdo contra o fechamento de escolas de Surdos, como o INES, que trouxe frutos e é um exemplo emblemático da força e da organização deste movimento. Além disso, as reivindicações por acessibilidade comunicacional, por meio da presença de Tradutores Intérpretes de Libras, têm impulsionado a expansão da profissão e o reconhecimento da importância deste profissional em diversos contextos sociais (Campelo; Rezende, 2014, p. 89).

Ao longo das últimas décadas, o crescimento da população Surda no Brasil tem sido acompanhado por uma crescente demanda por políticas públicas que garantam seus direitos linguísticos e culturais. A Educação Inclusiva, que valoriza a diversidade linguística e cultural, tem se consolidado como um direito fundamental para os Surdos, garantindo-lhes o acesso ao conhecimento e a plena participação social. Esta dinâmica demonstra a íntima relação entre o aumento demográfico da população Surda e a luta por uma sociedade mais justa e equitativa.

Com a massiva ampliação das políticas de inclusão no país, sobretudo no campo educacional, e diante da necessidade urgente em inserir, nesse cenário, um profissional que intermediasse a comunicação entre professores e alunos, a figura do Tradutor e Intérprete de Libras começa a ser entendida como indispensável para garantir a acessibilidade comunicacional e para a plena participação dos estudantes Surdos no processo de ensino-aprendizagem nas salas de aulas das escolas brasileiras, onde todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprender e se desenvolver.

Todavia, é importante destacar que esta atuação existia, porém, a maioria dos intérpretes que antecederam esse período se concentrava em contextos mais restritos, como instituições religiosas, ou no âmbito familiar, quando parentes ou amigos próximos dos Surdos desempenhavam este papel de maneira informal, tentando intermediar as necessidades das pessoas Surdas em locais públicos (França, 2023, p. 31).

A partir deste cenário, a inclusão de alunos com deficiência em salas de aula tem criado, ainda hoje, muito debate, especialmente acerca das orientações postas nas Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica, sugerindo “professores capacitados e especializados”, “flexibilizações e adaptações curriculares”, “avaliação pedagógica no processo de ensino e aprendizagem” “temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades dos alunos com deficiência”, “rede de apoio institucional”, entre outros (Brasil, MEC, 2001, p. 49).

Mesmo com todas as orientações, o que ocorre nas escolas cotidianamente é um desafio constante, exigindo a mobilização de diversos atores sociais para a construção de uma educação inclusiva de qualidade. A legislação brasileira, embora estabeleça diretrizes claras para a inclusão, não garante, por si só, a efetivação deste direito na prática.

No campo da educação, a garantia do direito de todos os alunos desenvolverem suas potencialidades e adquirirem as competências necessárias para o exercício da cidadania é um princípio ratificado e protegido pela qualidade de uma educação que satisfaça as suas necessidades, desejos e características. Para que este direito seja efetivado, é imprescindível que a Educação seja personalizada e individualizada, adaptando-se às necessidades, interesses e características únicas de cada estudante.

A qualidade educacional, nesse contexto, vai além da transmissão de conhecimentos, englobando a criação de ambientes de aprendizagem que promovam o desenvolvimento integral do indivíduo. Entretanto, somente a partir da aprovação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a Libras passou a ser reconhecida como um meio legal de comunicação e expressão no país e os intérpretes passaram a ter visibilidade.

O exposto pode ser considerado o ponto de partida para este estudo, pois provocou muitas inquietações que culminaram na realização desta pesquisa, a fim de compreender como e em que circunstâncias o trabalho do TILS foi se desenhando e como ele foi se profissionalizando. Buscamos também identificar as necessidades formativas dos TILS, que, em sua maioria, têm como ancoradouro de atuação profissional os espaços religiosos.

Ao nos debruçarmos sobre as origens da atuação profissional do TILS, observamos que ela inicialmente ocorrerá em ambientes informais de aprendizagem profissional, nomeadamente em igrejas e/ou em conferências religiosas e a partir do contato com amigos ou familiares Surdos, dando à atuação uma “conotação caritativa” e assistencialista (Marques, 2017, p. 34).

A aprovação da Lei nº 10.436/2002 é considerada um marco temporal para a chegada dos TILS na escola, uma vez que impulsionou o desenvolvimento de estudos voltados não somente para a compreensão da atuação deste profissional, mas para outros aspectos

significativos do seu desenvolvimento profissional, formação e designação, embora a forma de designar o tradutor intérprete, por encontrar-se em construção, permita o uso de muitas terminologias para nomear o trabalho do profissional que atua traduzindo e interpretando a Libras.

A diversidade terminológica empregada para nomear o profissional que traduz e interpreta a Libras reflete a natureza complexa e em constante construção desta área de conhecimento.

Quadros (2005, p. 7) o denomina de Intérprete de Língua de Sinais (ILS), caracterizando-o como “pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais”. Nascimento (2012, p. 57) propõe a denominação Tradutor Intérprete de Libras/Português (TILSP) para designar o profissional que atua nesta área no Brasil. Segundo o estudioso, “o profissional que atua no Brasil, irá deparar-se com essa relação biunívoca: Libras-Português-Libras, mas essa relação não impede que os pares linguísticos no processo de tradução/interpretação sejam outros”, ampliando, assim, o rol de suas atribuições e exigindo uma adaptação constante às diversas demandas comunicacionais.

Martins (2017, p. 30) reforça que comumente se diz TILS referindo-se ao profissional que lida com as duas línguas, seja traduzindo, seja interpretando. A autora traz também esta nomenclatura com um conceito em que o “E” pode ser também utilizado para se referir ao profissional que atua diretamente em sala de aula, o Tradutor e Intérprete de Libras Educacional (TILSE). Chamar um tradutor e intérprete de línguas sinais de Tradutor e Intérprete de Línguas de Sinais Educacional (TILSE) é uma forma de expressar a expertise deste profissional na área de Educação (Martins, 2017, p. 30).

A sigla TILSE destaca a especificidade do trabalho destes profissionais em ambientes escolares, universitários e em outras instituições de ensino, onde o trabalho do tradutor vai além da mera tradução e interpretação. Neste ambiente, é exigido do TILS um profundo conhecimento não apenas da Libras, mas também dos métodos de ensino, dos aspectos curriculares e das necessidades específicas dos alunos Surdos.

Esta distinção é importante porque o contexto educativo exige outras competências do tradutor, como a compreensão do vocabulário acadêmico, a adaptação de expressões complexas à linguagem poética e a colaboração com professores e outros profissionais da Educação, promove o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e que respeita às diferenças (Martins 2017, p. 30).

Utilizar a sigla TILSE é reconhecer a contribuição destes profissionais para a inclusão e o sucesso educacional de alunos Surdos no seu processo de escolarização na Educação Básica, ao atuar como parte da acessibilidade necessária para o entendimento entre os Surdos e não Surdos, garantindo que os estudantes Surdos tenham acesso pleno aos conteúdos e atividades escolares, participando ativamente das aulas e desenvolvendo suas habilidades cognitivas e sociais em igualdade de condições com seus pares ouvintes.

A fim de alcançar uma compreensão mais aprofundada do papel desempenhado pelo profissional TILS e delimitar as especificidades de sua atuação, torna-se imprescindível estabelecer uma distinção clara entre os processos de tradução e interpretação. Esta diferenciação é fundamental para que se possa apreender a complexidade da mediação linguística realizada por estes profissionais que atuam em contextos diversos e exigem habilidades e conhecimentos específicos.

De acordo com Hurtado Albir (2008, p. 98), a “razão de ser da tradução é estabelecer comunicação entre línguas e culturas, para destinatários que desconhecem as línguas e culturas ao qual se está se formulando a partir de um texto original”, com a finalidade variando de acordo com as necessidades dos interlocutores. O tradutor atua como um verdadeiro mediador cultural, possibilitando a troca de conhecimentos entre pessoas que falam línguas diferentes. Por exemplo, se você deseja conhecer a literatura de um país estrangeiro, mas não domina a língua local, o tradutor será o responsável por transpor as nuances culturais e linguísticas do texto original para a sua língua, proporcionando uma experiência de leitura rica e autêntica.

No contexto das línguas de sinais, o tradutor desempenha um papel fundamental na mediação entre a Libras e a língua portuguesa. Sua função consiste em transformar textos escritos de uma língua para outra, exigindo um profundo conhecimento linguístico e cultural. Esta tarefa, embora desafiadora, é essencial para garantir a acessibilidade de informações e a inclusão de pessoas Surdas. É importante ressaltar que a tradução entre Libras e português apresenta particularidades que a diferenciam de outras modalidades de tradução, uma vez que as línguas de sinais possuem características visuais e espaciais que não encontram correspondentes exatos na língua oral. Além disso, as línguas, tanto a Libras, quanto a língua portuguesa, estão em constante evolução.

Para Quadros (2005, p. 9), a “interpretação sempre envolve as línguas faladas/sinalizadas, ou seja, nas modalidades orais-auditivas e visuais-espaciais”, pode ser simultânea ou consecutiva e é utilizada em tempo real. Logo, a interpretação é um processo dinâmico que ocorre em diversos ambientes, facilitando a comunicação entre pessoas que

utilizam diferentes línguas. No caso da Língua Brasileira de Sinais, o intérprete desempenha um papel fundamental ao mediar a comunicação entre Surdos e ouvintes.

A atuação deste profissional abrange uma ampla gama de contextos, desde eventos sociais e culturais até situações mais formais, como reuniões de trabalho e consultas médicas. A especificidade da Libras, uma língua visual-espacial, exige do intérprete habilidades e conhecimentos específicos para garantir a fidelidade e a clareza da mensagem transmitida. Contudo, é fundamental ressaltar que a atuação do TILS, no contexto educacional, demanda habilidades e conhecimentos específicos que vão além da simples proficiência nas línguas portuguesa e Língua Brasileira de Sinais.

A complexidade do ambiente escolar, com suas dinâmicas particulares, exige dos TILS uma formação inicial e continuada que contemple as especificidades da mediação linguística em sala de aula. Nesse sentido, é imprescindível que se reconheça a distinção entre a atuação do TILS educacional e outros profissionais que atuam com a Libras em outros contextos, como eventos, atendimentos clínicos ou jurídicos.

Destaca-se que as indagações a respeito da formação e atuação do TILS sempre permearam os ambientes coletivos de discussões desde a regulamentação desta profissão por meio da Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. Se tomarmos esta lei como marco temporal, esta discussão acaba sendo, de certa forma, “recente no campo da pesquisa em relação a outros objetos de pesquisa da área das Ciências Humanas” (Nascimento, 2016, p. 40), visto que a inclusão escolar também foi referenciada no Capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no ano de 1996.

Frente ao exposto, considerando a historicidade do objeto de estudo e a necessidade de sua contextualização, nos debruçamos a descrever o seu estado da arte. Para tanto, utilizamos como método a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), que, segundo Costa e Zoltowski (2015, p. 54), “é um método que permite maximizar o potencial de uma busca, encontrando o maior número possível de resultados de uma maneira organizada”. Com ela, é possível fazer a “delimitação da questão a ser pesquisada” (idem) a partir de filtros que mostrarão os resultados de forma mais precisa.

Para o levantamento, utilizamos a Base Digital de Teses e Dissertações (BDTD), comumente utilizada para pesquisas acadêmicas *stricto sensu*. Iniciamos a busca utilizando como descritores as palavras-chaves intérprete de Libras; formação do intérprete de Libras, e atuação do intérprete de Libras. As consultas à BDTD foram realizadas no segundo trimestre de 2023, entre os meses de março e maio.

No recorte temporal definido para a busca, identificamos 36 trabalhos cadastrados em diversas instituições de Ensino Superior no Brasil, públicas ou privadas, como sistematizado no Quadro 1.

Quadro 1 - Números de trabalhos por descritores na BDTD (2010 - 2023)

Instituições de Ensino Superior	Número de trabalhos	Instituições de Ensino Superior	Número de trabalhos
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	13	Universidade do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI)	1
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	2	Universidade de Caxias do Sul (UCS)	1
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	3	Universidade Estadual de Goiás (UEG)	1
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	2	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	1
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	2	Universidade Federal de Goiás (UFG)	1
Centro Universitário Braz Cubas (CUB)	1	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1
Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP)	1	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	1
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	1	Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)	1
Universidade Católica do Pernambuco (UNICAP)	1	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	1
Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)	1		

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Para o refinamento nos parâmetros de filtragem, utilizamos o recorte temporal de 13 anos (2010 - 2023), tendo como referencial, principalmente, os marcos da legislação em 2010. A partir do levantamento apresentado no Gráfico 1, é possível visualizar a distribuição dos 36 trabalhos de pesquisa em percentuais por ano de ocorrência.

Gráfico 1 - Levantamento de pesquisas sobre o TILS realizadas no período de 2010 a 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Uma vez identificados os trabalhos na BDTD e o ano de realização, a próxima etapa consistiu em identificar as temáticas abordadas. Os trabalhos se concentram nas áreas de Distúrbios da Comunicação, Educação Especial, Educação, Linguagem e Tecnologias e Letras, sendo todos escritos em língua portuguesa.

Nas teses e dissertações do período, prevalecem discussões sobre a formação específica para a atuação do TILS, a possibilidade da denominada codocência no processo de ensino-aprendizagem, os processos de tradução e interpretação da Libras, a qualidade do trabalho entregue por eles e seu impacto no sucesso acadêmico dos alunos Surdos.

Foram estabelecidos também critérios de inclusão e exclusão, de forma que fossem identificados apenas estudos realizados em pesquisas que geraram dissertações e teses.

Quadro 2 - Critérios de inclusão e exclusão

Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
I - Estudos e pesquisas em nível de mestrado e doutorado sobre a formação e atuação do Tradutor Intérprete de Libras educacional.	II - Trabalhos em nível de Graduação, Pós-Graduação <i>lato sensu</i> , ou artigos científicos.
II - Trabalhos que se relacionem na investigação com o tema formação e atuação do Tradutor Intérprete de Libras educacional.	II - Estudos e textos teóricos, relatos de experiência ou de natureza apenas conceitual.

III - Dissertações e teses disponíveis online na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

III - Trabalhos em que não há relação com a formação e atuação do tradutor intérprete de Libras educacional.

IV - Estudos dos últimos 13 anos.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Entretanto, no processo de refinamento, ao ser aplicado os critérios à busca, como descritos no Quadro 2, verificamos que apenas 14 trabalhos se enquadram no perfil de busca, sendo 11 dissertações e três teses. Os demais, embora discutam temas relacionados ao TILS, não focam na sua formação e/ou atuação para/no contexto educacional, especialmente na sala de aula. Destaca-se que, após a aplicação dos referidos critérios, para a identificação das temáticas e discussões realizadas nos trabalhos, utilizamos como estratégia a leitura dos títulos, resumos e considerações finais.

Observamos que, mesmo que a lei que regulamentou a profissão do TILS seja de 2010, decorridos 13 anos, os estudos sobre a sua atuação nos mais diversos contextos, a viabilidade da comunicação entre Surdos e não Surdos e a formação específica do profissional TILS são prevalentes. Entretanto, pesquisas que se atêm a estudar a atuação destes profissionais no contexto educacional, sobretudo em salas de aula na Educação Básica, ainda são incipientes.

Ao concluirmos o mapeamento das produções acadêmicas existentes sobre o tema e identificarmos as lacunas existentes nas pesquisas realizadas acerca do nosso objeto de estudo - formação e atuação do TILS no contexto das salas de aula da Educação Básica -, fomos impulsionados à realização do estudo, a fim de contribuir, de alguma maneira, para o avanço do conhecimento nesta área. Dos 36 trabalhos de dissertação e teses elegidos inicialmente, após a aplicação dos critérios e das estratégias para a identificação dos focos dos estudos, apenas 14, como apresentados no Quadro 3, ajudaram, de forma importante, na construção do referencial teórico adotado para a realização desta pesquisa.

Quadro 3 - Números de trabalhos identificados na BDTD por instituição

IES	NÚMERO DE TRABALHOS
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	6
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	2
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1

Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1
Universidade de Caxias do Sul (UCS)	1
Universidade Estadual de Goiás (UFG)	1
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Frente aos trabalhos aqui apresentados que atendem aos critérios estabelecidos e correlacionam-se com o objeto de estudo desta pesquisa, se faz necessário evidenciar o nascedouro da nossa pesquisa, que nasce da inquietação por compreender o contexto de atuação e as necessidades formativas dos tradutores intérpretes no processo de ensino-aprendizagem de alunos Surdos em salas de aula nos anos finais do Ensino Fundamental.

Do ponto de vista pessoal, o tema sempre despertou em nós reflexões sobre quem são estes profissionais e quais são suas reais necessidades no desenvolvimento profissional? Como eles se apropriam dos conhecimentos didático-pedagógicos no contexto da sala de aula? Como são desenvolvidas as ações de formação continuada pela Secretaria de Estado de Educação? Que modelo de formação mais se aproxima das demandas que a escola na atualidade apresenta? Estas e muitas outras inquietações motivaram e nos moveram à sua realização.

Quanto às razões que, do ponto de vista profissional, justificam a sua realização, destaca-se, além da minha experiência como tradutora intérprete, o meu desenvolvimento profissional na docência no ensino da Libras no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), onde construí as mais valiosas experiências no Curso Técnico de Tradução e Interpretação da Libras.

O curso teve início no ano de 2017 e encerrou suas atividades no primeiro semestre de 2024, quando a última turma finalizou sua última disciplina remanescente. O Curso Técnico em Tradução e Interpretação da Libras formou cerca de 80 profissionais, entregando ao mundo do trabalho profissionais com uma formação inicial consolidada. Foi nessa ocasião que tive a oportunidade de aprofundar os meus estudos acerca da formação inicial e continuada do TILS e me questionar sobre os limites da formação técnica e generalista, que não abrange aprendizados necessários ao desenvolvimento profissional.

Dessa forma, com o objetivo de identificar as necessidades formativas dos tradutores intérpretes de língua de sinais no processo de ensino-aprendizagem com alunos Surdos no Ensino Fundamental II em escolas públicas no município de Rio Branco, Acre, apontando

alternativas formativas para a melhoria da atuação do TILS, a partir dos elementos didáticos presentes/ausentes na sala de aula, definimos a pergunta de pesquisa que balizou a realização deste estudo: *que necessidades formativas são identificadas pelos TILS que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental nas escolas públicas de Rio Branco e de que maneira a formação continuada poderia contribuir para o aprimoramento de sua práxis?*

É importante ressaltar que o recorte feito com profissionais que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental se justificou, primeiramente, pelo fato de que, na pesquisa documental, é nele que consta o maior número de TILS em atuação e porque, na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, o profissional que atua com os estudantes é o professor bilíngue.

Portanto, estabelecemos como objetivo geral apontar as necessidades formativas dos tradutores intérpretes de língua de sinais no processo de ensino-aprendizagem com alunos Surdos no Ensino Fundamental II em escolas públicas no município de Rio Branco, Acre, indicando alternativas formativas para a melhoria da atuação.

Para garantir a efetividade da pesquisa e a obtenção de resultados relevantes, a partir do objetivo geral estabelecido, procedemos à delimitação de objetivos específicos, que, cuidadosamente elaborados, serviram como um guia essencial para a construção do instrumento de pesquisa, assegurando que as questões formuladas estivessem diretamente alinhadas aos propósitos do estudo.

Assim, buscamos mapear a formação dos tradutores intérpretes de Libras que atuam em salas de aulas nas escolas públicas urbanas de Ensino Fundamental II no município de Rio Branco, traçando o perfil dos tradutores intérpretes, com o intuito de descrever os desafios vivenciados pelos TILS no desenvolvimento profissional, além de descrever as necessidades formativas apresentadas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos Surdos, propondo alternativas para a formação continuada destes profissionais.

A definição de objetivos específicos permitiu uma abordagem mais focada e estruturada na coleta de dados, direcionando a investigação para os aspectos mais relevantes da temática em análise. Esta delimitação contribuiu para a elaboração de um instrumento de pesquisa preciso e abrangente, capaz de produzir as informações necessárias para alcançar os objetivos do estudo.

Para a realização do estudo e construção de seus marcos teórico-conceituais, optamos por fundamentar o estudo a partir dos seguintes referenciais: Quadros (2005), cujo referencial nos apropriamos para fazer a discussão sobre quem é o profissional tradutor intérprete de Libras e o histórico da sua constituição, especialmente, no Brasil; Lacerda (2005); Damázio (2007) e

Martins (2008), que discutem as relações de saber e poder na inserção do TILS na inclusão escolar do aluno Surdo, trazendo reflexões sobre as (re)criações do sujeito TILS; Lacerda (2009), que discorre a respeito da importância do profissional TILS e a crescente demanda para o campo da Educação; Santos (2010) que nos auxilia no panorama histórico da profissão do TILS; Lacerda et al., (2011); Rodrigues e Valente (2012) e Martins (2013), que adensam o debate sobre a relação de ensino mediada pelo TILS; Marques, (2014), nas discussões acerca dos desafios da política de formação profissional do TILS, e Giamlourença, (2018), sobre o debate da construção profissional do TILS e as experiências formativas, apresentando diferentes perspectivas da formação (multideterminada, comunitária, sistematizada e em serviço), dentre outros.

Nas opções metodológicas, a pesquisa centrou-se na abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, ela se classifica como um estudo exploratório-descritivo. No que concerne ao tipo de pesquisa, este trabalho é um estudo de caso, conjugado com a análise documental, tendo como referência Minayo (1994); Marconi; Lakatos (1999); Gil (1999) e Yin (2005).

Quanto aos conceitos que estruturam a pesquisa, destacamos inclusão, formação e atuação do tradutor intérprete de Libras, necessidades formativas e práxis.

A escrita do texto da dissertação foi organizada em quatro capítulos. Iniciamos com uma introdução, onde destacamos o objeto de estudo, a justificativa para a sua realização, o referencial teórico-metodológico, a metodologia da pesquisa e a finalização com a estruturação do texto. O capítulo I parte de um memorial situando quem é a pesquisadora, seu lugar de fala e o que ela se propôs a investigar. Na sequência, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, anunciando a natureza do estudo, o campo de realização, os sujeitos participantes, o método, as técnicas e os instrumentos de coleta de dados, os procedimentos utilizados para a apresentação e a análise dos resultados.

O capítulo II aponta os aspectos legais da formação do Tradutor Intérprete de Libras, trazendo um panorama das leis que reconhecem a presença deste profissional, bem como seu papel fundamental como agente de inclusão e a análise e defesa de processos de aprendizagem de duas línguas, através das quais defendemos o bilinguismo no processo de escolarização e educação de Surdos.

O capítulo III indica um panorama do desenvolvimento profissional do Tradutor e Intérprete de Libras Educacional a partir de um breve histórico da profissão no Brasil, descrevendo quem é este profissional e quais são suas atribuições nos quadros da Secretaria de Estado de Educação, momento em que contextualizamos a regulamentação do seu exercício no Brasil e, em especial, no estado do Acre. O capítulo IV discute a formação didático-pedagógica

dos TILS, com a apresentação dos dados empíricos produzidos no campo de realização da pesquisa, destacando as necessidades formativas dos sujeitos participantes do estudo.

Finalizamos tecendo considerações sobre os desdobramentos que poderão aprimorar o projeto institucional de formação e desenvolvimento profissional dos professores TILS, e, nas conclusões e considerações finais, retomamos as proposições do estudo mediante a pergunta de pesquisa e seus objetivos, destacando os principais resultados, apontando a necessidade de novos estudos e incursões que o exercício profissional requer para a efetivação de uma práxis no processo de ensino-aprendizagem no contexto das salas de aula dos anos finais do Ensino Fundamental, elaborando considerações sobre os desdobramentos da pesquisa na direção de aprimorar a formação dos TILS.

CAPÍTULO I

PELAS TRILHAS METODOLÓGICAS A INCURSÃO NO OBJETO DE PESQUISA

Parece que o melhor método, ao se abordar um objeto que se queira pesquisar, seja começar pelo real e pelo concreto, ou o que mais concretamente represente a realidade (Wachowicz, 2001).

Neste capítulo, apresentaremos o percurso metodológico da pesquisa a partir da classificação do estudo, da descrição do campo de realização e dos sujeitos participantes, assim como as técnicas e os instrumentos utilizados na produção dos dados empíricos, além do método de análise que consubstanciou a discussão dos dados produzidos.

Entretanto, como forma de anunciarmos quem é a pesquisadora, qual o seu lugar de fala e que vivências produziram e produzem seu discurso, antes de descrevermos nossa incursão no caminho metodológico da pesquisa, peço licença para fazer uso de uma narrativa na primeira pessoa do singular e contextualizar quem sou, de que lugar eu me posiciono e a partir de que vivências me propus a realizar a pesquisa.

1.1 Memorial Descritivo

Eu sou a filha do meio de três irmãos biológicos. Meu irmão mais velho se chama Darwich, e minha irmã mais nova se chama Silvia. Porém, eu tenho outros dez irmãos do coração que são irmãos biológicos da Silvia. Nasci em Porto Velho (RO) no dia 21 de janeiro de 1978 e, aos 11, retornei ao Acre pela segunda vez para morar com a minha avó, dona Raimunda. Ela morava em uma colônia situada no KM 06 do Ramal Mendes Carlos II, no município de Plácido de Castro, distante, aproximadamente, 100 km da capital.

Quando lá cheguei, era noite, então, não pude ver como era aquele ambiente, e tudo parecia desconhecido para mim. Mas sou capaz de lembrar do que se apresentava pelo cheiro forte do orvalho da noite sobre o pasto e pelos odores específicos de um lugar que tinha gado. Confesso que achei, e ainda acho, esse cheiro muito agradável. Na manhã seguinte, o sol nem tinha raiado e eu já aguardava para ver como era aquele novo local de moradia, que tinha tantos barulhos diferentes do que eu estava acostumada, pois, até aquela etapa da minha vida, vivi em uma casa na área urbana de uma capital e, no meu imaginário, nem existiam lugares como aquele em que eu havia chegado (risos).

Depois de ver tudo aquilo que se apresentava aos meus olhos, tratei de aproveitar toda aquela “liberdade” para viver fora de quatro paredes. Eu sou uma legítima aquariana, gosto de

liberdade. No meu novo lugar, aprendi, juntamente dos meus primos, a andar de bicicleta, a cavalo, subir em lombo de boi, tirar leite, ir para o roçado, carregar água com a lata na cabeça... ê, vidão!

O tempo passou e nos mudamos para o município de Senador Guimard, distante 30 km da capital, mais precisamente na conhecida Curva do Tucumã, e foi lá que fiz amizades que duram até hoje. Me lembro da Escola Boa União, onde estudei, da sala multisseriada, sem paredes, quadro, giz branco e dos professores que por lá passaram, que, a despeito da ausência das condições estruturais da escola, contribuíram tanto com a minha jornada pessoal e acadêmica.

Porém, foi em Rio Branco, na Escola Municipal Dom Giocondo Maria Grotti, que consegui concluir o Ensino Fundamental no ano de 1996. No ano seguinte, fui estudar no colégio queridinho da capital acreana, o antigo CERB, que hoje leva o nome de Colégio Estadual Barão do Rio Branco (CEBRB). Ê, tempo bom... amizades e muitas histórias pra contar.

Após a conclusão do Ensino Médio, em junho de 2002, com 24 anos, ingressei no curso de Licenciatura Plena em História, influenciada pelo professor Marcos Afonso (*in memoriam*), meu professor de Filosofia no Ensino Médio. Como eu também gostava da disciplina de História, optei por ela na Graduação. Minha passagem pela Graduação me rendeu muito boas experiências, amigos e sonhos que, a cada ano, foram se concretizando.

Preciso retornar ao ano de 1999, pois foi a partir dele que começou a se desenhar a Cris Nogueira profissional que muitos conhecem aqui no meu estado. Foi nesse ano que eu conheci a Márcia Bernardino, sua família e seu filho Surdo, Ronald Bernardino. Sem saber como me comunicar com ele, todas as vezes que eu ia visitá-la, me via incomodada, pois adoro poder me comunicar livremente com as pessoas, mas ali não, tudo era diferente e me sentia perturbada. Este pode ser considerado meu primeiro grande desafio.

No ano de 2004, outro fato merece destaque, eu comecei a frequentar os cultos “Passos de fé” na Igreja Batista do Bosque. Naquela ocasião, ficava cada vez mais encantada com a Língua Brasileira de Sinais e como ela poderia dar àquelas pessoas Surdas que frequentavam aquele espaço a oportunidade de aprender e, inclusive, desenvolver sua espiritualidade. Decidi, então, fazer um curso de Libras para poder me comunicar com Ronald e vi ali essa oportunidade.

Bom..., sabemos que houve um período em que a Libras não era ensinada pelo método do Libras em contexto, como é atualmente. Lá fui eu... 20 dias de curso e...? Não sabia nem dizer “oi”. Fiquei bastante frustrada, porque jurava que era simples. Mas não desisti. Comecei

a frequentar as atividades do ministério denominado Mãos do Senhor de segunda a segunda religiosamente (ficou bem real isso... rs) e, em seis meses, eu consegui fazer minha primeira interpretação de uma pregação.

Fui avançando e me apropriando dos conhecimentos nesta área. Em 2006, concluí o curso de Graduação, momento em que tive meu primeiro filho, Gabriel. Na mesma época, fui convidada a me candidatar a vaga de intérprete de atendimento no Centro de Apoio ao Surdo (CAS/AC), que tinha apenas um ano de implantação no Acre. Seguindo os ritos legais, foi necessário ter um curso certificado pela Secretaria de Educação do Estado do Acre para que eu pudesse ser contratada como professora tradutora intérprete. Cumprido o requisito exigido, no ano de 2007, assinei meu primeiro contrato provisório junto à Secretaria de Estado de Educação do Acre (SEE/AC) e fui lotada no CAS, na função de intérprete de atendimento.

Passei dois anos nessa função e tive muitos aprendizados nesse período. Pude conhecer de perto a realidade de pessoas Surdas em busca do acesso aos seus direitos como cidadão. Por vezes, foi bem desafiante, porque foi como desbravar um lugar desconhecido, pois a profissão de intérprete sequer era reconhecida e, então, muitas vezes precisei ser enfática sobre o direito legal de acessibilidade daqueles Surdos usuários.

No ano de 2009, a coordenadora do CAS me convidou para fazer parte do Núcleo de Capacitação. A essa altura, eu já tinha passado no Prolibras para uso e ensino e tradução e interpretação, ambos em nível Superior, e pelo Curso de Metodologia para o Ensino da Libras, do programa do MEC, em parceria com a Feneis, ministrado por Tânia Felipe.

O convite era para integrar a equipe, juntamente do Prof. Me. Israel Queiroz, e trabalhar nas formações continuadas para os tradutores intérpretes que estavam atuando nas salas de aulas das escolas que atendiam alunos Surdos. Esses eventos e oportunidades despertaram e me instigaram, a cada vez mais, me aprofundar e estudar ainda mais a formação do TILS.

No ano de 2013, passei no concurso para docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) e, no ano de 2017, tive a oportunidade de dar aulas no Curso Técnico de Tradução e Interpretação da Libras, desenvolvendo novos estudos e estratégias de uso da Libras em diversos contextos. Nesse período de estudos e atuação como professora de disciplinas como Interpretação Educacional I e II, Estudos da Tradução, Interpretação Comunitária e em eventos, pude perceber que somente o conhecimento da Libras não é suficiente para o bom trabalho em sala de aula, pois a demanda didático-pedagógica exige conhecimentos específicos dos diferentes contextos de atuação, bem como planejamento contínuo das atividades de ensino que ali se apresentam.

Em 2023, apesar de todas as tarefas que me são exigidas como mãe de dois filhos, Gabriel com 17 anos, e Ana Sarah com 7 anos, como trabalhadora e passando, recentemente, por uma perda familiar, decidi voltar a estudar e investigar, através da pesquisa científica, o seguinte problema: *que necessidades formativas são identificadas pelos(as) professores(as) TILS que atuam nos anos finais da Educação Básica nas escolas públicas de Rio Branco e de que maneira a formação continuada poderia contribuir para o aprimoramento de sua práxis?* A pesquisa é, portanto, fruto de minha inquietação pessoal e profissional, a partir das minhas experiências vivenciadas no contexto da sala de aula na Educação Básica e em sala de aula como formadora.

Este breve resumo sobre minha trajetória de vida, que, em 2024, completou 46 voltas em torno do sol, teve como objetivo demarcar que é desse lugar e dessas experiências que me proponho a investigar e encontrar alternativas que qualifiquem o trabalho do TILS e sinalize, ainda que provisoriamente, pistas e trilhas que aprimorem a inclusão escolar.

1.2 Natureza da pesquisa e sua caracterização

De acordo com Maria Cecília de Souza Minayo (2015, p. 16), “pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade [...] É ela que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo, vinculando a ação e o mundo”. Conforme a autora, essencialmente, uma pesquisa nasce de um problema da vida prática, que precisa existir na vida cotidiana e ser percebido para que se tenha o anseio em pesquisar suas origens e encontrar respostas possíveis para um determinado fenômeno.

Ainda de acordo com a autora, a metodologia é o caminho que conecta pensamento com a prática “exercida na abordagem da realidade” (2015, p. 14), ou seja, visto o problema de pesquisa, é hora de encontrar uma metodologia que garanta um percurso adequado e respostas validadas a partir das escolhas desse caminho, do método, das técnicas e dos procedimentos pelo pesquisador.

Quanto à natureza e caracterização da pesquisa, optamos pela abordagem qualitativa, pois esta é adequada ao referido estudo, possibilitando abertura para novos achados e respostas adequadas ao objeto de estudo, que, para além de dados meramente quantitativos, buscam apropriação de seus significados.

De acordo com Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (2015, p. 21).

Partimos da compreensão que a pesquisa qualitativa traz segurança ao pesquisador em campo de que as informações encontradas podem trazer desdobramentos significativos, ainda que divirja das primeiras intenções apresentadas no projeto inicial, sendo, por isso, adequada para estudar experiências subjetivas e dinâmicas sociais. E, no nosso caso, afeta a formação e a atuação do TILS. Gil (1999, p. 94) defende que os “métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais”.

Para Bogdan e Biklen (1994, p. 11), um estudo dessa natureza “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”. Logo, o exposto se alinha com nossa intencionalidade e com os objetivos propostos.

A pesquisa se insere no campo da Educação e tem natureza aplicada, cujo objetivo principal é apresentar soluções a problemas práticos e vivenciados por sujeitos reais nas suas experiências cotidianas. Diferentemente da pesquisa básica, que visa ampliar o conhecimento teórico sem aplicação imediata, a pesquisa aplicada centra-se na utilidade prática dos resultados obtidos, a fim de potencializar a implementação de ações concretas no mundo real.

Para Lakatos (2017, p. 178), a pesquisa aplicada se debruça sobre um problema relativo ao conhecimento científico ou a sua aplicabilidade, assim, as necessidades formativas dos TILS e a apresentação de tratativas para novos contextos formativos dos TILS serão nossos focos principais.

Nessa direção, nosso interesse de estudo reside em identificar as necessidades formativas dos TILS no processo de ensino-aprendizagem de alunos Surdos em escolas públicas no contexto das salas de aula.

Quanto aos objetivos, o estudo é de natureza exploratório-descritiva, que, para Lakatos (2017, p. 205), tem por objetivo descrever determinado fenômeno, como o estudo de um caso/situação para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Nessa perspectiva, os pesquisadores vão a campo em busca de identificar e compreender, com maior clareza, os fenômenos postos no cotidiano e que necessitam ser descritos para que diferentes possibilidades/alternativas de ação sejam indicadas.

1.3 Situando o contexto de realização da pesquisa: sujeitos participantes

Sobre os sujeitos participantes da pesquisa, estabelecemos critérios de inclusão e exclusão da seguinte forma: ser TILS atuando no Ensino Fundamental II; estar lotado em escola pública estadual, em Rio Branco (AC), e ser Tradutor e Intérprete de Libras de um aluno(a)

Surdo(a). São critérios de exclusão: ser professor bilíngue na rede municipal de ensino; não ser usuário da Libras, tanto o Surdo, quanto o tradutor intérprete de Libras. Ser contratado sob o fundamento da Lei Complementar nº 274, de 09 de janeiro de 2014, que disciplina que este profissional tenha formação mínima em nível superior e formações específicas em conformidade com a lei supramencionada.

A amostra foi constituída por dez TILS em um universo de 49 que atuam na Educação Básica em escolas públicas no município de Rio Branco, especificamente no Ensino Fundamental II, e que atendem a alunos Surdos no período de recorte desta pesquisa, a saber: 2024. Reiteramos que os dados produzidos foram utilizados única e exclusivamente para fins da pesquisa e os seus resultados serão publicados em revistas e/ou eventos científicos.

Os sujeitos participantes foram contatados por um grupo de mensagem, disponibilizado através de um *link* que direcionava tanto ao TCLE, quanto ao questionário. Depois de apresentar a proposta da pesquisa, foram solicitadas a leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que eles pudessem analisar e decidir pela participação, ou não, na pesquisa.

1.4 Métodos, técnicas e instrumento de coleta e produção de dados

Pautados nas opções metodológicas até aqui apresentadas, considerando também que a natureza da pesquisa impõe ao pesquisador a responsabilidade de manter a coerência nas suas escolhas, enfim, por nossa opção ter sido por um estudo de natureza qualitativa e exploratório-descritiva, definimos aqui o nosso caminho na produção dos dados.

Para Triviños (2011, p. 92), os estudos descritivos exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar. Entretanto, para que a pesquisa tenha um grau de validade científica, necessita-se de uma precisa delimitação de teorias, métodos, técnicas e instrumentos que orientam a produção e a interpretação dos dados.

Para Gil (2010), ao optarmos por uma pesquisa descritiva, estamos dizendo, em outras palavras, que estudaremos as características de um determinado grupo, ou seja, interessa-nos saber quem são, onde estão, o que fazem, idade, sexo, procedência, formação etc. Para ele, numa pesquisa descritiva, realizam-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência direta do pesquisador.

Assim, tendo em vista o problema de pesquisa e seus objetivos, estabelecemos como método de estudo algumas categorias do Materialismo Histórico-Dialético (MHD), por ser o referencial teórico-metodológico capaz de revelar, no estudo de um objeto, as conexões e contradições presentes no contexto educacional e na formação dos sujeitos participantes,

usufruindo de uma relação intrínseca com a abordagem qualitativa na busca pela transformação da realidade. Dessa maneira, há uma disposição em entender que a

Abordagem qualitativa, tem encontrado no materialismo histórico dialético o método mais apropriado para a difusão do conhecimento social em educação, pois busca através da análise qualitativa encontrar soluções para a transformação da realidade vivenciada, tanto no plano do conhecimento, como no plano histórico-social (Ana e Lemos, 2018, p. 532-533).

Dessa forma, elencamos, para a produção deste estudo, as categorias **trabalho, historicidade, contradição e práxis**, as quais deram conteúdo e forma às análises apresentadas neste trabalho. Em outras palavras, estas categorias permitiram uma compreensão mais aprofundada, coerente e crítica das condições e desafios enfrentados pelo TILS.

Para Cury, elas:

Não são formas puras que dão conta de toda e qualquer realidade para todo o sempre. Elas são relativas, ao mesmo tempo, ao real e ao pensamento, ou seja, a todo o movimento no real e no pensamento. Daí o fato de tanto pertencerem ao campo do conhecimento, quanto indicarem os aspectos objetivos do fenômeno. As categorias, pois, só se dão como tais no movimento e a partir de um movimento. Consideramos isoladamente, tornam-se abstratas. Presentes em todo fenômeno, isolá-las do movimento significa torná-las objetos de contemplação e negá-las como um ponto nodal que tenta expressar, pelo movimento do pensamento, o movimento do real (Cury, 1985, p. 22).

Tendo sua base teórico-metodológica alicerçada na produção Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), o MHD é uma abordagem apropriada para compreender as dinâmicas e as grandes mudanças da história e das sociedades humanas. O “materialismo” diz respeito ao estado material da existência humana; o “histórico” vem da compreensão de que as experiências humanas são conhecidas a partir de seus determinantes e condicionantes históricos, e o “dialético” supõe o movimento da contradição presentes nos processos históricos.

Dito de outra forma, na perspectiva do MHD, a dialética baseia-se no entendimento básico de que o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas prontas, mas, sim, um processo complexo em constante transformação, sendo “utilizado perfeitamente para interpretar o mundo, embora também possa ser utilizado para transformá-lo” (Barros, 2011, p. 28)

Quanto às categorias trabalho, historicidade, contradição e práxis, para compreendermos como elas auxiliaram nas análises, é importante destacar como nos apropriamos dela a partir da teoria. Na concepção marxista, estas categorias perdem o seu sentido quando não estão ligadas à realidade, uma vez que estão imbricadas e historicamente integradas à prática social.

No MHD, o trabalho:

Só deve ser pensando como a atividade exercida exclusivamente por homens, membros de uma sociedade, atividade através da qual – transformando formas naturais em produtos que satisfazem necessidade – se cria a riqueza social; estamos afirmando mais: que o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social. Em poucas palavras, estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constitui como tal. É preciso que nos detenhamos, mesmo que brevemente, nessa questão essencial (Marx, 1985, 149).

Logo, o homem, ao transformar a natureza, também transforma a si próprio. Marx atribui ao trabalho o sentido de atividade, exclusivamente, exercida pelo homem, já que permite explicar a história e a constituição do ser social. Entretanto, não pode ser pensado como mera execução, ou função, se assim for, se encontrará desprovido de conteúdo.

Marx afirma ser o próprio homem que produz sua história. Sua existência se constitui por meio de sua relação com a natureza e como ele age sobre ela na perspectiva de satisfazer suas necessidades, construindo-se enquanto ser social por meio do trabalho (ações exercidas). Estas ações são situadas e estão envoltas em um determinado contexto. Daí partirmos do entendimento que, ao desenvolver seu trabalho, ele precisa ser compreendido na sua Historicidade.

No que concerne à práxis, no ser social, é sempre o trabalho, à medida que o ser não se cessa somente neste último. O ser social, em seu constante desenvolvimento, cria objetivações. Para Netto e Braz:

A categoria de práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um mundo social, humano enfim, em que a espécie humana se converte inteiramente em gênero humano. Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser criativo e autoprodutivo: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua auto-atividade, ele é o que (se) fez e (se) faz (Netto e Braz, 2006, p. 44).

No MHD, a categoria contradição se instaura devido aos fenômenos sociais, que, por conta de variáveis, não se solucionam. Nesse sentido,

A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. Na superação, a solução da contradição aparece enriquecida e reconquistada em nova unidade de nível superior. Cada coisa é uma totalidade de movimentos e de momentos e elementos provenientes de suas relações, de sua gênese e de sua abertura (Cury, 1985, p. 30).

O trabalho do TILS é de fundamental importância para a inclusão educacional, não somente porque possibilita a conexão entre o estudante Surdo e sua realidade escolar, mas também porque traz para o seu trabalho influências de sua formação profissional, suas experiências de vida, leitura de mundo e condições materiais de sobrevivência. Logo, seu trabalho é uma atividade essencialmente humana, pela qual o homem transforma a natureza

(Marx, 1985). Assim, “o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social” (Marx, 1985. p. 149).

Este trabalho tem um valor, e o valor do trabalho do TILS é determinado pelas habilidades, conhecimentos, tempo e esforço necessários para a tradução. Dessa forma, em conformidade com Quadros (2005, p. 73-74), os profissionais devem reunir diferentes competências, dentre elas:

1. Competência linguística, que trata da “habilidade em manipular com as línguas envolvidas no processo de interpretação”.
2. Competência para transferência de uma língua fonte para uma língua alvo, que também “envolve habilidade para compreender a articulação do significado no discurso fonte [...] para língua alvo”.
3. Competência metodológica que trata da “habilidade em usar diferentes modos de interpretação (simultâneo, consecutivo, entre outros)”.
4. Competência de área “conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada”.
5. Competência bicultural que trata do “profundo conhecimento das culturas que subjazem as línguas envolvidas no processo de interpretação”.
6. Competência técnica que envolve “habilidades para posicionar-se apropriadamente para interpretar, habilidade para usar microfone e habilidade para interpretar usando fones, quando necessário”.

Estas habilidades fazem com que o TILS consiga agregar valor a seu trabalho, sobretudo quando sua atuação exerce impactos positivos sobre a vida das pessoas surdas. A princípio, poderíamos determinar a capacidade de se comunicar com os outros o bem maior do trabalho do TILS, mas há o empoderamento individual.

Todavia, é importante destacar que a comunicação é o primeiro estágio de inclusão, pois, adquirida esta capacidade, a pessoa Surda poderá se qualificar profissional e academicamente, com vistas a progredir em sua carreira, reunindo condições materiais para uma vida digna e confortável. No entanto, estamos diante de uma realidade contraditória: o trabalho do TILS agrega valor à vida da pessoa Surda, mas nem sempre seu trabalho é valorizado e lhe concede condições materiais de sobrevivência. Como veremos ao longo deste trabalho, embora exista a Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023, que “Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho

do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras)” e estabelece uma carga horária mínima de trabalho e revezamento, isso não é respeitado pelos empregadores no estado do Acre.

Além disso, há uma ausência de estabilidade no trabalho para um tradutor e intérprete de Libras, pois, por não haver regularidade na realização dos concursos públicos em instituições das esferas municipal, estadual e federal, geralmente eles se submetem ao trabalho no regime de contratação provisória e com salários que não correspondem à atividade que realizam. Consequentemente, os profissionais não dispõem de recursos para investimentos em seu aprimoramento técnico e de meios que lhes assegurem uma alimentação adequada, acesso a moradia própria e meio autônomo de locomoção. Portanto, como nos sugere Marx (1985. p. 65), enquanto esse homem tiver que vender sua força de trabalho nessas condições, ele jamais será livre.

Na esteira do exposto, os intérpretes enfrentam desafios permanentes em seu trabalho, como a ausência de planejamento, de recursos de ensino adaptados, de formação continuada adequada às suas necessidades cotidianas e de reconhecimento profissional. Nesse sentido, a categoria contradição se faz fundamental para refletir sobre as tensões inerentes ao contexto educacional e social da sua atuação. Podemos dizer que o que há nos discursos oficiais descritos na forma da lei, muitas vezes, não se materializa na prática.

Porém, o que levaria o TILS a interferir nessa realidade para transformar-se em sujeito ativo e consciente de sua condição de trabalho/trabalhador? Em que medida sua consciência de classe o levaria a organizar movimentos reivindicatórios a favor de melhores condições de trabalho e formação profissional?

Ancorados no MHD, isso é possível por meio da práxis, ou seja, a combinação de teoria (ideias) e prática (ação) em um processo contínuo de mudança e autodesenvolvimento, tendo em perspectiva a mudança, a transformação da realidade. Para Netto e Braz (2006. p. 43) “a práxis envolve o trabalho, que, na verdade, é o seu modelo – mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas”. Assim, a práxis é, fundamentalmente, revolucionária, porque visa transformar a sociedade através da ação humana; uma ação consciente, uma vez que o ser humano é mais do que trabalho.

Ou ainda, como nos sugere Barros (2011, p. 131), a práxis seria uma categoria analítica que “transcende a mera ação, que engloba um conjunto de dimensões que se inter-relacionam de forma complexa”. A práxis é, portanto, em sua perspectiva, uma atividade humana intencional, que envolve não apenas o fazer, mas também o “pensar e o sentir”. Dessa maneira, a primeira ação prática do TILS para interferir positivamente em sua realidade de trabalho é

apropriar-se da legislação acerca da educação de Surdos e tomar consciência do seu trabalho de intérprete.

A política nacional de educação, regulamentada na Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), recomenda a inclusão de estudantes Surdos nas escolas regulares, defendendo a acessibilidade e a igualdade de oportunidades. Para cumprir esta exigência, a presença do TILS é primordial. Na prática, porém, observa-se falta de recursos, de formação adequada e de apoio institucional para sua atuação profissional. A ausência destes dispositivos compromete a qualidade da sua atuação.

Ainda na esteira das contradições, a Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023, em seu Art. 4º, assevera que:

O exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete é privativo de:

- I – diplomado em curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras;
- II – diplomado em curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras – Libras;
- III – diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa (Lei nº. 14.704, 2023, Art. 4º).

Observamos que temos disciplinada em lei a forma como um profissional terá acesso à carreira de TILS, no entanto, os meios são insuficientes ou precarizados, pois a formação de intérpretes qualificados e a disponibilidade de recursos materiais e financeiros são insuficientes para responder às demandas, o que cria um fosso entre o dito e o efetivamente realizado.

Assim, o uso do MHD como método, a partir da seleção de algumas de suas categorias, auxiliou-nos na coleta, produção e análise dos dados, na perspectiva de compreender as relações que envolvem os TILS e seu trabalho como atividade humana consciente, transformadora e situada historicamente, sendo central para a compreensão das práticas de qualquer profissional.

Utilizar as categorias do MHD (trabalho, historicidade, contradição e práxis) nos permitiram analisar em que contexto os intérpretes acessam e realizam o seu trabalho de mediação linguística e cultural, em que condições materiais e institucionais e como estas influenciam a sua atividade, como o trabalho do TILS é organizado no interior das escolas, sua formação inicial e continuada, aquilo que é presente/ausente em seu desenvolvimento profissional, os requisitos essenciais de sua atividade e como eles veem os requisitos de sua função e os cumprem.

Tendo feito a opção pelo método, definimos também as técnicas, procedimentos e o instrumento para a coleta e produção de dados. Como técnica, escolhemos a entrevista, tendo

como instrumento um questionário semiestruturado. Segundo Minayo, (2015, p.47), a entrevista pode ser considerada como “uma conversa com finalidade”, sendo necessária quando se quer organização e utilidade para os estudos aos quais se destina. Ela pode ser mediada por um questionário totalmente estruturado, no qual a escolha dos interlocutores está condicionada às respostas a perguntas formuladas pelo investigador, como também por questionário semiestruturado, que combina um roteiro com questões fechadas e abertas, permitindo ao entrevistador um controle maior sobre o que pretende saber, ao mesmo tempo em que abre espaço para reflexão livre e espontânea do entrevistado. No caso da pesquisa em tela, optamos por esta modalidade.

Quanto ao uso do questionário na técnica de entrevista, de acordo com Lakatos:

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador (hoje se pode fazer por e-mail); depois de preenchido, o pesquisado devolve-o da mesma forma que o recebeu (se for usado e-mail, maiores chances de retorno, sobretudo pela praticidade) (Lakatos, 2015, p. 217).

O uso do questionário, segundo Gil (1999, p.128), tem por objetivo “o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Apesar das críticas feitas ao uso da aplicação de questionário em pesquisa, em conformidade com Cervo e Bervian (2007), a utilização de questionário se constitui na maneira mais recorrente de se obter informações, uma vez que possibilita constatar, com quase absoluta exatidão, o que se pretende acerca do objeto.

Assim, como expressei anteriormente, considerando que, na coleta e produção de dados desta pesquisa, utilizamos como técnica a entrevista, a escolhemos por ser guiada por um questionário semiestruturado, elaborado em formulário do *Google Forms*² (Apêndice A). O instrumento foi assim organizado em 30 questões, divididas em três dimensões, com questões fechadas e abertas a fim de identificarmos as lacunas, as necessidades formativas e os desafios enfrentados pelos TILS.

² O Google Drive abriga o *Google Forms*, que é usado como ferramenta específica para a construção de formulários on-line. Atualmente ele é muito utilizado na realização de pesquisas, tendo como uma de suas principais vantagens a criação de arquivos que ficam armazenados no servidor do Google, o qual o pesquisador pode acessar a partir de qualquer computador conectado à internet. Na construção de questionários, há uma gama de possibilidades, podendo as questões serem de resposta aberta, curta ou longa; fechada, de múltipla escolha, caixas de seleção, lista suspensa, escala linear e combinadas (fechadas e abertas). As questões podem ainda ser definidas pelo pesquisador como obrigatórias e não obrigatórias. Quando obrigatórias, o pesquisador tem o benefício de garantir que o questionário seja enviado somente se todas as questões estiverem respondidas. O formulário construído pode ser disponibilizado através de um endereço eletrônico e, quando preenchido e enviado pelos respondentes, as respostas aparecem imediatamente na página do *Google Forms* do usuário que os criou. A visualização dos dados coletados por meio das respostas é uma das principais vantagens no seu uso.

1.5 Sistematização, análise e tratamento dos dados

Embora, no uso da plataforma *Google Forms*, o programa faça, a partir do processamento dos resultados, a geração de planilhas com os resultados, majoritariamente, em percentuais, considerando as respostas ao questionário, em virtude do quantitativo de sujeitos participantes da pesquisa, os dados não receberam tratamento estatístico, mas foram categorizados, sistematizados e analisados mediante o seu entrelaçamento com o referencial teórico-metodológico, retomando as categorias do MHD.

Não tivemos a preocupação com a absoluta originalidade do estudo, mas tivemos, em perspectiva, a intencionalidade de olhar de um modo diferente e pensar de forma crítica e propositiva na realidade do trabalho do TILS e nas necessidades formativas que, objetivamente, se forem atendidas, poderão qualificar o seu trabalho na sala de aula.

Apresentaremos, a seguir, um panorama da evolução e regulamentação da formação dos Tradutores Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, destacando os marcos históricos e as legislações que moldaram a trajetória desta profissão no Brasil.

CAPÍTULO II

ASPECTOS LEGAIS DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS

A regra era que todas as comunicações fossem orais. Nosso jargão de sinais, obviamente, era proibido (Sarck, 1989).

Neste capítulo, serão apresentados e discutidos os aspectos legais da formação do TILS, com o objetivo de analisar sua trajetória, o reconhecimento legal da profissão e sua importância para o processo de inclusão, a partir do reconhecimento da Libras pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, necessário à compreensão dos aspectos formativos destes sujeitos. A discussão aqui proposta tomará como referência a pesquisa realizada em documentos legais que foram orientadores no processo de regulamentação da profissão de Tradutor Intérprete de Libras.

2.1 A historicidade da formação e regulamentação profissional do tradutor e intérprete de Libras

A trajetória da profissão de TILS está intrinsecamente ligada à luta histórica da comunidade surda por reconhecimento e inclusão. Para a revisão histórica que propomos aqui, partiremos da promulgação da Constituição Federal em 1988, considerada um marco, uma virada histórica para o Brasil, em virtude da promoção da cidadania, da consolidação da democracia e do estabelecimento das bases para a garantia dos direitos de todos os cidadãos, incluindo os das pessoas com deficiência.

Neste contexto, a comunidade surda, anteriormente marginalizada, obteve avanços progressivos, incluindo o direito ao reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como meio linguístico constituído de comunicação. Porém, somente após o início dos anos 2000, esta conquista impulsionou a necessidade de profissionais qualificados para mediar a comunicação entre Surdos e ouvintes, dando origem à profissão de TILS, desencadeando, com isso, um processo de regulamentação e valorização destes profissionais.

Antes da Constituição de 1988, a visão patológica da surdez imperava, vista socialmente como doença que impossibilitava as pessoas “acometidas” por ela de conviverem plenamente em sociedade. Esta visão distorcida negava os direitos destes indivíduos e os submetia a tratamentos que visavam a cura da surdez, como a oralização, por exemplo.

A oralização era um método educacional que priorizava o desenvolvimento da fala em detrimento do uso de outra linguagem. Ou seja, a pessoa Surda precisava falar para se “igualar” aos demais na sociedade. Em conformidade com Duarte (2009, p. 74), precisava ter o “domínio

da Língua Portuguesa de forma oral”. Nesse contexto, a pessoa Surda era vista como um indivíduo incompleto e inferior, que precisava se adaptar aos padrões linguísticos e sociais da maioria ouvinte.

Para os defensores do denominado oralismo, os Surdos precisavam se reabilitar para que, de alguma forma, superassem a surdez para falarem e agirem como se não fossem Surdos. Em um processo de reabilitação forçada, esta abordagem negava a identidade surda e a legitimidade da Libras. Além disso, não se importavam em se livrar de qualquer traço que lembrasse as pessoas que os Surdos não podiam falar como os ouvintes e tornaram o discurso oral aceitável para a sociedade e, ao fazê-lo, muitas pessoas Surdas foram excluídas das oportunidades de aprender, crescer e serem incluídas na sociedade, forçando-as a se expressarem de forma secreta.

Em contraponto aos oralistas, os defensores do gestualismo demonstravam uma compreensão mais profunda das necessidades linguísticas dos Surdos. Aqueles que acreditavam que a língua de sinais era a melhor forma de ensinar o aluno Surdo, por isso, eram denominados de gestualistas. Eles percebiam e reconheciam os avanços que os Surdos tinham quando os “gestos” eram inseridos nos processos de ensino-aprendizagem, especialmente quando eles interagiam e traziam conhecimentos para seu ambiente de aprendizagem, possibilitando que os Surdos participassem ativamente das atividades escolares, construindo conhecimentos de forma significativa e colaborativa.

Isso tudo foi importante para a abertura de vários direitos que, anos depois, seriam conquistados, e para a transformação da forma como a surdez era compreendida. Assim, no final do século XX, o bilinguismo substituiu o oralismo, ampliando as percepções sobre como deveria ser o atendimento a estes alunos. Esta mudança de paradigma ampliou significativamente as percepções sobre as necessidades educacionais dos Surdos, abrindo caminho para uma educação mais inclusiva e que valorizasse a diversidade linguística. Segundo Duarte (2009, p. 74), foi nesse contexto que a inclusão contribuiu para que a figura do TILS fizesse parte deste contexto “como forma de garantir acessibilidade linguística para alunos Surdos”.

A transição do oralismo para o bilinguismo na Educação de Surdos foi marcada por intensos debates e desafios, tanto no Brasil, quanto em diversos países da América e de outros continentes. A ineficiência do oralismo em promover o desenvolvimento integral dos alunos Surdos tornou-se cada vez mais evidente, impulsionando a busca por novas abordagens pedagógicas que contribuíssem para o processo de ensino-aprendizagem de alunos Surdos.

Abriu-se, então, caminhos para a valorização da Libras e para a implementação de práticas educacionais bilíngues.

Apesar de todo o esforço empreendido, um dos gargalos enfrentados para a efetivação das políticas de acesso e permanência é acreditar que inserir um intérprete de Libras em sala de aula é o suficiente para a garantia da acessibilidade e aprendizagem dos estudantes Surdos. Do ponto de vista pedagógico e profissional, isso, por si só, não é o suficiente, uma vez que estes profissionais precisam de conhecimentos específicos para atuarem na sala de aula.

Esta visão simplificada ignora a complexidade do processo de inclusão da pessoa Surda, bem como a necessidade de uma formação específica para os TILS que vão atuar como mediadores linguísticos e culturais no ambiente escolar. É fundamental reconhecer que a inclusão vai além da tradução literal, exigindo que os TILS compreendam as nuances da língua de sinais, as especificidades da cultura surda e as dinâmicas da sala de aula.

Frente ao exposto, defendemos que a Constituição de 1988 e as mudanças de paradigmas sociais, como os direitos civis de Pessoas com Deficiência, cada vez mais foram se tornando comum a presença de pessoas Surdas nos movimentos em busca de seus direitos. Isso impulsionou a valorização da Cultura Surda e a necessidade de profissionais qualificados para mediar a comunicação entre pessoas Surdas e não surdas.

A Carta Magna trouxe como avanço a base legal para outras legislações que regulamentariam a matéria. No Artigo 277, por exemplo, a constituição garante às Pessoas com Deficiência a igualdade de oportunidades e medidas de proteção social, de forma que a “lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras (sic) de deficiência” (Brasil, 1988).

Como resultado, tivemos a primeira lei que regulamentou o apoio às Pessoas com Deficiência, Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, garantindo “valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade humana, do bem-estar e outros indicados pela Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito” (Brasil, 1989).

É importante destacar que esta perspectiva de Educação Especial era integradora, pois, conforme o inciso “f”, “a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se **integrarem** no sistema regular de ensino” (Brasil, 1989, grifos nossos).

Consequentemente, ampliou-se o debate em torno da Educação Especial no Brasil, não só pela aprovação de leis governamentais, como as que acabamos de citar, mas também pela

comprovação das barreiras de comunicação entre as pessoas Surdas frequentadoras de salas de aula e de espaços escolares em todo o país. Este processo de transformação demandou a capacitação contínua de profissionais da educação, que precisaram construir conhecimentos específicos sobre a surdez, a Libras e as metodologias de ensino adequadas para atender às necessidades destes alunos. O exposto reitera a necessidade de se ter profissionais cada vez mais capacitados para o atendimento a alunos com este perfil.

Nesse percurso, foi realizado, na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, o II Encontro Nacional de Intérpretes e, nessa ocasião, foi aprovado o primeiro Código de Ética profissional do Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa. De acordo com Marques (2017, p. 38), mesmo não tendo a profissão reconhecida por lei, grupos da sociedade civil organizados por tradutores intérpretes já discutiam a necessidade de parâmetros a respeito dos “princípios fundamentais, relações com contratantes, responsabilidade profissional e relações com os colegas”, tudo isso para nortear a ética profissional do TILS.

No ano de 1999, dez anos após ser sancionada a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que estabeleceu os primeiros marcos legais para a inclusão social das pessoas com deficiência no Brasil, o então presidente Fernando Henrique aprofundou as diretrizes para a garantia dos direitos desse grupo social e sancionou o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro 1999, que assegurava em seus objetivos a “formação de recursos humanos” como um dos pilares para a efetivação da política nacional para o atendimento da pessoa portadora de deficiência [...] reforçando a necessidade de capacitar profissionais para atuarem na área da Educação Especial e em outros serviços direcionados a esse público (Brasil, 1989 [Sic]).

Estes movimentos em torno da organização de uma Educação que atendessem às pessoas que por tanto tempo foram segregadas à margem da evolução sociocultural no âmbito da surdez, o crescente o valor da língua de sinais e os movimentos das comunidades surdas, começam a utilizar e difundir a língua de sinais como conforto linguístico da pessoa Surda em diversos espaços da sociedade. Desde então, observamos uma significativa evolução sociocultural na atuação do profissional TILS, tornando-o fundamental para garantir a acessibilidade comunicacional dos Surdos, abrindo novas perspectivas para a inclusão social dos alunos Surdos e para o desenvolvimento profissional dos TILS.

No bojo destes movimentos, das lutas e conquistas da comunidade surda e das políticas de inclusão, a presença dos TILS ganhou destaque, sendo cada vez mais demandada em vários ambientes e sobretudo em salas de aula de escolas da Educação Básica e universidades. Contudo, somente a partir da promulgação da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (Brasil, 2005), que o cargo de Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais passou a existir. A referida

lei, ao instituir a Libras como meio de comunicação e expressão de pessoas Surdas no Brasil e ao garantir o direito à educação bilíngue para Surdos, consolidou a presença do TILS nos espaços educativos de forma mais contundente, tornando-o um profissional essencial para a garantia da acessibilidade comunicacional dos alunos Surdos em diferentes espaços de educação formal, inclusive nas universidades.

Na Educação Básica, as orientações foram normatizadas pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, trazendo a garantia do direito à educação de pessoas Surdas:

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos Surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação (Brasil, 2005).

A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que reconheceu a Libras como língua oficial do Brasil e garantiu o direito à educação bilíngue para Surdos, impulsionou a demanda por profissionais TILS em todo o país. Nas universidades brasileiras, em 2010, os TILS foram incluídos no quadro de servidores como Técnicos Administrativos em Educação, nível médio, classificação D, com a exigência de Ensino Médio completo e comprovação de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras em nível nacional (Prolibras). Esta medida representou um avanço significativo na valorização da profissão e na garantia da presença de profissionais qualificados nas escolas e universidades.

No estado do Acre, esta demanda só se materializou em 2014, com a criação do cargo de "Professor Tradutor Intérprete de Libras" no Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) dos servidores da Educação, conforme a Lei Complementar nº 274, de 09 de janeiro de 2014. A medida representou um avanço significativo na garantia da acessibilidade comunicacional dos alunos Surdos nas escolas acreanas, assegurando a presença de profissionais qualificados para mediar a comunicação entre Surdos e ouvintes.

No que concerne à formação, segundo Nascimento (2012), o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, conhecido como “Decreto da Libras”, foi o primeiro balizador quando se trata do início das políticas públicas que envolvem os profissionais TILS e

o “divisor de águas” no que tange à inclusão de sujeitos Surdos e à formação de TILSP, pois é nesse decreto que aparece pela primeira vez o termo “Tradutor e Intérprete de LIBRAS–Língua Portuguesa” e a determinação da formação desse profissional em nível superior (Nascimento, 2012, p. 60).

A exigência de formação do TILS em Nível Superior demonstra a necessidade de um profissional qualificado e com uma formação inicial prescrita na legislação. Dessa forma, a normatização representou um avanço significativo para a profissionalização da área, garantindo

a qualificação dos intérpretes e contribuindo para a melhoria da qualidade da educação bilíngue para Surdos no Brasil.

Além destas demandas, o processo de inclusão escolar exigia do poder público um prazo de dez anos para que pudesse organizar o atendimento das pessoas Surdas. Foi nesse contexto de urgência que houve abertura para que a formação do TILS pudesse ocorrer em nível médio. Em conformidade com o decreto supracitado, no Art. 18, a formação dos TILS deverá ocorrer em “cursos de educação profissional; cursos de extensão universitária e cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas pela secretaria de educação”. O referido decreto assevera ainda que a formação dos profissionais tradutores intérpretes também poderia ser realizada pela sociedade civil organizada, desde que o certificado fosse validado por uma instituição de Ensino Superior, ou pela Secretaria de Educação.

É importante destacar que o decreto, além de trazer esse direcionamento para a formação dos TILS, abriu, no Art. 19, margem temporal para aqueles que ainda não possuíam certificação realizada em instituições de Ensino Superior, ou Secretarias de Educação. Nesse caso, a alternativa encontrada foi exigir formação em nível médio, com fluência em Libras, certificada por meio do “exame de proficiência”, denominado de Prolibras. Certamente a norma legal pensou em oportunizar, nessa regra de transição, a possibilidade àqueles que atuavam como TILS de poderem, a partir dessa abertura, continuarem a atuar nas instituições onde havia demandas por intérpretes de Libras.

Praticamente cinco anos após a sanção do Decreto da Libras é que foi aprovada a regulamentação da profissão de Tradutor Intérprete de Libras, por meio da Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. A partir dela, infelizmente, a exigência de formação acabou retrocedendo, bastando ao TILS ter formação em nível médio, como consta em seu quarto artigo:

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:
I cursos de educação profissional;
II cursos de extensão universitária; e
III cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretaria de educação (Brasil, 2010).

O momento que deveria ser de festa para a comunidade Surda brasileira, em virtude do reconhecimento profissional, trouxe ao contrário o sentimento de desvalorização a partir do rebaixamento nas exigências de formação. Ou seja, o que foi adotado para ser temporário e possibilitar o atendimento dos princípios legais de forma emergencial passa a ser lei. De um lado, a lei reconhece a importância da existência e regulamentação desta profissão, porém, de outro, estabelece como exigência de formação o nível médio.

A Língua Brasileira de Sinais é uma língua rica em detalhes e que necessita de espaço e tempo de estudo adequado para sua apropriação e uso no desenvolvimento profissional, entretanto, ao se fazer o rebaixamento nas exigências formativas, acaba-se também por definir, ainda que implicitamente, um novo perfil profissional.

Ferreira afirma que:

este profissional é visto como um generalista ou faz tudo. Não se pensa na formação por especialidades, assim como um médico que ao estudar por cinco anos e vai para a residência se especializa em áreas como pediatria, obstetrícia, cardiologia e outras áreas que o interesse. O advogado do mesmo modo, perito criminal, vara da família, crimes cibernéticos e outros. O intérprete de língua de sinais é visto ainda como um generalista e que não precisa de estudo para ser um profissional (Ferreira, 2015, p. 126).

A autora considera a formação do tradutor e intérprete algo extremamente importante, uma vez que a considera um elemento-chave para o bom desempenho profissional em seu local de atuação. Ao defender que, após concluírem seus cursos de Graduação, os TILS devem buscar aprimorar seus conhecimentos e habilidades, o autor destaca a importância de que a formação inicial seja apenas o ponto de partida para uma trajetória de aprendizado constante. Esta perspectiva reconhece a dinâmica da área, que exige dos profissionais uma atualização contínua para acompanhar as mudanças linguísticas, tecnológicas e sociais, além das especificidades de cada contexto de atuação.

Assim, a formação em nível médio como exigência para o exercício da profissão de TILS, conforme prevista na Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023, suscita algumas reflexões. Ferreira (2015) questiona se esta formação, por si só, seria suficiente para garantir a qualificação necessária para o desempenho da função. A autora sugere que a formação, como mencionada na lei, devesse ser compreendida como um processo de formação continuada, complementar à formação inicial de nível superior e não substitutiva. Ela evidencia também a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre os requisitos necessários para o exercício da profissão e a importância de uma formação sólida e abrangente para os TILS.

O período compreendido entre a Lei nº 12.319/2010 e a Lei nº 14.704/2023 foi marcado por intensas discussões e debates acerca da formação mais adequada para o TILS, seus espaços de atuação, Código de Ética que nortearia o exercício da profissão, entre outros documentos que asseguravam a acessibilidade exercida por este profissional, sobretudo no campo da Educação, que é o principal contratante de TILS.

No dia 13 de abril de 2014, foi feita a primeira alteração no Código de Conduta Ética dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais (GILS), aprovada na Assembleia Geral da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e

Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais, buscando alcançar um padrão de profissionalismo e conduta ética entre os TILS e GTILS.

Ainda no ano de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, assegurava, em sua meta 4, que deveria ocorrer, nos próximos dez anos, a

ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência [...] garantindo a oferta de [...] tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para Surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente Surdos, e professores bilíngues (Brasil, 2014).

Em 2015, a Lei nº 13.146, de 06 de julho, instituiu a Lei Brasileira de Inclusão e traz em seu Art.18 que:

Art. 18 - Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio (Brasil, 2015).

Em todos os documentos legais nos quais a inclusão da Pessoa Surda é mencionada, a figura do TILS se apresenta necessária, assim como a sua formação para ser este mediador nos espaços inclusivos, como o educacional. A necessidade de um profissional qualificado para mediar a comunicação entre Surdos e ouvintes é evidente, especialmente em ambientes inclusivos como as escolas. A formação adequada do TILS é fundamental para garantir a efetividade deste processo de mediação, assegurando a acessibilidade comunicacional e a participação plena dos estudantes Surdos nas atividades escolares.

Entretanto, da primeira lei de reconhecimento da profissão dos TILS até a sua revisão, decorreram-se 13 anos, durante os quais foram empreendidas discussões entre a comunidade surda, juntamente de profissionais da área, entidades de classe e órgãos governamentais, com o objetivo de assegurar a acessibilidade comunicacional e eliminar as barreiras linguísticas que impedem a plena participação dos Surdos na sociedade. Reiteramos que foram necessários 13 anos de discussão em torno da formação do TILS para que fosse então aprovada pela Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023, que, enfim, trouxe a correção tão necessária nesse processo de construção e aperfeiçoamento para nortear tanto o poder público, quanto a sociedade em geral.

A referida lei traz que o cargo de Tradutor Intérprete e Guia Intérprete é privativo daqueles que sejam:

I – diplomado em curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras;
II – diplomado em curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras – Libras;

III – diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa (Brasil, 2010).

Prestes a completar dois anos da aprovação da Lei nº 14.704/2023, ainda se discutem as exigências formuladas, a despeito do avanço em se incluir o bacharel em Letras – Libras. Entretanto, embora a inclusão do bacharelado em Letras – Libras como requisito para o exercício da profissão represente um avanço significativo, a falta de oferta desse curso em todas as regiões do país tem gerado desafios para a implementação da lei. Diante desse cenário, o poder público vai se servindo de outros critérios e deixando de se organizar para a oferta de formação adequada, concorrendo para que a exceção se tornasse regra, o que pode comprometer a qualidade dos serviços prestados e a garantia da acessibilidade comunicacional das pessoas Surdas.

O inciso III da Lei nº 14.704/2023, além de permitir a atuação de profissionais com outras formações distintas: Bacharelado em Tradução e Interpretação, Letras com habilitação em tradução e interpretação e Letras Libras, reacende a necessidade de submeter outros portadores de diploma de Nível Superior a um exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras.

A exigência de um exame de proficiência para estes profissionais, mesmo que prevista na lei, ainda carece de regulamentação e implementação efetivas. A recente aprovação da lei e a complexidade da avaliação da proficiência em Libras têm contribuído para a lentidão no avanço deste processo, demandando um aprofundamento das discussões sobre os critérios e procedimentos a serem adotados para a realização deste exame.

Como objeto de estudos desta pesquisa é o profissional Tradutor e Intérprete de Libras Educacional, buscamos compreender a trajetória histórica desta profissão e as suas necessidades formativas, para que o TILS possa contribuir, de forma significativa, para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes Surdos. A análise aprofundada do perfil profissional do TILS e de suas demandas específicas nos permitiu identificar o que é essencial na formação inicial, as necessidades formativas essenciais e em que aspectos as lacunas existentes podem ser saneadas por meio da formação inicial e continuada destes profissionais.

No capítulo seguinte, discutiremos o desenvolvimento profissional do TILS, com ênfase em sua constituição como profissão e nos desafios enfrentados por estes profissionais no âmbito educacional. Ademais, analisaremos como se deu o processo de institucionalização da profissão de TILS no estado do Acre, destacando os principais marcos históricos, as políticas públicas implementadas e os avanços alcançados na formação e na valorização destes profissionais.

CAPÍTULO III

PANORAMA DA ATUAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL NA REDE ESTADUAL DE RIO BRANCO – AC

Essa é a angústia que marca o ato tradutório e produz tensão no corpo do tradutor: ter que experimentar em si, a partir do dito alheio, a busca da fidelidade impossível (Martins, 2008).

Neste capítulo, nos propomos a discutir a institucionalização da Libras, a atuação profissional do TILS no Brasil, sua trajetória histórica e a institucionalização da carreira na educação pública no estado do Acre, apontando a sua atuação profissional, identificando as necessidades formativas e as perspectivas para mitigá-las.

Interessa-nos aqui, a partir de um diálogo com diferentes autores, descrever quem é este profissional no contexto educacional da capital Rio Branco, qual a formação exigida, que conhecimentos específicos são requeridos para o exercício profissional e quais são as suas necessidades formativas. Ao final, apresentaremos uma proposta de formação inicial e continuada que contemple a necessidade de atualização constante dos conhecimentos e habilidades dos TILS, bem como a importância da pesquisa e da produção de conhecimento na área.

3.1 A institucionalização da Língua Brasileira de Sinais e os desafios na atuação do Tradutor e Intérprete de Libras

A história da língua de sinais no Brasil tem seus marcos temporais no século XIX, entretanto, após decorridos mais de dois séculos, a exclusão das pessoas Surdas ainda é uma realidade. No bojo desta discussão, se insere também o TILS, que, em conformidade com Ferreira (2015, p. 65), a despeito de sua atuação ser bastante antiga e de maneira informal, pois “não havia certificação que lhe conferisse qualificação para exercer a função de tradutor e intérprete”, já atuava, e ainda atua, como mediador da comunicação na vida social do Surdo.

Segundo Rodrigues e Valente (2012, p. 16), estas pessoas “tiveram que aprender a língua de sinais a partir do contato direto com o Surdo”. Nas interações mediadas, eles iam se apropriando de um conjunto de conhecimentos e estratégias linguísticas, culturais, sociais e tradutórias. No entanto, vale destacar que, em setembro de 1880, em Milão, na Itália, foi

realizado um congresso internacional de educadores Surdos e nele, após uma votação expressiva, o uso da língua de sinais foi oficialmente proibido.

Na vigência da proibição, a educação das pessoas Surdas deveria ocorrer por meio da oralização, preferencialmente pelo método oral puro, tendo em vista que se defendia que o uso simultâneo da fala e da língua de sinais poderia prejudicar a fala, a leitura labial e a precisão das ideias. Somente a partir de 1970, o Brasil passou a utilizar uma nova metodologia educacional que combinava a oralização com a língua de sinais. A partir de então, o estudante Surdo poderia aprender utilizando a combinação da língua portuguesa e da Libras.

Percorrendo um viés de marco legal, como dito no capítulo anterior, a Constituição de 1988 reconheceu a Educação como direito de todos os brasileiros, extensivo a todos, independentemente da idade ou de deficiência. O Art. 205 da Carta Magna assegura que, além da Educação ser direito de todos, ela visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho. Entretanto, 36 anos depois da promulgação do texto constitucional, em se tratando da população surda, ainda se assiste, no país, a uma espécie de inclusão excludente, onde os estudantes Surdos são tidos como inseridos em um sistema plural e democrático, mas, dentro da escola, persiste ainda a exclusão.

Kuenzer (2005, p. 27) a denomina de “inclusão excludente”, o que deveríamos reconhecer como a inclusão escolar preconizada nos moldes de uma sociedade inclusiva. Para ela, as “estratégias de inclusão”, nos diversos níveis e modalidades da educação escolar, não correspondem aos necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas, intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo. Podemos afirmar, em outras palavras, que se trata de assegurar que o estudante entre no sistema de ensino, contudo, sem garantir as condições necessárias para a sua formação e permanência.

Segundo Lacerda (2006), a partir da década de 1990, difundiu-se, de forma contundente, a defesa de uma política educacional de inclusão dos sujeitos com necessidades educativas especiais, propondo maior respeito e socialização efetiva destes grupos e, dentre eles, a comunidade surda. Na percepção da autora, houve um forte movimento de desprestígio dos programas de Educação Especial e um incentivo maciço para práticas de inclusão de pessoas surdas em escolas regulares, pensadas, *a priori*, para os ouvintes.

No caso específico dos alunos Surdos, os primeiros esforços para a sua escolarização incluíam escolas privadas com registros do uso da língua de sinais, até chegarmos aos modelos

mais recentes, que asseguram, em escolas públicas, a integração destes alunos em salas de aula, com serviços especiais, porém, com inúmeras limitações.

Para Vygotsky (2001), a linguagem é responsável pela regulação da atividade psíquica humana, pois é ela que permeia a estruturação dos processos cognitivos e possibilita interações fundamentais para a construção do conhecimento. Para o teórico, a linguagem é adquirida na vida social e é com ela que o sujeito se constrói e incorpora suas características humanas. Mas como o aluno surdo se apropria da linguagem? No contato direto com a linguagem e com os demais sujeitos que fazem uso dela. No entanto, esse contato revela-se prejudicado, uma vez que a língua oral, como não pode ser percebida por meio do canal auditivo, demanda a necessidade de estratégias específicas para a comunicação.

Para Góes (1996, p. 32), os sujeitos Surdos enfrentam dificuldades e inúmeros desafios para entrarem em contato com a língua do grupo social no qual estão inseridos. Disso advém a necessidade de ações educacionais que atendam às necessidades dos sujeitos Surdos, favorecendo o desenvolvimento efetivo de suas capacidades. Entre as muitas ações que necessitam ser empreendidas, destaca-se a atuação necessária do TILS.

Segundo Quadros (2004 p. 19), “A Língua Brasileira de Sinais é uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua natural usada pela comunidade surda brasileira”. Para ela, o Tradutor Intérprete de Libras é “aquele que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais” (idem, p. 7). Também está para a comunicação entre pessoas Surdas e não surdas, assim como pode intermediar comunicação entre pessoas Surdas usuárias de línguas de sinais diferentes ou não.

Os interessados em atuar como Intérpretes de Libras, conforme a legislação atual Lei nº 14.704/2023, deveriam ser egressos do curso de Bacharelado em Letras/Libras, sendo esta uma das exigências para o exercício da profissão de TILS, contudo, é desejável que tenham convivência com pessoas surdas nos espaços frequentados por eles, a fim de ampliarem seu vocabulário na língua, adquirindo maior fluência e conhecimentos a respeito da Cultura Surda e das singularidades da Língua Brasileira de Sinais. Muitos aspirantes a TILS, ainda na fase de aquisição da Libras, são oriundos do contexto religioso, espaço rico em experiência através da musicalidade e textos com significados profundos e metafóricos etc.

Não são poucos os relatos em textos de diversos pesquisadores que descrevem que, no início de sua trajetória como TILS, foi no contexto religioso o seu primeiro espaço de atuação nos quais era, e/ou ainda é, submetido a estudos de interpretações de músicas e textos bíblicos com os mais diversos padrões e parâmetros que exigiam, e exigem, dos tradutores intérpretes

conhecimentos linguísticos adequados para atender as necessidades do público Surdo que frequenta as atividades religiosas nas mais diversas denominações, diminuindo as barreiras (Quadros, 2007, p. 14).

É importante destacar que as barreiras na comunicação e na informação são compreendidas no bojo da legislação vigente como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que possa gerar dificuldade ou que impossibilite a expressão ou a troca de mensagens e de informações mediante qualquer sistema de comunicação e de tecnologia da informação.

A lei supracitada, no capítulo VII, ao tratar sobre a acessibilidade nos sistemas de comunicação, assevera que:

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e **sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.**

Art. 18. O Poder Público implementará a **formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.**

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de **permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtitulação, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva**, na forma e no prazo previstos em regulamento (Brasil, 2000, grifos nossos).

Contudo, é importante destacar que, embora estejamos tratando de uma legislação promulgada em 2000, somente em 2002, por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a Língua de Sinais foi reconhecida e oficializada como a Língua Brasileira de Sinais (Libras). A partir da aprovação da lei, o estudante Surdo passou a usufruir do direito de acessar a sala de aula e o aprendizado escolar através da Libras como primeira língua da pessoa Surda.

Em conformidade com o texto da legislação, a Libras deve ser apoiada e difundida como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil; a deficiência auditiva deve receber adequado tratamento, e a Libras passa a configurar como disciplina de formação integrando os currículos dos cursos, como expresso nos artigos a seguir:

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - **Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.**

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e **tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.**

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação

Especial, de Fonoaudióloga e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente (Brasil, 2002).

Quanto às diferentes representações do que significa ser um TILS e, às vezes, uma incompreensão das habilidades, competências e da ética requerida deste profissional, diferentes pesquisadores, como Albres (2015), Ferreira (2010), Júnior & Santos (2011); Lacerda (2013, 2014), Lodi (2014), Machado (2015), Quadros (2007, 2009), Pereira (2010), Rodrigues (2013), Russo (2008, 2009), Sales & Lacerda (2015), dentre outros, têm se debruçado sobre a temática e explanado sobre as funções destes agentes mediadores, os diferentes modelos de tradução e interpretação e suas funções e responsabilidades no processo de ensino-aprendizagem no contexto educacional, principalmente.

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), reconhecendo a importância do papel do intérprete e valorizando o tempo de dedicação que levam para se aprimorarem, vem sempre esclarecendo em palestras, encontros e em cursos que não basta a pessoa ter noções de Língua Brasileira de Sinais para ser avaliada apta para exercer a profissão de tradutor intérprete, uma vez que a interpretação é muito mais do que sinalizar, é um processo complexo para transmissão de informações, que deverá garantir ao Surdo o pleno entendimento do que está sendo traduzido.

Para Lacerda (2007, p. 12), não basta apenas ter conhecimento da língua de sinais, é importante e necessário que se tenha conhecimentos técnicos, domínio do vocabulário sobre a área na qual a tradução e a interpretação estão sendo realizadas, conhecimento linguístico para interpretar da Língua de Sinais para a língua portuguesa e vice-versa, e competências voltadas para a atuação à qual se propõe, tendo respeito e postura ética com a pessoa Surda, sendo requisitos fundamentais para o TILS.

3.2 A regulamentação do exercício profissional do tradutor e intérprete de Libras no Brasil

O profissional Tradutor Intérprete de Libras/Português foi reconhecido pela Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010, alterada depois de 13 anos pela Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023. À luz da legislação, o TILS é reconhecido como o profissional que intermedia a “comunicação entre Surdos e ouvintes por meio da Libras para a língua oral e vice-versa”, possibilita a “comunicação entre Surdos e Surdos por meio da Libras para outra língua de sinais e vice-versa” e ainda traduz “textos escritos, orais ou sinalizados da Língua Portuguesa para a Libras e outras línguas de sinais e vice-versa” (Brasil, 2023).

A profissão de Tradutor e Intérprete da Libras é regulamentada pela Lei nº 12.319, de

1º de setembro de 2010. Os incisos I, II, III e IV do Art. 6 da referida lei define quais são as atribuições deste profissional:

I - efetuar comunicação entre Surdos e ouvintes, Surdos e Surdos, Surdos e surdocegos, surdo-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas (Brasil, 2010).

Existem relatos de intérpretes de Libras que atuam de forma indireta no Brasil desde a década dos anos de 1980, o que, a depender do ângulo de análise, não pode ser considerado um exercício ilegal. A Constituição Federal de 1988, no Art. 5º, inciso XIII, assevera que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Assim, o livre exercício é balizado pelo atendimento às qualificações profissionais exigidas e estas adquiridas a partir da formação profissional.

Na década de 90, os marcos legais apontavam diretamente para a necessidade de se ter um profissional TILS qualificado e com habilidade de mediar e envolver pessoas Surdas. A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, assegura, na perspectiva do cumprimento das exigências de formação de profissionais, que:

O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias- intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (Brasil, 2000).

Inicialmente, as formações eram voltadas para o contexto do aprendizado da Libras, onde o TILS participa de programação específica para o desenvolvimento linguístico. Atualmente, a formação dos intérpretes de Libras educacionais que atuam em sala inclusivas requer também uma formação didático-pedagógica, tendo em vista que o TILS é responsável pelo processo de ensino-aprendizagem dos alunos Surdos matriculados na escola pública.

Foi a partir da Lei de Libras nº 10.436/02 e, posteriormente, com o Decreto nº 5.626/2005, que se legitimaram os Profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras. Até aquele ano, a Lei nº 10.436/02, a Lei nº 10.098/00, a Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca e outros documentos nacionais e internacionais garantiam, de forma indireta, a atuação dos intérpretes em escolas públicas, a fim de promover acessibilidade às pessoas Surdas, garantindo também sua atuação em outros setores públicos onde os Surdos precisassem de acesso à comunicação, como delegacias, hospitais, concursos, meio jurídico, etc.

Com o passar dos anos, a comunidade surda – pessoas Surdas e não surdas que

compartilham do mesmo objetivo em prol do povo Surdo – lutaram e conseguiram que os TILS tivessem o exercício da profissão regulamentada. Mas somente em 2010, pela Lei nº 12.319/2010, alterada para a Lei nº 14.704/2023, que estes profissionais atuantes, diante de duas línguas de forma simultânea e/ou consecutiva, passaram a ser reconhecidos de forma legal.

Em consonância com a Lei nº 14.704/2023, a conduta do profissional Tradutor Intérprete de Libras diante do seu trabalho é assim especificada:

Art. 7º O tradutor, o intérprete e o guia-intérprete devem exercer a profissão com rigor técnico e zelar pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e, em especial;

[...]

III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir, interpretar ou guia-interpretar (Brasil, 2023).

Os intérpretes de Libras promovem o conforto linguístico para as pessoas Surdas que utilizam da Libras para se comunicarem com pessoas não surdas. Se os Surdos estão nas salas de aula, nas escolas da Educação Básica, Graduação, Pós-Graduação e/ou setores públicos ou privados, lá também deverão estar os TILS, promovendo acessibilidade linguística entre Surdos e ouvintes. Conforme Souza (2007, p. 159), este profissional nem sempre atua especificamente com a interpretação e tradução, mas também são responsáveis pelo processo de formação dos alunos Surdos, pois eles, de forma empírica ou institucionalizada, passaram a desenvolver procedimentos de ensino para que os alunos Surdos aprendam de fato e sejam sujeitos reflexivos e críticos.

O Decreto nº 5.626/05, no capítulo “Educação de Surdos”, faz menção aos intérpretes e, nesse contexto, sua formação também é descrita como necessária, porém, pode se dar por meio da formação inicial e continuada. Durante a formação destes agentes educacionais, é de suma importância que estes tenham contato direto com pessoas Surdas. Tudo isso implica uma formação adequada, que pode ocorrer em curto, médio e longo prazo.

Estes profissionais devem receber formação continuada diferenciada daquela recebida pelos professores de áreas específicas, visto que suas demandas de formação são diferentes quando se trata do domínio técnico da Libras. Contudo, não se pode desprezar que há uma lacuna significativa, no que tange à participação destes profissionais em processos formativos que envolvem aprendizados acerca do processo de ensino-aprendizagem de alunos Surdos dentro do ambiente de sala de aula.

Para Souza,

A ação do intérprete não pode ser considerada similar a de um *language translator*, ele é, antes de tudo também um educador. [...] ou seja, aquele profissional partícipe da formação educativa de crianças e jovens em instituições de ensino. Estou propensa

a acreditar que a interpretação em contexto escolar, tal como tecnicamente muitas vezes é reduzida a interpretação (Souza, 2007, p. 159-160).

Assim, é necessária a compreensão que a atuação do TILS em processos educacionais está envolta em uma complexidade dialógica e didático-pedagógica, que vai além da mera tradução literal de informações. Se, na sua atuação, o profissional em tela não é capaz de se envolver com o estudante Surdo e de otimizar seu potencial pedagógico, é certo que a atuação destes profissionais comprometerá a qualidade da educação bilíngue para os alunos Surdos.

3.3 O Tradutor e Intérprete de Libras e as exigências formativas para o exercício profissional

Fatos importantes e relevantes sobre as carreiras dos TILS serão apresentados a seguir. Nossa expectativa é que estes profissionais e/ou interessados por este assunto possam refletir acerca da sua importância e da sua atuação no contexto da sala de aula.

Segundo Quadros (2005), historicamente não é possível traçar com precisão o momento em que os intérpretes iniciaram sua atividade, mas é plausível imaginar que, assim como as pessoas buscam ajuda para se comunicarem em línguas diferentes, também há necessidade de intérpretes.

No caso dos Surdos, levanta-se a hipótese de que a interpretação nasceu no ambiente familiar e, gradualmente, se estendeu aos demais espaços, aos professores de crianças surdas e ao contexto religioso e, a partir da presença deste profissional, os Surdos tiveram acesso aos bens e serviços comuns a todos. Com o passar dos anos, a partir do fortalecimento dos movimentos sociais e políticos das/nas comunidades surdas e do reconhecimento legal das línguas de sinais, houve a necessidade de se reconhecer a atividade profissional do TILS, resguardando o direito linguístico das pessoas Surdas.

Numa rápida revisão histórica, Quadros (2005, p. 14) apresenta que as primeiras formações para esta profissão ocorreram na segunda metade do século XIX. Em 1875, há registros de sua existência no contexto religioso. Diante de uma necessidade, em 1938, o Parlamento Sueco criou o cargo de conselheiros surdos, e só no ano de 1947 foram então colocadas mais de 20 pessoas na função de intérprete para atender às demandas surgidas. Em 1968, finalmente as pessoas Surdas daquele país puderam participar do primeiro curso de treinamento de intérprete na Suécia.

Ainda segundo a autora, em 1815, Thomas Gallaudet atuava como tradutor de Laurent Clerc, um Surdo francês que morava nos Estados Unidos. Mais de um século depois, no ano de 1964, foi então fundada a Associação Nacional de Intérpretes para Surdos, que trabalhava com pessoas voluntárias. Esta associação passou, no ano de 1972, a selecionar e certificar intérpretes

qualificados, manter seus registros, promover a elaboração de um código de ética e ofertar atividades de formação que contribuíssem para o desenvolvimento profissional dos tradutores intérpretes (Quadros, 2005. p. 16).

No Brasil, a partir do reconhecimento linguístico e legal existente das pessoas Surdas, várias medidas foram buscadas para atender às normas legais e garantir a presença de profissionais qualificados nos diversos contextos que envolvem a Língua Brasileira de Sinais e a língua portuguesa. Assim, o Decreto nº 5.626/2005 estabelece que “a formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa”.

No primeiro momento, o decreto estabeleceu o prazo de dez anos para que houvesse exames de proficiência mediante os parâmetros previamente estabelecidos que pudessem atestar o domínio da Libras por parte daqueles que até aquele momento exerciam o trabalho de intérpretes no Brasil, principalmente nas escolas e universidades. O exame foi denominado de Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa, o Prolibras, pelo Ministério da Educação (MEC) em 2006.

O Decreto nº 5626/2005. Art. 20, parágrafo único, disciplinava a constituição da banca de avaliação:

O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes Surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior (Brasil, 2006).

Em cumprimento ao referido decreto, o Ministério da Educação e as instituições credenciadas foram orientadas a promoverem o exame anualmente, porém, ele foi aplicado apenas nos anos de 2007, quando as edições de 2006 e 2007 foram aplicadas uma bem próxima da outra.

A realidade é que, mesmo tendo realizado o exame de proficiência, este resolvia apenas uma ponta da problemática posta naquele momento acerca das exigências para o acesso e atuação profissional. Se, de um lado, as instituições começaram a utilizar este exame para cumprir o que o decreto propunha para as suas contratações, principalmente as instituições públicas, de outro lado, acabava não suprimindo pelo fato da avaliação ser apenas no nível de fluência ao qual o candidato se submetia. A exemplo, se o candidato passava no teste de fluência em nível médio, nada o impediria de interpretar em uma universidade, visto que os cargos efetivos eram acessados pelo certificado de nível médio que era o exigido para a posse.

Essa forma de provimento durou até a sanção do Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, que extinguiu do Plano de Carreira dos Cargos dos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) do TILS. Devemos ter em mente que é imprescindível, para o tradutor e intérprete de Libras, ter uma fluência nas línguas fonte e língua alvo, porém, nem todos os que são considerados bilíngues possuem competência tradutória. O exposto é reiterado por Albir (2005, p. 19), ao expressar que “embora qualquer falante bilíngue possua competência comunicativa nas línguas que domina, nem todo bilíngue possui competência tradutória”.

A competência tradutória é um conhecimento especializado que incorpora um conjunto de conhecimentos e habilidades que distinguem um tradutor de outros falantes bilíngues não tradutores. Os tradutores intérpretes têm necessidades formativas que vão além desse campo, carecendo de implementação de ações de formação que os apoiem, dando a eles o devido suporte no desenvolvimento de práticas pedagógicas que fortaleçam o processo de ensino-aprendizagem por meio da tradução e interpretação em contextos educacionais.

Para além de possuir um domínio robusto e proficiente das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação – a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a língua portuguesa –, o TILS necessita de um conhecimento abrangente e aprofundado a respeito de uma série de questões intrinsecamente ligadas à língua, à cultura e aos sujeitos participantes da interação comunicativa, com especial atenção à pessoa Surda.

Almeida e Lodi (2014) pontuam que

a tradução e a interpretação configuram-se como atividades de elaboração de conceitos, exigindo múltiplos saberes, além do conhecimento das línguas, Libras e português, e da fluência na língua de sinais. Esse saber específico é fundamental, mas insuficiente, dado que, como uma prática não mecânica, a tradução e interpretação envolvem processos de produção de sentidos, abrangendo tempo, sujeitos, espaços, discursos, histórias e diferentes linguagens das línguas, por isso a importância de uma formação contínua, da reflexão sobre a prática e da troca com pares e com profissionais mais experientes (apud Giamloureño, 2018, p. 45).

Portanto, é desejável que ele tenha conhecimento da cultura, história, valores, costumes, lutas e conquistas da comunidade Surda, pois esse momento envolve processos cognitivos complexos que ele deve dominar fluentemente. Diante desse imperativo da profissão, nos últimos anos, percebemos que o nível dos processos de interpretação e tradução tem se elevado no Brasil, entretanto, não em níveis desejáveis

Dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (2006), os intérpretes fazem parte da família dos filólogos, intérpretes e tradutores e sua identificação é feita sob o código 2614-10, que abrange as denominações de: intérprete - intérprete - comercial, intérprete de comunicação eletrônica, intérprete de conferência ou tradutor simultâneo.

Entre as suas atribuições, constam que:

Traduzem, na forma escrita, textos de qualquer natureza, de um idioma para outro, considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público-alvo específico. Interpretam oralmente, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos, formas de comunicação eletrônica e linguagem de sinais, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes. Tratam das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem; fazem a crítica dos textos (Código Brasileiro de Ocupações, 2006).

A partir deste cenário mais regulamentado, embora ainda não no nível necessário, vários estados se organizaram para a contratação deste profissional, sendo que o contexto educacional é ainda o que tem maior número quantitativo de profissionais alocados. Além disso, em ato contínuo, aprovaram leis que pudessem garantir que estes profissionais fossem reconhecidos legalmente. Destacamos que a primeira iniciativa deveria ser a aprovação de uma lei que reconhecesse a Libras como meio de comunicação da Comunidade Surda local.

A Lei Estadual nº 1.487, de 24 de janeiro de 2003, instituiu a Libras no estado do Acre e deu outras providências. No art. 4, dispõe que “a rede pública de ensino, através da Secretaria de Estado de Educação do Acre (SEE/AC), garantirá o acesso à educação bilíngue, desde a educação infantil até os níveis mais elevados do sistema estadual de ensino, aos alunos Surdos”. Assim, a partir da instituição e do reconhecimento da importância da Libras, materializados na aprovação da legislação, um segundo desafio precisou e ainda carece ser enfrentado: a formação destes profissionais necessita ser organizada e amplamente ofertada em todas as regiões do país.

É preciso destacar que a oferta dos cursos de formação inicial, na modalidade de bacharelado em Letras/Libras, não conseguiu abranger todos os estados brasileiros, pois não houve, no Brasil, uma ampliação de oferta de cursos e nem de vagas suficientes que pudessem atender às necessidades cidadãs das pessoas Surdas.

Na esteira das iniciativas de formação, no ano de 2008, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) deu início ao curso de Bacharelado em Letras/Libras em modalidade EaD, com polos em algumas capitais brasileiras para atender inicialmente às necessidades colocadas a partir da Lei nº 10436 (Lei da Libras) e da Lei nº 10.098 (Lei da Acessibilidade). Segundo os dados que constam na página eletrônica do Letras/Libras UFSC, a primeira turma formou 312 alunos. Nacionalmente tínhamos, então, os primeiros profissionais formados que atendiam às exigências normativas e que estavam aptos a atuarem em todas as etapas da Educação.

Frente a todo o esforço nacional de formação profissional do TILS, o estado do Acre também se engajou nesse movimento. À semelhança do que ocorreu em diversos estados brasileiros, no estado, a preocupação com a formação dos TILS teve início no contexto religioso, marcado pelas necessidades da Igreja Batista do Bosque (IBB), 1u3 é considerada pioneira no atendimento às pessoas Surdas como entidade filantrópica e de evangelização.

Posteriormente, a Secretaria de Estado de Educação do Acre, em parceria com a Igreja Batista do Bosque, estendeu a formação aos professores do estado, bem como àqueles que estavam na função de intérprete de Libras nas salas de aulas das escolas públicas estaduais, como veremos a seguir.

3.4 Os profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras no Acre: perspectivas formativas em construção

No estado do Acre, os estudos sobre a Língua Brasileira de Sinais iniciaram-se por volta de 1997, na cidade de Rio Branco, com os primeiros cursos sendo oferecidos pelo Ministério Mãos do Senhor (MMS/IBB). Porém, estes cursos não tinham certificação e, naquele contexto, os estudos sobre a Libras eram voltados para interpretação em contexto religioso, considerando suas demandas. Como pioneira, tanto na tradução de seus eventos, quanto no estudo da Libras, a IBB tornou-se referência no estado do Acre pelo corpo de tradutores e intérpretes que consolidou.

No ano de 1999, em parceria com a SEE, a Igreja Batista do Bosque passou a utilizar uma abordagem metodológica específica, e os tradutores e intérpretes passaram a ser certificados ao final dos processos de formação. Este pode ser considerado um trabalho embrionário de formação e profissionalização de tradutores e intérpretes. Inicialmente estas ações foram realizadas no município de Rio Branco, capital do Acre, paulatinamente se estendendo para os demais municípios. Outras iniciativas foram pautadas na perspectiva de ensino para Surdos, ancoradas na concepção de Comunicação Total, progredindo e alcançando a abordagem educacional denominada de bilinguismo.

Para Quadros (2000, p. 21), o bilinguismo tem compromisso com o ensino de Libras como língua principal e determinante para a identidade Surda desde o processo de alfabetização, prosseguido pela compreensão da língua portuguesa escrita como segunda língua, proporcionando aos alunos, concomitantemente, um ambiente linguisticamente favorável em todas as atividades desde o início de seu aprendizado. Outra característica importante a ser destacada é que, no bilinguismo, o aluno Surdo tem acesso aos conteúdos por meio da sua língua em seus diferentes níveis: fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos e pragmáticos.

No ano de 2000, de forma emblemática, a SEE fez sua primeira contratação de professor intérprete de Libras (Roney Monteiro), cujo processo de formação se deu a partir do MMS/IBB. Como intérprete, ele foi contratado para realizar a capacitação em Libras para os profissionais de instituições governamentais e não-governamentais, atuou como intérprete até 2007, deixou seu legado contribuindo para o avanço da difusão da Libras, da Educação de Surdos e

oportunizou aos seus contemporâneos o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete de Libras/Português em todo o estado do Acre.

No ano de 2001, foi oferecida a primeira capacitação para professores intérpretes pelo Programa de Educação de Surdos (MEC/FENEIS/UFRJ). Nela, dois professores do Acre participaram, Nina Rosa Araújo e Lindomar Torres. Nesse mesmo ano, outro feito merece destaque, foram contratados Professores Tradutores Intérpretes para as seguintes escolas estaduais: Dr. Mário de Oliveira, Colégio Acreano, Colégio Barão do Rio Branco e Neutel Maia, que foram pioneiras na inclusão de alunos Surdos e as primeiras a demandarem à SEE a necessidade de contratação de profissionais intérpretes de Libras.

Estes professores contratados como TILS desenvolveram suas atividades profissionais em todos os níveis de ensino e em diferentes modalidades. Alguns faziam parte do quadro de servidores efetivos da SEE/AC, entretanto, como não havia, e nem há, apenas o cargo de Tradutor Intérprete de Libras na rede estadual, os servidores que dispunham de conhecimento linguístico da Libras e atuavam como agentes de inclusão nas escolas foram designados a desenvolverem suas funções como TILS. Dessa forma, o enquadramento destes profissionais foi feito em cargos e carreiras já existentes. Quando se tratava de contratação de professor, a SEE/AC passou a fazer o enquadramento de licenciados que tinham curso básico de Libras.

Contudo, em que pese essas iniciativas emergenciais e não desconsiderando seu valor no contexto em que ocorreram, a atuação profissional do TILS, como já mencionado em outros capítulos, exige muito mais que um curso básico de Libras. A Lei nº 10.436/2002 trata também, ainda que de forma indireta, dos serviços de atendimento pelos sistemas nas áreas da saúde, educacional, empresarial etc. Isso implica diretamente na exigência de profissionalização de TILS, abrindo-lhes possibilidades de atuação profissional nos mais diferentes segmentos de setores públicos e/ou privados. A legislação citada, no Art. 3, assevera que “as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor”.

No ano de 2005, o Ministério da Educação, em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados, promoveu a implantação dos Centros de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), tendo como objetivo, dentre outros, promover cursos de formação de profissionais tradutores/intérpretes, produção, tradução e adequação de material didático para alunos Surdos na rede regular de ensino.

A despeito dos prazos para a implementação dos CAS, no Acre, eles começaram a ser estruturados e organizados no mesmo ano. Em seu quadro de ações, o CAS/AC exerce um papel

fundamental na formação continuada dos professores intérpretes de Libras que atuam nas escolas públicas do estado do Acre. Atualmente, o CAS/AC tem um núcleo de formação no município de Cruzeiro do Sul, segundo maior município, distante 624 Km da capital.

A partir do ano de 2006, o movimento de inclusão se intensificou e todos aqueles profissionais que atuavam na escola de Surdos foram direcionados a desenvolverem suas atividades profissionais nas escolas. O CAS/AC, que era responsável pela formação, passou a responder também pelo processo de recrutamento dos TILS. O grande desafio posto foi o de organizar a formação continuada dos professores TILS, que, no contexto exposto, tinham conhecimento da Libras, mas precisavam compreender e dominar as estratégias de interpretação, além de darem continuidade aos estudos linguísticos da Libras.

Destacamos aqui que, quando nos referimos ao aprendizado linguístico da Libras, ratificamos o fato de que a maioria dos TILS que desenvolvia suas atividades profissionais em escolas acreanas, entre os anos de 2000 a 2009, aprendeu Libras fundamentada na concepção da Comunicação Total, que, segundo Capovilla (2000), trata-se de uma corrente filosófica educacional que se baseia na utilização de todos os recursos possíveis, palavras, símbolos, sinais naturais e artificiais para estabelecer comunicação com a pessoa Surda. Logo, o desafio estava posto ao CAS/AC, uma vez que era desejável que a formação continuada se desse na perspectiva do denominado bilinguismo.

Em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no que se refere à exigência de ter a certificação do Prolibras para atuar como TILS, na pesquisa documental, identificamos que nele foram aprovados vários intérpretes de Libras com Nível Médio: Cláudia Martins, Heiri-Vando Dantas, Karlene Ferreira, Rosiene Santos e Sônia França. Também foi o primeiro ano em que foi organizada a primeira formação continuada para intérprete-educacional, oferecida pelo CAS/AC, com carga horária de 80h.

Em 2008, foi realizada outra edição do Prolibras com a aprovação dos intérpretes com Nível Médio: David de Almeida Junior e Diemes Farias de França. No ano de 2009, houve a aprovação, no mesmo Exame de Proficiência, com Nível Superior, os seguintes intérpretes: Cristiane Nogueira, Juliana Bernardino, Nina Rosa, Patrícia Miranda e, com Nível Médio, foram aprovados Regina Mendonça e Ramon Santana. Em 2011, no referido exame, com participantes que possuíam o Nível Superior, foram aprovados: Karlene Ferreira, Sônia França e Suseni Veras. Já na edição correspondente a 2012 e 2013, não houve aprovados para intérpretes. Por fim, no ano de 2015, na última edição do exame de proficiência, apenas Denise

Pontes foi selecionada. Como a capital Rio Branco ainda é considerada uma cidade pequena, posto não ter alcançado ainda 500.000 habitantes, o que a colocaria no rol das médias cidades pelo IBGE, podemos afirmar que a maioria dos profissionais que entraram na área, à época, submetendo-se aos exames do Prolibras permanece na área como intérpretes ou professores de Libras.

O Decreto nº 5.626/2005, no capítulo V, trata da formação do Tradutor e Intérprete de Libras e assevera, no Art. 17, que “a formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa”. Entretanto, o decreto abre prerrogativas legais no Art.18, que, nos próximos dez anos, a partir da publicação deste, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, “deve ser realizada por meio de: I - cursos de educação profissional; II - cursos de extensão universitária; e III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação”.

Contudo, na esteira das prerrogativas, o Parágrafo Único abre a possibilidade de que a formação de tradutor e intérprete de Libras possa ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III, a saber, instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Dessa forma, retrocedendo na linha histórica traçada, no dia 19 de abril de 2008, um feito merece destaque. Um grupo de tradutores e intérpretes de Libras fundaram a Associação dos Profissionais Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais - Libras no Estado do Acre (ASTILEAC), que tem como um de seus objetivos investir na formação continuada dos TILS em todo o estado. Com base nesse objetivo, a ASTILEAC realizou Encontros de Tradutores e Intérpretes (ETILS) e eventos de formação política, estratégias de interpretação, dentre outros.

Considerando a oferta de cursos de graduação, no ano de 2014, a Universidade Federal do Acre criou o curso de licenciatura voltado para a formação de novos professores de Libras. Esta formação não contempla as necessidades dos TILS, visto que, pelo Decreto nº 5.626/2005, vigente naquele momento, havia a orientação de que o curso de graduação, apto a formar TILS era o bacharelado; orientação que permanece, sendo corroborada pela Lei nº 14.704/2023.

Em 2017, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) abriu a primeira turma do Curso Técnico de Tradução e Interpretação da Libras (CTILS). Um curso voltado para aqueles que possuem o Nível Médio. Não se exige nenhuma formação inicial ou

curso básico de Libras para se ter acesso à inscrição e, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, tendo como pré-requisitos para ingresso:

Para ingresso no curso técnico subsequente, o estudante deverá ter concluído o ensino médio.

Para ingresso no curso técnico concomitante, o estudante deverá estar cursando o ensino médio.

Para ingresso no curso técnico integrado ao ensino médio, o estudante deverá ter concluído o ensino fundamental.

Para ingresso no curso técnico integrado à educação de jovens e adultos, o estudante deverá ter concluído o ensino fundamental (Brasil, 2024).

A duração do curso descrita no catálogo é de um ano e seis meses, ou três semestres, porém, o curso ofertado pelo IFAC teve duração de dois anos ou quatro semestres, incluindo visita técnica para estágio no segundo ano. Este curso não foi mais ofertado desde o processo seletivo para o ano de 2023.

No ano de 2024, segundo os dados do Censo Escolar de 2024, foram matriculados 172 alunos com deficiência auditiva em todo o estado do Acre. Integram este conjunto de alunos: pessoas com deficiência auditiva que não são usuários da Libras, pessoas com deficiência auditiva com comorbidades e/ou outras deficiências e as pessoas com deficiência que são usuárias da Libras. Nesse sentido, o Centro de Apoio ao Surdo (CAS/AC) oferece formação continuada para os TILS lotados em escolas estaduais com o intuito de garantir um melhor atendimento aos alunos Surdos usuários da Libras.

3.5 Formação inicial e continuada dos TILS: o enfrentamento às necessidades formativas

No panorama histórico educacional brasileiro, formulado por Saviani (2009, p. 144), a preocupação com a formação didático-pedagógica do professor foi aventada em 1827 com o advento da Lei das Escolas de Primeiras Letras. À época, várias reformas foram realizadas para que se pudesse atender às necessidades formativas dos futuros professores. Destacamos que a necessidade de saber, ter domínio de uma gama de conhecimentos e saber ensinar um conteúdo é imperativo do contexto e do desenvolvimento profissional do professor.

Passando pelos diferentes períodos da história da educação brasileira, especialmente aqui nos reportando aos séculos XX e XXI, tanto a formação inicial, quanto a formação continuada foram se inserindo, de algum modo, na agenda formativa dos profissionais da educação e vinculadas aos aspectos normativos exigidos. Nesse contexto, o profissional TILS também se insere, especialmente, a partir da primeira década do século XXI, no Brasil.

Quadros (2005), ao fazer um panorama sobre a formação de intérpretes no mundo e no Brasil, evidencia a necessidade de formação, atuação, código de ética, entre outros processos que envolvem o ato de interpretar. Vale ressaltar que sua produção serviu, e ainda serve, como

guia para compreendermos quem é o profissional TILS, os diferentes contextos nos quais ele se insere e quais são suas necessidades formativas.

Ao se discutir as exigências e/ou necessidades formativas, para Quadros (2005 p. 51), é preciso considerar que há vários níveis de formação de intérpretes para Surdos e que estes níveis podem ir da formação em nível médio a cursos de pós-graduação. É lugar comum no discurso que o TILS necessita estar em constante busca por qualificação para atender aos usuários da Libras, buscando sempre o investimento na ampliação do seu repertório de interpretação.

Para a atuação profissional, além de investimento na ampliação de seu repertório, este profissional requer formação didático-pedagógica, aqui entendida como uma formação holística, consubstanciada numa práxis que se realiza, preponderantemente, em espaços formais e em tempos específicos, com processos e estratégias singulares. Para a autora (idem, p. 51), nos processos “interpretatórios”, a formação se faz ainda mais desejável, em virtude da sua complexidade. Por isso, a formação do intérprete de Libras carece ser discutida e receber uma atenção especial. Segundo ela, a demanda por intérpretes no campo educacional em todos os níveis é tão grande que, na direção de atendê-las,

As pessoas que dominam a língua de sinais acabam assumindo a função de intérprete sem a devida qualificação, comprometendo a qualidade da interpretação. Os Surdos agradecem o fato de terem intérpretes, mas sofrem com a qualidade da interpretação tendo, muitas vezes, o seu processo de aprendizagem prejudicado (Quadros, 2005, p. 64 - 65).

O exposto ganha contornos ainda mais complexos se o contextualizarmos a uma sala de aula dos anos finais do Ensino Fundamental, onde o TILS requer conhecimento das singularidades e especificidades das diferentes áreas do conhecimento e traduzir e interpretar o trabalho de diferentes professores. No âmbito educacional, a figura do TILS adquire um papel de fundamental importância, posicionando-o no processo de ensino e aprendizagem. Sua atuação na sala de aula, mediando a comunicação entre professores e alunos Surdos, torna-o um dos profissionais necessários para a inclusão escolar do aluno Surdo.

Embora reconhecemos que suas atribuições não são claramente definidas e extrapolam em muito o estabelecido no Decreto nº 5.626/2005, ele tem responsabilidade de auxiliar no processo de “acessibilidade linguística dos alunos Surdos que frequentam parte da Educação Básica e Ensino Superior, interpretando do Português para a Libras e vice-versa”. Entretanto, cabe ressaltar que o TILS não é apenas o profissional que interpreta conteúdos em sala de aula, ou em espaços de interação entre Surdos e ouvintes, mas é também o profissional que desenvolve estratégias com os alunos Surdos para aquisição e compreensão do conteúdo e das informações.

Por definição legal, no Art. 6º da Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010, figura entre as atribuições dos intérpretes “atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas”. Esta atuação, intrinsecamente, impõe a necessidade de domínio de conhecimentos específicos.

Martins (2007) corrobora essa ideia, dizendo que:

A falta de conhecimento específico em cada curso marca o pouco/nenhum domínio do conteúdo explanado. A princípio este é o ponto principal da dificuldade da atuação do intérprete acadêmico. A lacuna só ameniza na medida em que o intérprete vai se familiarizando com a linguagem utilizada em cada situação e faz parcerias com o professor (Martins, 2007, p. 164).

Assim, se o intérprete não for conhecedor de técnicas e estratégias, se não tiver um vocabulário adequado e não for familiarizado com o contexto educacional, poderá contribuir para deixar o aluno Surdo em desvantagem no processo de ensino-aprendizagem.

Rodrigues e Valente (2011, p. 26 - 27), referindo-se aos TILS que atuam na Educação de Jovens e Adultos, observaram que o intérprete necessita de conhecimentos cada vez mais específicos, especializados e aprofundados para poder realizar a interpretação de maneira compatível com o grau de exigência e em níveis cada vez mais elevados de escolarização.

Portanto, é imperativo que o TILS possua uma formação específica e contínua, alinhada às demandas do contexto educacional, entendendo que o bom desempenho da sua função impacta positivamente na vida acadêmica da pessoa Surda atendida por ele. É fundamental que o profissional domine as especificidades da Educação Bilíngue, compreenda as necessidades dos estudantes Surdos em diferentes níveis de ensino e esteja atualizado em relação às novas tecnologias e metodologias utilizadas no processo de ensino e aprendizagem. Uma formação adequada garante que o TILS possa desempenhar seu papel de mediador linguístico e cultural de forma eficaz, contribuindo significativamente para o sucesso acadêmico dos estudantes Surdos.

3.6 A formação inicial e continuada do TILS no Acre

Segundo as informações na página oficial da Universidade Federal de Santa Catarina, no ano de 2008, foi dado o *start* para a implantação dos polos do curso de tradução e interpretação da Libras e, na região Norte, a cidade de Manaus, capital do Amazonas, foi escolhida para ser a sede da oferta do referido curso. Entretanto, apesar de situado na mesma região, o deslocamento de Rio Branco a Manaus só é possível por meio de transporte aéreo. Para contextualizar, em 2024, o Acre não dispõe de companhias aéreas que ofereçam voos diretos para Manaus. Este foi um obstáculo que prejudicou a formação inicial do TILS residente no Acre.

A tecnologia tem sido uma grande aliada para mitigar a ausência de ofertas desse curso, que, atualmente, é ofertado em larga escala em formato EaD por universidades particulares, especialmente em regiões onde a oferta de cursos presenciais é limitada. A modalidade de Ensino à Distância (EaD) tem se destacado como uma alternativa viável e eficaz, permitindo que um número cada vez maior de pessoas interessadas na área possa se qualificar, independentemente de sua localização geográfica. Através das plataformas digitais, é possível, então, oferecer cursos de alta qualidade, com materiais didáticos atualizados, interação com professores e colegas e flexibilidade de horários, o que facilita a conciliação dos estudos com outras atividades.

Sem uma formação específica em Bacharelado em Letras/Libras, conforme a Lei nº 14.704, a contratação pela SEE/AC permanece sendo de pessoas portadoras de diploma de Licenciatura em qualquer área e que tenha cumprido carga horária de formação continuada de, no mínimo, 360 horas, demonstrando uma divergência em relação a essa exigência legal. Esta prática, embora permita ampliar o número de profissionais disponíveis para atender à demanda, levanta questionamentos sobre a adequação da formação destes profissionais para o exercício da função de TILS, especialmente considerando as especificidades da tradução e interpretação em contextos educacionais.

A implementação da formação continuada para os TILS que atuam em sala de aula, após o advento da inclusão, tem como nascedouro a necessidade de aprendizagem dos sinais específicos das diferentes disciplinas e áreas, requeridos no momento das aulas para que o aluno Surdo aprenda os conteúdos. Ora, o direito à inclusão assegurado na legislação não estava em compasso com a implementação das políticas no estado do Acre. Em muitos aspectos, sobretudo os atinentes aos requisitos formativos, estas ocorreram de forma abrupta, trazendo consequências para os profissionais que se encontravam nas escolas. Nessa direção, coadunando com a posição de Lacerda (2010):

A entrada dos TILS na educação deu-se sem um cuidado com sua formação prévia, e tornou-se comum pessoas sem formação no nível superior atuarem como intérpretes neste nível de ensino, ou ainda, não terem formação específica nas áreas de conhecimento em que atuavam (Lacerda, 2010, p. 140).

Assim, foi necessário organizar a formação adequada aos tradutores e intérpretes para que eles pudessem atender às necessidades educacionais das pessoas Surdas que estavam sendo incluídas nas escolas de todo o Brasil. O que veio a ter um grande avanço com as legislações que citam esse profissional, no início da década de 2000 o que impulsionou a oferta de cursos de formação e a valorização da profissão de tradutor intérprete de Libras.

Com o reconhecimento da Libras como forma de comunicação e expressão de pessoas Surdas oriundas de comunidades urbanas no Brasil, pela Lei nº 10.436/2002, a Libras entra em evidência, ampliando as pesquisas ao seu respeito. A tudo isso se soma o Decreto nº 5.626/2005, que traz, em seus artigos, pontos importantes sobre educação, saúde, formação e todos os recursos associados a Libras, como o tradutor intérprete de Libras, que só passou a ter sua profissão reconhecida pela Lei nº 12.319/2010.

A Lei nº 14.704/2023 trouxe significativas alterações para a regulamentação da profissão de Tradutor, Intérprete e Guia-Intérprete da Libras, estabelecendo novas diretrizes para o exercício desta atividade. A legislação, ao asseverar, em seu Artigo 4º, que "o exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete é privativo de pessoas diplomadas em curso de Educação Profissional, curso superior de Bacharelado em Tradução e Interpretação" (Brasil, 2023), redefine o perfil profissional do TILS, conferindo maior rigor e especificidade à formação exigida para o exercício da função. Esta nova perspectiva legal visa garantir a qualidade dos serviços prestados pelos TILS e a inclusão efetiva das pessoas Surdas em todos os âmbitos da sociedade (Brasil, 2023).

Estas legislações contribuíram para o fortalecimento da difusão da Libras e para a criação de cursos de graduação específicos para o ensino da mesma e o curso de formação em nível de bacharelado do profissional tradutor intérprete de Libras no ano de 2008. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) concentra o maior número de estudos e iniciativas que são referência para a área da Libras em todo o Brasil.

A formação do profissional tradutor intérprete passou, então, a ser discutida nas associações, nos setores responsáveis pela Educação Especial nas secretarias de Educação e nos núcleos de apoio e atendimento às pessoas com deficiência dentro das universidades e institutos federais. A ideia é caminhar para que a formação seja eficaz e traga resultados positivos, pois a área da Educação, principalmente a Educação Especial, ainda “deve” um bom atendimento aos alunos Surdos matriculados em seus espaços inclusivos.

Assim, de acordo com Lacerda (2004), o tradutor intérprete acaba assumindo várias funções, como “ensinar língua de sinais, atender a demandas pessoais do aluno, cuidados com aparelho auditivo, atuar frente ao comportamento do aluno, estabelecer uma posição adequada em sala de aula, atuar como educador frente a dificuldades de aprendizagem do aluno) que o aproximam muito de um educador” (2004, p. 3). Por isso, eles deveriam integrar o quadro da equipe educacional.

Na prática, a ideia ainda provoca bastante polêmica, o que enseja mais pesquisas para verificar as aproximações e distanciamentos entre o intérprete que atua em outro contexto e o intérprete que atua na Educação.

Conforme Giamloureño (2018), “para a atuação do intérprete no contexto educacional é fundamental a parceria com o professor, uma vez que não atua individualmente para a conversão de conteúdo, mas em coautoria com o professor”. Percebemos que o tradutor e o intérprete do contexto educacional carecem de alinhamento com as demandas trazidas pelos alunos e pelo professor, dessa maneira, sua formação inicial e continuada deve contemplar elementos que possibilitem seu melhor “desempenho”.

3.7 Necessidades formativas: novas perspectivas para um velho problema

Lacerda (2010) aponta para a persistência de um debate crucial na área da Educação, a saber: a responsabilidade pela formação docente. A autora destaca que, ao longo dos anos, tem sido recorrente a discussão sobre quem deve assumir a incumbência de qualificar os profissionais que atuam no contexto escolar: municípios, estados, ou União. Esta questão, segundo Lacerda, gera "embates" e divergências, uma vez que a formação inicial e continuada dos professores possui implicações diretas na qualidade do ensino e na aprendizagem dos estudantes (2010, p. 34).

De acordo com Cruz *et al.* (2018), o Programa Viver Sem Limites do governo federal, instituído pelo Decreto nº 7.612, de 17 de setembro de 2011, com vistas a financiar instituições de Educação Superior para a contratação de docentes e a aquisição de equipamentos, possibilitou a criação de novos cursos e a ampliação das vagas em cursos já existentes. Com isso, impulsionou a oferta de cursos superiores para tradutores e intérpretes de Libras e foi um passo importante para a profissionalização destes profissionais.

Santos (2006) nos apresenta um panorama histórico da formação do TILS, evidenciando que, antes do surgimento “desses cursos de graduação, a formação [...] se situava em cursos livres como os cursos de Nível Médio ou de Educação Profissional”. Esta realidade indica a evolução da área e a crescente necessidade de uma formação mais sólida e estruturada para atender às demandas da comunidade surda.

A interpretação da Libras é uma atividade complexa que exige um conjunto de habilidades e conhecimentos específicos. A falta de uma formação adequada e contínua compromete significativamente o exercício desta profissão, uma vez que o intérprete, sem o domínio necessário da língua e dos aspectos culturais da comunidade surda, não consegue garantir a fidelidade e a fluidez da comunicação entre os interlocutores. Assim, é fundamental

que a formação do intérprete transcenda o simples domínio da língua, abrangendo também estudos aprofundados sobre gramática, semântica e pragmática da Libras, bem como conhecimentos sobre a Cultura Surda, a Educação Bilíngue e sociolinguísticas relacionadas à comunidade Surda.

Lunetta e Guerra (2019, p. 13) asseveram que a formação de intérpretes de Libras revela um cenário complexo e desafiador, com diversas questões ainda pendentes. Além disso, uma comparação entre os investimentos destinados à formação de intérpretes e à formação em nível de licenciatura evidencia uma desigualdade que necessita ser superada. A participação ativa da comunidade Surda nesse debate também é fundamental, pois são os próprios Surdos que vivenciam as consequências da falta de acessibilidade e ausência de intérpretes em diversos ambientes diversos, como hospitais, fóruns e outras instituições públicas.

Em seu estudo, Ferreira (2015) aprofunda a discussão sobre as lacunas existentes na formação dos TILS e evidencia a necessidade de uma análise mais aprofundada da duração dos cursos de especialização, questionando se o tempo destinado à formação é suficiente para garantir a competência dos profissionais. Além disso, Ferreira chama a atenção para a importância de uma distribuição equilibrada das disciplinas, de modo a contemplar tanto os aspectos teóricos, quanto práticos da tradução e interpretação.

Dessa forma,

o tempo em aprender e compreender as técnicas de traduzir e interpretar podem ser questionáveis, devido que o tempo do curso não seria crucial para se demandar prática e ensino da língua, sendo assim, isso pode ser um problema para a atuação profissional desses que procuram a natureza desses cursos de especialização com o intuito de buscar formação e aprendizado para atuar profissionalmente (Ferreira, 2015, p. 36).

A formação de profissionais para atender às necessidades da Educação Especial, sob a ótica da Educação Inclusiva, revela-se uma tarefa complexa e multifacetada. Historicamente, a área tem sido marcada por lacunas e desafios, evidenciando a necessidade de investimentos contínuos em políticas públicas e práticas que garantam a formação adequada dos TILS.

Ao pensarmos na formação do TILS, faz-se necessário projetar um curso de formação em que seja imprescindível realizar uma análise minuciosa de diversos aspectos. Dentre eles, destacam-se a qualificação do corpo docente, a estrutura curricular, as competências e as habilidades a serem desenvolvidas, bem como os níveis de atuação profissional que os egressos estarão aptos a exercer.

É fundamental definir se os futuros intérpretes atuarão em escolas e em instituições “públicas ou privadas” e em quais “níveis de ensino” (Ensino Fundamental, Médio ou Superior). Ademais, é crucial estabelecer objetivos claros e específicos para o curso, visando

garantir a formação de profissionais qualificados para atender às demandas da comunidade surda. (Ferreira, 2015, p. 41)

Diante dessa perspectiva, a formação do TILS deve ser concebida de forma a abranger um conjunto de conhecimentos e habilidades indispensáveis para o exercício da profissão. É fundamental, portanto, que o processo formativo ofereça aos futuros profissionais uma base sólida em língua de sinais, língua portuguesa, cultura surda e técnicas de interpretação, garantindo que estejam aptos a atuar em diversos contextos e a atender às demandas da comunidade surda de forma eficiente e ética, já

que os cursos de formação para tradutores e intérpretes deveriam ter em sua matriz curricular: “ao fim desta disciplina os alunos serão capazes de [...]”. Isto proporciona aos discentes a absorção de conhecimento e compreensão sobre sua própria formação e atuação profissional (Ferreira, 2015, p. 54).

Ferreira (2015), em sua pesquisa de mestrado, defende a necessidade urgente de uma reformulação nos cursos de formação de TILS e argumenta que os modelos pedagógicos atualmente empregados não são suficientes para garantir a formação de profissionais qualificados para atender às demandas da comunidade surda. Em sua análise, Ferreira propõe que os cursos de formação de TILS adotem como referência os parâmetros utilizados nos cursos de formação de intérpretes de línguas orais, buscando aprimorar a qualidade do ensino e a profissionalização da área.

Esta referência tem por bases autores como Albir (2005), que, em seus estudos, propõe discussões em grupo, sugerindo uma formação que atinja os objetivos estabelecidos e dentro dos critérios que, efetivamente, consigam atender à realidade do trabalho de tradução e interpretação. Logo, o modelo de formação proposto no estudo de Albir (2005), “ensino de tradução por tarefas”, baseia-se em um conjunto de subcompetências inter-relacionadas, essenciais para a atuação do TILS.

Ao fazer esta discussão, Ferreira (2015) destaca:

- A subcompetência bilíngue, que envolve o domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da língua portuguesa, apresentando conhecimentos “pragmáticos, sociolinguísticos, textuais e léxico gramaticais”;
- A subcompetência extralinguística, relacionada ao conhecimento sobre a “cultura” surda e os aspectos sociolinguísticos da comunidade surda;
- A subcompetência estratégica, que diz respeito à capacidade de tomada de decisões e à gestão do processo interpretativo, buscando a “resolução de problemas”;

➤ A subcompetência instrumental, que engloba o domínio de ferramentas denominadas TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) e recursos utilizados na interpretação, e

➤ A subcompetência de conhecimentos sobre tradução, que abrange os fundamentos teóricos da tradução e interpretação, métodos e processos para a resolução de problemas tradutórios), e, por fim, os componentes psicofisiológicos, que se referem às habilidades cognitivas e físicas necessárias para o exercício da profissão.

A formação inicial dos TILS deve contemplar um conjunto abrangente de subcompetências, a fim de garantir a qualidade da interpretação e a inclusão dos alunos Surdos. As matrizes curriculares dos cursos de formação devem ser cuidadosamente elaboradas para que os futuros profissionais sejam capazes de desenvolver as habilidades e conhecimentos necessários para atuar de forma eficaz em diferentes contextos educacionais.

Nesse sentido, “É fundamental que a formação inicial aborde não apenas os aspectos linguísticos da interpretação, mas também as dimensões pedagógicas, psicológicas e socioculturais envolvidas nesse processo” (Giamloureño e Lacerda, 2021, p. 664).

No Acre, para atender à demanda descrita no Decreto nº 5.626, o que tem se oferecido a nível de formação continuada ao “novos” e “antigos” TILS são cursos por iniciativa de extensão universitária da Universidade Federal do Acre (UFAC), do Centro de Apoio ao Surdo e, também, do Instituto Federal do Acre, que, do período de 2017 a 2023, ofereceu o Curso Técnico de Tradução e Interpretação de Libras.

O CAS tem desempenhado um papel fundamental na oferta de cursos de formação continuada para os TILS atuantes na rede estadual de ensino. A oferta da formação continuada para os profissionais que atuam diretamente nas salas de aulas inclusivas tem papel fundamental no processo de inclusão dos alunos Surdos. Estas iniciativas, dessa maneira, demonstram o compromisso do Estado em promover a qualificação dos profissionais da área e garantir a qualidade dos serviços de interpretação.

A UFAC tem desempenhado um papel importante na qualificação dos TILS do estado, oferecendo uma variedade de cursos de extensão universitária, que abordam temáticas relevantes para a atuação dos TILS, para o desenvolvimento de habilidades pedagógicas e para a atualização sobre as legislações e políticas públicas relacionadas à educação de Surdos. Com o intuito de atender à crescente demanda por profissionais qualificados na área da Educação de Surdos, a UFAC oferece o curso de Licenciatura em Letras/Libras desde 2014. Esta iniciativa visa formar professores capacitados para o ensino da Libras em todos os níveis de ensino, desde

a Educação Básica até o Ensino Superior. Vale destacar que este curso não forma profissionais para atuarem na área da tradução e interpretação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) ofertou, entre 2017 e 2023, o Curso Técnico de Tradução e Interpretação de Libras, que teve seu reconhecimento pela Portaria nº 76 de 07 de fevereiro de 2017.

O referido curso tem o seguinte perfil:

Perfil profissional de conclusão: O (A) egresso (a) do Curso Técnico Subsequente em Tradução e Interpretação de Libras estará habilitado a realizar a interpretação simultânea entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa, com fluência e coerência, em diferentes espaços e situações. Pode atuar também na tradução de publicações e vídeos. Para realizar seu trabalho, o profissional dessa área leva em consideração os referenciais visuais, identitários e linguísticos da comunidade surda (IFAC, Portaria nº 76, 2017)

Fazendo uma análise das competências que devem ser adquiridas pelo TILS, é necessário fazer apontamentos no curso de formação técnica, visto que, a partir dos diversos aprendizados que são basilares durante o curso, uma carga horária de 1200 horas é insuficiente para formar um profissional que não tenha o mínimo conhecimento a respeito da Libras.

Lacerda (2010) enfatiza que, a respeito dos alunos não terem domínio da Libras ao iniciarem o curso para tradução e interpretação da Libras, isto não é uma realidade exclusiva do Brasil e que “[...] nem sempre é fácil o estudante adquirir e tornar-se fluente em uma língua nova durante a formação, que, em muitos casos, é de aproximadamente dois anos” (2010, p. 144).

A formação do TILS exige um conjunto complexo de competências que vão além do domínio da Libras e da língua portuguesa. É imprescindível que os cursos de formação técnica ofereçam uma carga horária adequada e um currículo abrangente, contemplando as diversas dimensões da profissão.

Atualmente, a carga horária de 1200 horas, embora seja um ponto de partida, se mostra insuficiente para garantir que os egressos estejam devidamente preparados para atuarem como mediadores linguísticos em diferentes contextos. A complexidade da Libras, as especificidades da interpretação em diversos ambientes e a necessidade de atualização constante exigem uma formação contínua e aprofundada.

É preciso mais tempo para uma formação adequada, logo, o curso técnico pode ser utilizado como formação continuada e focado num contexto específico de atuação do TILS que pode ser: educação, saúde, jurídico, cultural etc.

Sobre a atuação do TILS na área educacional, Lacerda (2010) aponta que

na atualidade, a demanda mais importante por este profissional está na área educacional e os estudantes nem sempre recebem formação aprofundada para atuar

neste campo e refletir sobre as especificidades de seu papel nos diferentes níveis de ensino. Por este motivo, defende-se que a formação dos TILS enfatize também as questões que envolvam o campo educacional e os princípios da educação inclusiva bilíngue, na medida em que este profissional terá papel fundamental no processo de aprendizagem das pessoas surdas (2010, p. 144 - 145).

É fundamental que os TILS tenham acesso a oportunidades de formação continuada que permitam a especialização em áreas específicas de atuação, como educação, saúde, jurídica e cultural. Esta especialização é crucial para que o profissional possa atender às demandas específicas de cada contexto e garantir a qualidade da interpretação.

Portanto, para se ter uma boa formação para a atuação como TILS, corroboramos com Lacerda, quando esta indica que:

Deste modo, defende-se que a formação de TILS contemple, entre tantos outros pontos, os aspectos discutidos até aqui: conhecimento aprofundado das línguas envolvidas nos processos tradutórios para além de seus aspectos linguísticos e/ou gramaticais, domínio de diversas formas de dizer em cada uma das línguas considerando a pluralidade de contextos e de sentidos possíveis, fidelidade aos sentidos e aos modos de enunciá-los em cada uma das línguas. Trata-se de aspectos que não serão facilmente construídos apenas pela atuação prática, necessitando de reflexão teórica e possibilidades de experiências que favoreçam que tais aspectos sejam apreendidos por aqueles que pretendem atuar como TILS (Lacerda, 2010).

A garantia da inclusão do aluno Surdo no ambiente escolar depende, em grande medida, da qualificação do TILS. Para que o processo de inclusão seja efetivo, é basilar que a formação inicial e continuada do TILS seja cuidadosamente planejada e estruturada. Uma formação adequada deve contemplar um conjunto de conhecimentos e habilidades que permitam ao profissional atuar de forma competente e ética, garantindo a acessibilidade comunicacional e a participação plena do aluno Surdo nas atividades escolares. A organização e a sistematização do processo formativo são essenciais para que o TILS possa desenvolver as competências necessárias para atender às demandas complexas da Educação Bilíngue.

No próximo capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa, os discutindo à luz do referencial teórico.

CAPÍTULO IV

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E AS NECESSIDADES FORMATIVAS DO TILS: OS ACHADOS DA PESQUISA

Assim como a partir do Trabalho o ser humano modifica o mundo e modifica a si mesmos, também os trabalhadores, por meio do seu “fazer” [...] terminam por modificar as próprias “forças produtivas” das quais participam como os principais “agentes de produção” (Barros, 2011).

Neste capítulo, aprofundaremos a análise dos dados produzidos a partir da aplicação de um questionário elaborado no *Google Forms*. O objetivo central foi identificar as necessidades formativas dos TILS no processo de ensino-aprendizagem com alunos Surdos no Ensino Fundamental II em escolas públicas localizadas no município de Rio Branco, Acre, apontando alternativas formativas para a melhoria da atuação dos TILS, investigando como estas necessidades impactam diretamente em seu desempenho profissional. Além disso, buscamos identificar e descrever os principais desafios enfrentados por estes profissionais no ano de 2024, propondo possíveis estratégias para mitigá-los a fim de aprimorar a qualidade do trabalho dos TILS no ambiente escolar.

É importante destacar que, durante a realização do estudo, fomos desafiados a respondermos à seguinte pergunta de pesquisa: que necessidades formativas são identificadas pelos TILS que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental nas escolas públicas de Rio Branco e de que maneira a formação continuada poderia contribuir para o aprimoramento de sua práxis?

A construção do referencial teórico para esta pesquisa iniciou-se com uma imersão em fontes bibliográficas que nos trouxessem um aporte teórico robusto e atualizado, a fim de “[...] fornecer informações sobre o problema levantado” (Bardin, 2011, p. 126). Por meio de uma cuidadosa seleção de autores e obras, buscamos estabelecer um diálogo entre as diferentes perspectivas teóricas, tendo como foco o trabalho do tradutor intérprete de Libras, sua formação e sua atuação no contexto educacional para a educação de Surdos.

Os textos selecionados foram fundamentais para a definição do nosso objeto de estudo e para a elaboração das questões norteadoras da pesquisa. A partir da análise aprofundada destes materiais, foi possível construir um arcabouço teórico sólido que norteou todas as demais etapas do desenvolvimento da pesquisa.

Com o intuito de garantir a rigorosidade científica, realizamos uma seleção criteriosa dos materiais que comporiam o referencial teórico. A partir da revisão da literatura, identificamos um conjunto de autores e obras que abordam, de forma aprofundada, a temática relacionada aos TILS, sua formação e contexto de atuação, revelando as pesquisas que já constam em repositórios de instituições de ensino públicas ou privadas. A escolha destes materiais foi orientada pelo critério da representatividade, conforme proposto por Bardin (2011), buscando abranger as principais teorias e perspectivas sobre o tema.

Diante da vasta gama de possibilidades, optamos por delimitar os textos que serviram a esta pesquisa, focando nos que falavam sobre a formação e atuação do TILS, mais especificamente os textos que nos direcionaram para os Tradutores e Intérpretes de Libras que atuam no contexto educacional, pois escolhemos aplicar a pesquisa para entender melhor os que atuavam no Ensino Fundamental II nas escolas estaduais da cidade de Rio Branco, Acre. A escolha foi motivada pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as especificidades da formação e atuação destes profissionais no contexto educacional e suas necessidades formativas para desenvolverem um trabalho de qualidade.

Entendemos que a identificação das necessidades formativas dos TILS que atuam no Ensino Fundamental II poderá servir como base para futuras pesquisas que investiguem outras etapas da Educação Básica e Superior, permitindo comparar os resultados e identificar possíveis similaridades e diferenças entre os diferentes níveis de ensino, mas, principalmente, na formulação de políticas de formação continuada que supram estas necessidades. Isso possibilitou a “descoberta das características dos elementos presentes na amostra”, para que possa contemplar elementos idênticos a serem levados em consideração durante a pesquisa (Bardin, 2011).

Para a análise dos dados coletados nesta pesquisa, optamos por utilizar a técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Esta metodologia, amplamente utilizada nas ciências sociais, permite uma análise sistemática e rigorosa de dados qualitativos, como os obtidos em questionários semiestruturados. A escolha pela Análise de Conteúdo justifica-se pela necessidade de “identificar, classificar e interpretar os significados presentes nos discursos dos participantes”, possibilitando uma compreensão aprofundada das experiências e percepções dos TILS em relação à sua prática profissional (Bardin, 2011, p.16).

Como referenciado no Capítulo 1, para a análise dos dados coletados, adotaremos algumas categorias do MHD como referencial teórico-metodológico. Esta perspectiva teórica, por enfatizar as relações de produção e as contradições sociais, permitiu uma compreensão mais

profunda dos desafios enfrentados pelos TILS nas suas necessidades formativas e em seu trabalho.

Ao analisar a categoria trabalho, buscamos “compreender as condições de trabalho” dos TILS, as “relações de poder estabelecidas” e os processos de trabalho envolvidos na interpretação em âmbito educacional. A categoria contradição será utilizada para “identificar os conflitos e as tensões presentes” na prática profissional dos TILS e as possibilidades de transformação. A categoria historicidade permitirá analisar a “evolução da profissão ao longo do tempo, considerando as mudanças sociais e políticas” que influenciaram a atuação dos TILS. Por fim, a categoria práxis será utilizada para “compreender a relação entre teoria e prática”, buscando identificar as formas como os TILS “transformam a realidade social” por meio de seu trabalho (Marx, 1985).

De acordo com Neponucena *et al.* (2024, p 23), o MHD “oferece uma abordagem rigorosa e sistemática para a análise dos fenômenos sociais, garantindo que a interpretação de documentos e dados seja feita de maneira crítica e coerente”, desse modo, teremos uma análise aprofundada dos fenômenos que envolve este profissional que dedica seus estudos para promover a inclusão de pessoas surdas, bem como participa do processo de ensino-aprendizagem desses sujeitos.

A fim de responder à questão de pesquisa proposta, estruturamos o questionário em três dimensões. A primeira dimensão tem como objetivo traçar um perfil detalhado dos TILS participantes da pesquisa, descrevendo informações preliminares que serviram como base para as análises subsequentes. Na segunda dimensão, o foco recai sobre a formação inicial e continuada destes profissionais, buscando compreender os percursos acadêmicos e as experiências de aprendizagem vivenciadas. Por fim, a terceira dimensão descreve o desenvolvimento profissional dos TILS, identificando suas necessidades formativas e os desafios enfrentados no cotidiano em suas práticas.

Conforme estabelece a Resolução nº 347, de 20 de dezembro de 2023, o Centro de Apoio ao Surdo (CAS/AC) assume a responsabilidade primordial de fornecer e garantir a oferta de atendimento às pessoas surdas e aos profissionais da Educação ligados diretamente à Educação Bilíngue de Surdos. Esta atribuição legal confere ao CAS/AC o papel de órgão central na promoção da inclusão e da acessibilidade para a comunidade surda, assegurando que seus direitos sejam respeitados e atendidos de forma integral, bem como a oferta de formação continuada, como apresentados a seguir:

formação continuada contemplando as práticas interpretativas, metodologia de ensino de Libras, ensino de Português como segunda língua (PSLS), produção de materiais pedagógicos para professores das Salas de Recursos Multifuncionais, professores de

Libras e professores tradutores intérpretes de Libras das escolas da rede estadual de educação; • oficinas de Libras para alunos Surdos realizadas nas escolas de educação básica (Acre, 2023, p. 37).

Com o objetivo de atender à crescente demanda por profissionais qualificados em Libras, o CAS/AC, em 2024, promoveu a formação de 49 tradutores e intérpretes de Libras. Esta ação, de fundamental importância para a garantia da acessibilidade comunicacional dos alunos Surdos matriculados nas escolas públicas da rede estadual de Educação, resultou na qualificação de um número significativo de profissionais, cuja distribuição por nível de atuação na Educação Básica pode ser visualizada conforme o Quadro 4, onde apresentamos a distribuição dos TILS por nível de atuação. Destacamos que, para a realização da pesquisa, o recorte foi com sujeitos que atuam no Ensino Fundamental II.

Quadro 4 - Distribuição dos TILS por nível de atuação	
NÍVEL DE ATUAÇÃO	QUANTIDADE
ENSINO INFANTIL	08
ENSINO FUNDAMENTAL I	10
ENSINO FUNDAMENTAL II	10
ENSINO MÉDIO	12
OUTROS (EJA, AEE)	09
TOTAL	49

Fonte: pesquisa documental (2025)

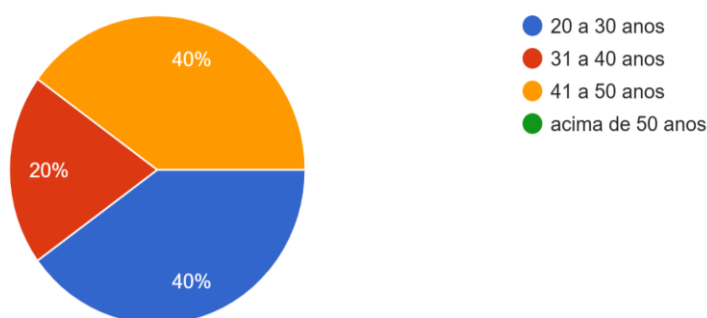
É importante ratificar que, na produção dos dados, obtivemos um percentual de 100% dos sujeitos participantes respondendo ao questionário, o que demonstra o alto engajamento dos TILS que atuam no Ensino Fundamental II e a relevância do tema para a categoria profissional. Esta adesão integral dos participantes possibilitou-nos a produção de um conjunto robusto de dados, que permitiram uma análise ampliada dos desafios enfrentados por estes profissionais em sua prática diária e suas necessidades formativas.

A produção dos dados e sua análise será apresentada seguindo as dimensões organizativas do questionário em consonância com os objetivos específicos da pesquisa. A fim de garantir a confidencialidade e o anonimato dos participantes da pesquisa, optamos por utilizar um sistema de identificação baseado em letras e números. Esta medida se faz necessária para preservar a privacidade dos respondentes e assegurar que suas informações pessoais não sejam divulgadas. Ao utilizar códigos, garantimos que os dados produzidos sejam analisados de forma anônima, evitando qualquer tipo de identificação individual. Esta prática é fundamental para atender aos princípios éticos da pesquisa e garantir a participação voluntária dos sujeitos.

4.1 Dimensão I – perfil do TILS

A análise dos dados permitiu traçar um perfil mais preciso dos TILS que atuaram no Ensino Fundamental II nas escolas públicas estaduais localizadas no município de Rio Branco no ano letivo de 2024. Ao investigar a distribuição por faixa etária, observamos uma concentração significativa dos participantes entre as faixas de 20 e 30 anos e de 41 e 50 anos, como demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Faixa etária dos TILS

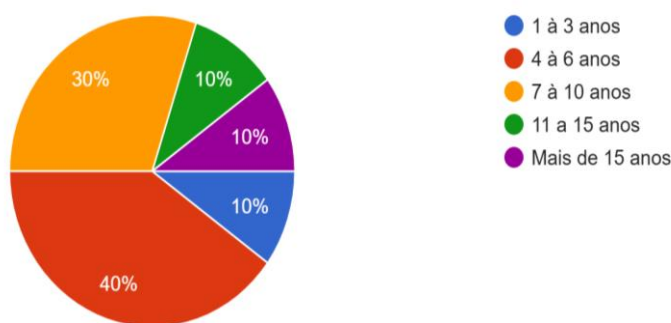


Fonte: dados extraídos da pesquisa (2025).

Os resultados da pesquisa indicam uma variedade de faixas etárias entre os TILS, com uma distribuição equilibrada entre os profissionais. Contudo, considerando os que se encontram nas faixas etárias entre 20 e 30 anos e 41 e 50 anos, 80% encontram-se nelas posicionados, o que sugere que a maioria dispõe de uma trajetória profissional consolidada e de conhecimento das especificidades da área. Esta experiência acumulada é fundamental para garantir a qualidade do trabalho no desenvolvimento da profissão. Todavia, chamou-nos a atenção o fato de nenhum respondente ter mais de 50 anos.

Quanto ao tempo de atuação como TILS, conforme o Gráfico 2, majoritariamente os profissionais têm de quatro a dez anos de atuação. Apenas um profissional tem mais de 15 anos de atuação, e outro tem menos de três anos. A atuação do profissional TILS, embora não seja nova nas experiências das comunidades surdas, ela aparece, há pouco mais de uma década em documentos oficiais no Brasil, como profissional responsável pela acessibilidade de sujeitos Surdos aos conteúdos tratados em espaços públicos e educacionais.

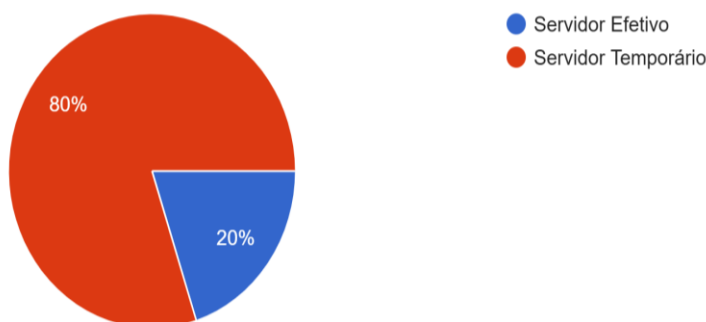
Gráfico 3 - Tempo de atuação como TILS



Fonte: dados extraídos da pesquisa (2025).

Ao analisar o regime de trabalho dos TILS, observamos uma disparidade significativa entre a minoria; a maioria atua sob o regime de contratação provisória/temporária, o que equivale a 80% dos participantes. A discrepância evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam a estabilidade profissional e a valorização da categoria, garantindo condições de trabalho mais justas e equitativas para todos os tradutores e intérpretes de Libras que atuam na educação do estado do Acre.

Gráfico 4 - Regime de Contratação



Fonte: dados extraídos da pesquisa (2025).

Há de se destacar ainda que, a despeito de haver algum tipo de investimentos na formação continuada, o fato destes profissionais estarem em regime de contratação provisória, não é garantia de permanência, nem de que a formação repercutirá na sua atuação profissional. Esta inferência parte de buscas realizadas na aba de notícias do site da SEE, onde é possível identificar a abertura de processos seletivos relacionados à contratação de profissionais para atuar nas escolas estaduais, atendendo aos diversos programas e modalidades de ensino.

Embora a criação do cargo de Professor Tradutor Intérprete de Libras no quadro de servidores da Secretaria de Estado de Educação do Acre tenha sido um avanço significativo para a valorização da profissão, ocorrido no ano de 2014, a efetivação dos profissionais ainda é um desafio a ser superado.

Apesar de já ter se decorrido mais de dez anos desde a criação do cargo, um número considerável de TILS continua atuando sob regime contratual temporário, em vez de ocupar efetivamente os cargos para os quais buscam sempre qualificação. Esta situação se deve, em grande parte, à ausência de concursos públicos específicos para o provimento dos cargos de TILS, o que impede a estabilidade profissional e a garantia dos direitos trabalhistas destes profissionais.

A estabilidade profissional emerge como um fator crucial para o sucesso da formação continuada, já que a ausência desta estabilidade contribui para a precarização do trabalho, bem como para a formação continuada dos TILS (Netto e Braz, 2008, p. 32). A alta rotatividade de profissionais, especialmente em áreas que não oferecem a garantia de um vínculo empregatício estável, como contratos temporários ou projetos específicos, impacta significativamente a efetividade das ações de desenvolvimento de competências.

A busca por estabilidade, através de concursos públicos, em áreas diversas, motiva muitos profissionais a deixarem suas funções atuais, interrompendo seus processos de formação, gerando um ciclo contínuo de perda de conhecimento e experiência para estes profissionais tão necessários para a inclusão escolar do aluno Surdo.

A constatação de que apenas dois respondentes se identificam como TILS efetivos, em meio ao contexto da pesquisa realizada em Rio Branco, Acre, suscita uma análise mais aprofundada sobre a realidade da atuação destes profissionais na região. A partir deste dado, é possível inferir que estes dois respondentes provavelmente ocupam cargos de professores e/ou, concomitantemente, desempenham a função de TILS nas salas de aula do município.

Esta dupla função, embora possa ser uma solução encontrada para suprir a demanda por intérpretes de Libras nas escolas, levanta questionamentos sobre a qualificação específica destes profissionais para a interpretação em Libras. A atuação como professor e intérprete exige competências distintas, e a sobreposição destas funções pode comprometer a qualidade da mediação linguística e pedagógica em sala de aula.

É importante ressaltar que a Lei nº 14.704, de 2023, estabelece requisitos para o exercício da profissão de TILS, incluindo formação específica.

Ao nos apropriarmos da categoria "trabalho" do MHD para consubstanciar a análise da condição do TILS, observamos uma clara precarização de suas condições de trabalho, muitas vezes caracterizada pela expropriação, como aponta Marx (1985). Há exigências legais relacionadas à atuação do TILS que não são cumpridas. Por exemplo, para o trabalho de interpretação, o revezamento é fundamental e, de acordo com a legislação, ele deve ocorrer sempre que uma atividade for “superior a 1 (uma) hora de duração [...] com, no mínimo, 2 (dois)

profissionais (Lei, 14.704, Art. 18, parágrafo único). No entanto, a prática de contratos provisórios, comum a este cargo na SEE/AC, contraria esta determinação legal, submetendo os TILS a jornadas exaustivas e condições laborais desfavoráveis, comprometendo a qualidade dos serviços prestados e a saúde dos profissionais.

Outra categoria do MHD que emerge nas análises é a “contradição” No caso específico do Acre, o primeiro concurso onde houve reserva de vagas para a Educação Especial foi iniciado no ano de 2024, porém, sem vagas determinadas para provimento do cargo de Professor Tradutor Intérprete. A contradição se manifesta de forma clara na tensão entre a necessidade de desenvolvimento de competências, essencial para o avanço profissional e social, e a instabilidade no mundo do trabalho, que dificulta a efetivação de ações de formação continuada.

A exigência por qualificação profissional cada vez maior, aliada às precárias condições de trabalho às quais muitos tradutores e intérpretes de Libras estão submetidos, revela uma contradição que merece atenção. Esta situação evidencia a necessidade de repensar as relações de trabalho nessa área, considerando a importância social do trabalho do intérprete. Conforme Netto e Braz (2006, p. 37), o trabalho não se limita à produção de bens e serviços, mas também desempenha uma “função social” fundamental na transformação da sociedade. Ao mediar a comunicação entre Surdos e ouvintes, o intérprete contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

4.2 Dimensão II – formação inicial e continuada dos TILS

Uma segunda dimensão que foi explorada no questionário foi a formação inicial e continuada dos TILS. Interessava-nos saber de que curso os TILS eram egressos e se haviam participado de políticas de formação continuada.

Ao analisar a formação inicial dos TILS participantes da pesquisa, constatamos que a licenciatura emerge como a modalidade predominante, com 80% dos respondentes (oito participantes) reportando possuir formação na modalidade licenciatura. Este dado reflete a exigência da Secretaria de Estado de Educação do Acre (SEE/AC) de que os profissionais que atuam como professores na rede estadual possuam diploma de licenciatura plena em qualquer área do conhecimento do currículo. Além disso, atende ao dispositivo legal da Lei Complementar nº 274/2014. Apenas um dos participantes possui formação em bacharelado, com complementação pedagógica em Pedagogia, o que demonstra a influência da política educacional estadual na composição do perfil profissional dos TILS atuantes no Ensino Fundamental II. O outro perfil é de um profissional com formação em curso de bacharelado em Administração e com complementação pedagógica em Pedagogia. Esta diversidade de

trajetórias acadêmicas demonstra a heterogeneidade da formação dos TILS e a busca por qualificações adicionais para atender às demandas da profissão, além de buscar atender aos requisitos de ingresso no cargo de Professor Tradutor Intérprete de Libras.

Todavia, é preciso destacar que, na análise dos dados produzidos, revela-se uma incongruência significativa entre as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.704/2023, que altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e os procedimentos e práticas adotadas pela SEE/AC. Esta contradição evidencia um descompasso entre o arcabouço legal, que visa regulamentar e qualificar a atuação destes profissionais, e a realidade vivenciada no contexto educacional acriano frente às exigências da supracitada lei.

As categorias aportadas no MHD, que auxiliam nossa análise, nos fazem enxergar a contradição existente entre as disposições da legislação nacional e a legislação local. A Lei nº 14.704/2023, que regulamenta a profissão do Tradutor e Intérprete, estabelece, de forma clara e inequívoca, que o exercício da interpretação de Libras é uma atividade exclusiva de profissionais com formação superior em nível de Bacharelado em Letras/Libras. No entanto, a prática observada na SEE/AC diverge desta determinação legal, e só não se configura numa situação irregular pelo fato destes profissionais serem nominados de Professores Tradutores Intérpretes de Libras, o que exige, para acesso à carreira, a formação inicial em licenciatura, ou mesmo complementação pedagógica para conseguirem ocupar as vagas ofertadas.

A formação inicial dos TILS participantes da pesquisa é reveladora de uma necessidade formativa importante: a ausência de uma formação profissional específica para a atuação como intérprete, pois, embora seja obrigatória a oferta de Libras nos currículos dos cursos de licenciatura, a disciplina não fornece as competências e habilidades necessárias para o exercício da profissão de TILS. Esta constatação evidencia a necessidade de uma formação mais especializada para os profissionais que atuam como tradutores e intérpretes, considerando que a Lei nº 14.704 estabelece que o cargo de TILS é privativo de portadores de diploma de bacharelado em Letras/Libras.

Ainda sobre a formação inicial, perguntamos que formação os sujeitos receberam para desenvolver sua prática pedagógica como TILS no processo de formação inicial. As respostas apontam que dois, ou seja, 20% dos participantes relataram ter recebido formação específica para a produção de recursos didáticos e para o uso de metodologias adequadas aos alunos Surdos à educação de Surdos. Outros 30% dos participantes afirmaram ter sido preparados para intervir no processo de ensino-aprendizagem de alunos Surdos. Os demais assinalaram não ter

recebido na formação inicial, formação específica para atuar como TILS, ou a receberam parcialmente, persistindo muitas necessidades formativas.

Outro dado importante a ser destacado é que, entre os participantes da pesquisa que possuem formação em licenciatura, dois destacaram ter concluído o curso de Letras/Libras. Esta especificidade na formação pode ter influenciado significativamente os resultados obtidos, uma vez que o curso de Letras/Libras proporciona uma imersão mais profunda na Língua Brasileira de Sinais, na Cultura Surda e nos aspectos sobre o ensino de Libras para pessoas Surdas e não surdas.

A formação específica em Letras/Libras auxilia estes profissionais com conhecimentos e habilidades mais aprofundadas em relação à produção de recursos didáticos, à aplicação de metodologias de ensino adequadas para alunos Surdos e à intervenção no processo de ensino-aprendizagem desses alunos, porém, este curso não forma Tradutores e Intérpretes, como já destacado no referencial teórico desta pesquisa.

No que concerne à formação continuada, os dados da pesquisa revelam um alto índice de participação em atividades de formação continuada na área da surdez entre os profissionais entrevistados. Oitenta por cento dos respondentes informaram ter participado de algum tipo de formação no ano de 2024, demonstrando um compromisso com o desenvolvimento profissional e a atualização de conhecimentos. A diversidade de opções de formação também nos chamou a atenção, uma vez que os participantes responderam ter participado de cursos promovidos pelo Centro de Apoio ao Surdo (CAS/AC), cursos livres na modalidade de Educação à Distância (EaD) e outros cursos independentes de instituições específicas. A variedade de opções indica a proatividade dos profissionais em buscar aprimorar suas competências e habilidades para atuarem de forma mais eficaz no campo da educação de Surdos.

O Centro de Apoio ao Surdo do Acre mantém seu papel de principal provedor de formação continuada para os TILS que atuam nas escolas públicas estaduais do estado e desempenha um papel fundamental na qualificação e atualização profissional dos TILS. Esta atuação contínua do CAS/AC é essencial para garantir a qualidade da Educação Bilíngue para Surdos no estado do Acre.

A pesquisa revelou que a formação continuada dos TILS é buscada predominantemente em cursos livres de capacitação, com 60% dos participantes optando por essa modalidade. Em seguida, os cursos de aperfeiçoamento foram escolhidos por 20% dos respondentes, demonstrando um interesse em aprofundar conhecimentos em áreas específicas. A especialização *lato sensu* foi a opção de 10% dos participantes, indicando uma busca por uma formação mais estruturada e com maior carga horária. Chama a atenção o fato de 10% dos

respondentes terem indicado "outra" modalidade de formação continuada, sendo que um dos participantes relatou ter realizado 1000 horas de formação em uma instituição de ensino particular, evidenciando a diversidade de opções e a busca por uma formação personalizada e adaptada às necessidades individuais.

Embora a formação inicial dos participantes da pesquisa, licenciados ou com complementação pedagógica, não tenha, segundo eles, contemplado a formação didático-pedagógica específica para atuarem como TILS, é notável o esforço em suprir esta lacuna através da formação continuada. Um dado relevante é que 80% dos respondentes relataram ter participado de atividades de formação nessa área em 2024. A procura por qualificação indica a conscientização dos profissionais sobre a importância da formação específica para o exercício da profissão, especialmente considerando que a Lei nº 14.704 exige formação em Bacharel em Letras/Libras para o exercício do cargo de TILS, o que difere da formação em licenciatura dos participantes. O exposto evidencia também as necessidades formativas advindas da formação inicial.

Perguntamos também se dentro do contexto formativo os sujeitos conseguem se entender/compreender/reconhecer como um sujeito político quando está atuando em sala de aula, e não somente um tradutor-intérprete, restrito à realização de uma função técnica. Os resultados da pesquisa revelam que os TILS compreendem seu papel como sujeitos políticos atuantes no processo educativo. Ao desempenharem suas funções em sala de aula, eles se veem como profissionais que contribuem ativamente para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Esta percepção, alinhada à concepção de educação de Saviani (1994, p. 24), que concebe o ato educativo como um processo de produção da humanidade, evidencia a importância indiscutível do TILS para a inclusão do aluno Surdo. Ao mediar a comunicação entre o professor, o aluno Surdo e a comunidade escolar, os TILS não apenas garantem o acesso ao conhecimento, mas também contribuem para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seus direitos.

Seguindo a análise na perspectiva de Netto e Braz (2006, p. 32), o “trabalho”, sob a ótica do MHD, é uma atividade humana essencialmente social, orientada para a produção de valores de uso, ou seja, de bens e serviços que satisfaçam as necessidades humanas. “Ao transformar a natureza, o trabalho não apenas produz os meios para a sobrevivência, mas também cria as condições para o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais” (Netto e Braz 2006, p. 32).

Ainda em consonância com os autores, “o Trabalho implica, pois, em um movimento indissociável em dois planos: subjetivo que se processa no âmbito do sujeito e objetivo que

resulta da transformação da natureza”. Ferreira (2003) afirma que é vital mergulhar no interior do cotidiano escolar para contemplar e interagir com todos e, assim, apreender os componentes subjetivos de suas relações e comportamentos.

Perguntamos aos TILS se eles compreendem que o trabalho que desenvolvem em sala de aula se consubstancia em uma prática pedagógica inclusiva. Nas respostas, pudemos evidenciar que eles são conscientes de que seu trabalho produz a inclusão, mas, para isso, ele necessita se constituir, sempre, como uma atividade coletiva.

A prática pedagógica inclusiva pressupõe a participação de todas as pessoas envolvidas com a instituição escolar, tendo em vista que o projeto político-pedagógico, que confere identidade a escola e aos profissionais que nela trabalham, é uma construção coletiva, que deve viabilizar o enfrentamento da exclusão de pessoas com deficiência. Sem contar o esforço também coletivo de pautar todas as ações pedagógicas em princípios mais humanos e de qualidade. Segundo eles, há um esforço para que todo o trabalho realizado seja feito a partir do compartilhamento de ideias, informações e nivelamentos de conhecimentos a respeito da área de atuação, entretanto, nem sempre isso é possível.

A atuação do TILS, quando analisada sob a perspectiva do MHD, revela um caráter transformador que transcende a mera transposição linguística. Conforme os princípios do MHD, a práxis do TILS desencadeia uma série de mudanças em todo o processo que envolve suas ações, desde a busca contínua por aprimoramento profissional até a execução de seu trabalho, e, impulsionada pela consciência crítica e pela intencionalidade, implica uma relação dialética entre o TILS e o contexto em que atua.

Ao interpretar, o TILS não apenas traduz palavras, mas também media culturas, constrói significados e influencia as relações sociais. Corroborando Netto e Braz (2008), esta atuação complexa e multifacetada exige do TILS um constante processo de reflexão e ação, no qual a teoria e a prática se retroalimentam, impulsionando a transformação da realidade (Netto e Braz, 2008, p. 43).

Portanto, a práxis do TILS não se limita à mera execução de traduzir e interpretar conteúdos em sala de aula, mas abrange um conjunto de ações que visam a promoção da inclusão e a garantia dos direitos linguísticos da comunidade surda, o que corrobora com Souza em sua afirmativa de que “a interpretação em contexto escolar, tal como tecnicamente muitas vezes é reduzida a interpretação” (2007, p. 159-160).

Quando perguntados sobre a importância da formação continuada, os participantes foram unânimes em considerar que a formação continuada é imprescindível para melhorar o desempenho profissional, ratificaram que participaram das formações do CAS/AC e

responderam que a principal necessidade formativa da prática pedagógica é participar da formação continuada para a produção de recursos didáticos adequados a alunos Surdos, sendo isso imprescindível.

De acordo com Lacerda:

A consciência da necessidade de formação continuada deste profissional também merece ser abordada, já que ele precisará se atualizar constantemente, tanto no que se refere ao uso da Libras (que sofre fortes mudanças em função da expansão de participação cultural e social das comunidades surdas) como no que se refere às metodologias e conteúdos trabalhados nos espaços educacionais [...] (Lacerda, 2010).

Apesar dos inúmeros desafios inerentes à profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, é possível inferir que a consciência da necessidade de formação continuada, tanto por parte dos profissionais, quanto das instituições responsáveis, é de suma importância, uma vez que não se limita à aquisição de novas técnicas de interpretação, mas abrange um processo contínuo de atualização e aprimoramento de conhecimentos e habilidades.

A unanimidade observada nas respostas dos participantes da pesquisa, no que tange à importância da formação continuada para os TILS que atuam em contexto educacional, nos enche de otimismo enquanto pesquisadores. Esta convergência de opiniões encontra respaldo nas reflexões de Marx (2006, p. 115), que, ao discorrer sobre a categoria "práxis", destaca seu caráter transformador: "a Práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando a si mesmos".

A formação continuada, nesse contexto, configura-se como um instrumento essencial para impulsionar esta transformação na atuação dos TILS. Ao aprimorar seus conhecimentos e habilidades, os profissionais não apenas se tornam mais aptos a mediar a comunicação entre alunos Surdos e ouvintes, mas também se transformam em agentes de mudança, capazes de promover a inclusão e a acessibilidade no ambiente escolar.

Além disso, a formação continuada contribui para a valorização da profissão e para a melhoria da qualidade dos serviços de interpretação. Ao investir na formação de seus profissionais, as instituições demonstram o compromisso com a inclusão de pessoas surdas e com a garantia de seus direitos linguísticos.

É importante ressaltar que a formação continuada não se restringe a cursos e *workshops*, mas também inclui a participação em eventos científicos, a leitura de artigos e livros especializados e o intercâmbio de experiências com outros profissionais da área.

4.3 Dimensão III- desenvolvimento profissional e necessidades formativas

Ao analisar a dimensão do desenvolvimento profissional e as necessidades formativas dos TILS, um dado peculiar chamou a nossa atenção: 50% dos participantes da pesquisa relataram ter tido contato com pessoas Surdas antes de iniciarem sua trajetória como profissionais da área. Por outro lado, a mesma proporção de respondentes afirmou não ter tido este tipo de experiência prévia. O resultado revela uma mudança significativa no perfil dos TILS em comparação com décadas passadas. De acordo com Rodrigues e Valente (2012, p. 16), era comum que muitos profissionais tivessem contato com a comunidade surda por meio de laços familiares, no entanto, hoje outras prerrogativas os aproximam do exercício profissional.

A análise histórica apresentada no primeiro capítulo desta pesquisa aponta que, conforme Marques (2017, p. 34), as primeiras experiências com a surdez se davam, predominantemente, no âmbito familiar e em instituições filantrópicas. Estes contextos, marcados por diferentes valores, práticas e concepções sobre a surdez, exerceram um papel fundamental na construção das conquistas identitárias de pessoas Surdas e como a surdez era percebida pela sociedade. Atualmente, o contato com pessoas Surdas antes da formação se dá por meio de diversas outras experiências, como atividades voluntárias, projetos sociais, ou mesmo convivência em ambientes escolares e universitários.

O aprofundamento nos dados produzidos revelou um “equilíbrio” interessante em relação à experiência docente dos TILS participantes da pesquisa. Quando questionados sobre sua atuação como professores em sala de aula, 50% dos respondentes (cinco participantes) afirmaram já ter exercido essa função, enquanto os outros 50% (cinco participantes) indicaram nunca ter tido a experiência de sala de aula. O exposto possibilita a reflexão de que a trajetória profissional dos TILS é bastante diversificada, com alguns profissionais combinando a atuação como intérpretes e docência e outros dedicando-se, exclusivamente, à interpretação e seus estudos.

Consolidada no MHD, podemos afirmar que este “equilíbrio” nos faz enxergar que a diversidade nas trajetórias profissionais dos TILS reflete as desigualdades sociais e as diferentes posições que os indivíduos ocupam nas relações de produção. Embora não seja objeto de estudo desta pesquisa, os TILS na atualidade têm assumido outras funções no processo de ensino-aprendizagem do aluno Surdo. Ao assumirem múltiplas funções, estes profissionais buscam garantir sua subsistência e, ao mesmo tempo, contribuem para a reprodução das relações sociais

existentes. No entanto, esta tentativa de conciliação pode gerar novas contradições e conflitos, como aponta Marx (1985).

No sentido de entender como ocorrem as experiências no desenvolvimento profissional dos TILS, foram apresentadas várias opções para que eles assinalassem as alternativas que melhor pudessem caracterizar sua prática de planejamento.

Nesta questão, apresentaremos os resultados que foram mais frequentes e os menos frequentes. As respostas mais frequentes ocorreram nos seguintes itens: *“Planejo a partir do uso de recursos tecnológicos (internet, glossários de Libras, vídeos no Youtube)”*; *“Estudo o material previamente, tirando possíveis dúvidas, utilizando de estratégias que auxiliem no momento da interpretação”*; *“Planejo as aulas em conjunto com os professores das disciplinas das diferentes áreas”*, e *“Planejo sozinho utilizando o livro didático e materiais referentes as aulas que são disponibilizados pela escola”*.

As respostas menos frequentes foram: *“Busco ajuda de colegas que já trabalharam na mesma turma em que irei atuar ou estou atuando”* e *“Planejo com outro (s) TILS utilizando o livro didático/ou materiais referentes as aulas que são disponibilizados pela escola”*, fechando o conjunto de respostas sobre como ele planeja sua ação de interpretação.

Na esteira das contradições, é necessário destacar a resposta assinalada por dois TILS: *“Não me preparo antecipadamente porque são diferentes disciplinas e conteúdos”*. A afirmação corrobora a ideia de que a sobrecarga de disciplinas pode impactar nas ações prévias de preparo para interpretação em sala de aula e pode levantar questionamentos sobre a qualidade da interpretação em situações nas quais o intérprete não tem tempo suficiente para se preparar adequadamente.

A falta de preparação pode comprometer a precisão e a fluidez da interpretação, prejudicando a compreensão dos alunos Surdos e a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, sem deixar de mencionar o tempo de tradução e interpretação ininterrupto e sem revezamento, como mencionado anteriormente.

Ao serem questionados se enfrentam dificuldades/desafios na tradução e interpretação de conteúdos específicos, os participantes da pesquisa revelaram um cenário desafiador. Entre as alternativas apresentadas, a opção "sim, muitas vezes" e "sim" foram as mais assinaladas. O resultado indica que a grande maioria dos TILS (80%) enfrenta dificuldades em algum momento de sua atuação, evidenciando a complexidade da tarefa de mediar a comunicação entre ouvintes e Surdos em diferentes contextos, especialmente no ambiente escolar.

As dificuldades relatadas pelos participantes podem estar relacionadas a diversos fatores, como a especificidade do conteúdo, a falta de recursos didáticos adequados, a

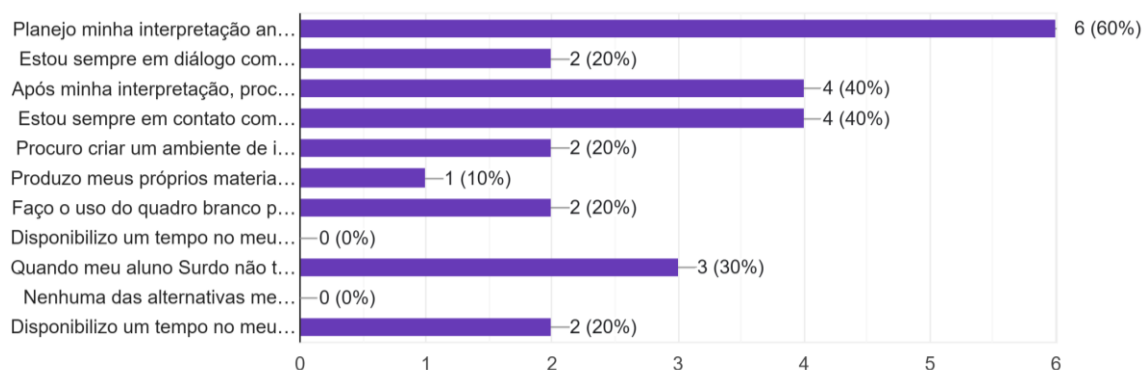
necessidade de constante atualização profissional e até mesmo a prática de planejamento coletivo.

Diante da constatação de que uma parcela significativa dos participantes da pesquisa enfrenta dificuldades na tradução e interpretação de conteúdos específicos, aprofundamos a análise, buscando compreender as estratégias utilizadas por estes profissionais para lidarem com as situações desafiadoras. Para tanto, direcionamos um questionamento específico aos participantes que haviam indicado enfrentar dificuldades "sim, muitas vezes" ou "sim", a fim de identificar as estratégias utilizadas por eles para minimizarem os impactos destas dificuldades sobre a qualidade da interpretação. Os resultados da análise estão apresentados na tabela a seguir:

Tabela 1 - Como você supera/resolve suas dificuldades

22. Se respondeu "SIM" ou "SIM, MUITAS VEZES" à pergunta anterior, como você supera/resolve a (as) dificuldade (s)?

10 respostas



Fonte: dados extraídos da pesquisa (2025).

As respostas evidenciam o empenho dos TILS em buscar estratégias/soluções para os desafios enfrentados em seu cotidiano profissional. Ao descreverem as estratégias utilizadas para minimizar as dificuldades na tradução e interpretação, os participantes demonstram uma proatividade e um compromisso com a qualidade do seu trabalho. Esta busca por aprimoramento contínuo reflete a importância que os TILS atribuem à sua atuação e à garantia da inclusão dos alunos Surdos no processo educativo.

A análise das respostas dos participantes desta pesquisa revela um esforço consciente e proativo na busca pela excelência na interpretação em sala de aula. Os TILS demonstram uma preocupação constante em planejar suas interpretações antecipadamente, visando otimizar a comunicação e garantir a acessibilidade do conteúdo para os alunos Surdos. Observamos também que 40% dos sujeitos da pesquisa destacam a importância da autoavaliação e da reflexão sobre a prática profissional, quando estes afirmam que, após cada interpretação, realiza

uma análise minuciosa de suas necessidades, tanto no domínio do conteúdo a ser interpretado, quanto na fluência e precisão da Libras. Esta postura reflexiva aponta um compromisso com o aprimoramento contínuo e a busca por sua “transformação” como “autoprodutores” (Netto e Braz, 2008, p. 44).

Além disso, os participantes enfatizam a importância da comunicação e da colaboração com os professores. O contato constante com os docentes permite que os TILS compreendam melhor o conteúdo a ser transmitido e adaptem suas estratégias de interpretação às necessidades específicas dos alunos Surdos. A parceria entre TILS e professores é fundamental para garantir a qualidade da Educação Bilíngue.

A categoria “contradição” emerge na questão relativa ao uso simultâneo de Libras, gestos e fala em situações em que o aluno Surdo não domina a Libras. É possível inferir que estes profissionais, apesar de serem contratados como TILS, podem não estar atuando com a interpretação da Libras em sala de aula, ou os alunos aos quais os mesmos atendem não têm domínio da Língua Brasileira de Sinais

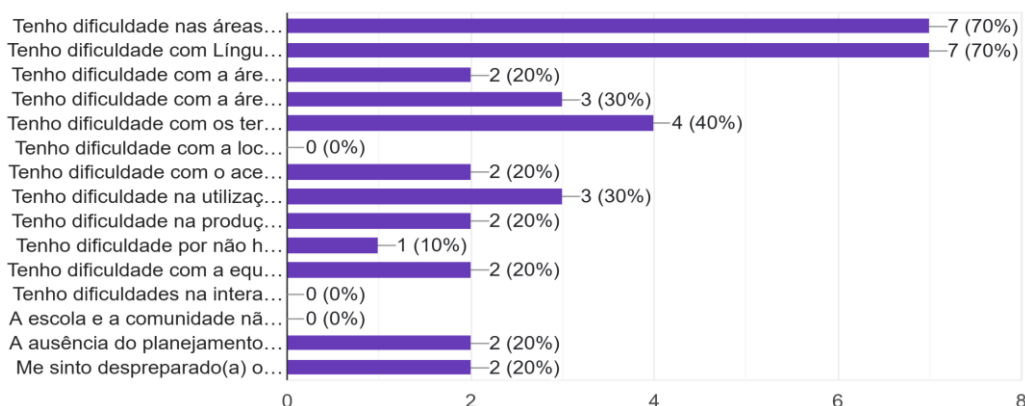
Em suma, as respostas dos participantes evidenciam um compromisso com a qualidade da interpretação, a busca pelo aprimoramento profissional e a colaboração com os professores. A postura proativa dos TILS, aliada à reflexão sobre a sua práxis, contribui para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e acessível.

Apesar dos esforços em suprir as necessidades formativas relacionadas à formação inicial, os TILS participantes da pesquisa sinalizaram desafios persistentes em suas práticas profissionais. Ao serem questionados sobre as principais dificuldades enfrentadas em sala de aula, as respostas dos participantes revelaram a complexidade do trabalho e a necessidade de uma formação profissional específica e aprofundada. A seguir, apresentamos os resultados da pesquisa que evidenciam as principais dificuldades enfrentadas pelos TILS.

Tabela 2 - Principais dificuldades na atuação profissional

23. Assinale as alternativas que melhor caracterizam suas dificuldades na sua atuação como TILSE

10 respostas



Fonte: dados extraídos da pesquisa (2025).

Os resultados obtidos na pergunta nº 23 apontam as dificuldades apresentadas pelos TILS, onde 70% dos participantes afirmam que “*Tenho dificuldade nas áreas de Exatas*”, seguida pela resposta 2: “*Tenho dificuldade com Línguas Portuguesa/Estrangeira*”, nos levando a inferir que, nesse ponto, não basta só o conhecimento da Libras para o desenvolvimento satisfatório em sala de aula. Este profissional, por vezes, requer o conhecimento de línguas estrangeiras também. O dado é corroborado por Martins (2009, p. 108) ao falar dos TILS de conferências, cujo “poucos profissionais possuem proficiência em uma língua estrangeira de modo a facilitar o trabalho”. Este mesmo contexto pode ser utilizado aqui no contexto educacional.

O dado “*Tenho dificuldade com os termos específicos utilizados pelos professores no momento das aulas*” foi uma das respostas com mais escolha pelos participantes, apresentando o dado que as disciplinas têm suas terminologias próprias e que nem sempre este conhecimento foi apresentado previamente ao TILS.

Outra resposta que obteve uma quantidade significativa de escolha foi: “*Tenho dificuldade com a área de Ciências da Natureza*”, uma disciplina com um grau de complexidade que exige o uso de muitos termos técnicos. Finalizando a análise das respostas mais escolhidas pelos participantes, temos: “*Tenho dificuldade na utilização dos materiais didáticos*”. No momento da análise, esta resposta se encontra com a categoria “contradição do MHD”, visto que todos os TILS contratados pela SEE/AC são licenciados e certamente tiveram disciplinas referentes ao uso de materiais didáticos em sala de aula.

Diante dos desafios e dificuldades relatados pelos TILS em suas práticas profissionais, buscamos compreender como estes profissionais avaliam sua atuação. Para tanto, questionamos

os participantes sobre como se sentem em relação ao seu desenvolvimento profissional. As respostas obtidas demonstram uma variedade de percepções, refletindo as diferentes experiências e desafios enfrentados por cada profissional. A análise detalhada das respostas permite identificar os principais sentimentos e expectativas dos TILS em relação à sua carreira. Os resultados desta análise estão apresentados na Tabela 3, onde tratamos sobre os sentimentos dos profissionais sobre seu desenvolvimento profissional.

Tabela 3 - Sentimento em relação ao desenvolvimento profissional



Fonte: dados extraídos da pesquisa (2025).

Na análise dos resultados, observamos uma aparente contradição: embora 50% dos TILS se declarem satisfeitos e seguros em relação ao seu desempenho profissional, um percentual considerável de 70% dos participantes identificou a necessidade de aprimorar sua formação. A divergência pode ser explicada pelo fato de que a satisfação profissional não está dissociada da busca por conhecimento e desenvolvimento. Mesmo os profissionais que se sentem satisfeitos com sua atuação reconhecem a importância de se manterem atualizados e de aprimorar suas habilidades para atender às demandas cada vez mais complexas da área.

A necessidade de formação continuada pode estar relacionada a diversos fatores, mencionados anteriormente, como a falta de planejamento, a quantidade e diversidade de conteúdos trabalhados e a ausência de revezamento, fatores que contribuem para gerar sobrecarga de trabalho e a necessidade de aprimoramento contínuo. Entretanto, a resposta mais importante para nós nesse contexto foi aquela assinalada pela maioria dos professores, com muitas necessidades formativas.

É interessante notar que, apesar de um percentual considerável de TILS se declarar satisfeito e seguro em relação ao seu desenvolvimento profissional, um contingente de 30% dos participantes expressou sentimentos de insatisfação e confusão. Esta aparente contradição merece uma análise mais aprofundada, pois a afinidade com a profissão, expressa pela

satisfação, contrasta com as dificuldades e incertezas relatadas por outros profissionais. É fundamental investigar, dessa maneira, as razões que levam um grupo de profissionais, que escolheram atuar nessa área, a se sentirem insatisfeitos e confusos em relação ao seu desenvolvimento e atuação. A identificação dos fatores que contribuem para esta insatisfação é crucial para a implementação de medidas que visem a melhoria da qualidade de vida profissional dos TILS e a garantia da inclusão dos Surdos.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre as dificuldades e desafios enfrentados pelos TILS em seu desenvolvimento profissional, a pesquisa incluiu uma seção aberta no questionário, na qual os participantes foram convidados a complementar suas respostas anteriores. Esta estratégia permitiu coletar informações qualitativas sobre as percepções dos profissionais em relação às dificuldades identificadas. Ao fornecer um espaço para que os TILS expressassem suas opiniões e experiências de forma livre, foi possível obter um panorama mais completo e detalhado sobre os desafios enfrentados pela categoria.

Assim, quanto às dificuldades e desafios, selecionamos os seguintes depoimentos:

Muitas áreas específicas que necessitam de maior tempo de estudo nos sinais, preciso de mais estratégias para melhorar a qualidade do meu trabalho (depoimento do TILS - 1).

Falta de formações específicas de áreas exatas (depoimento do TILS - 2).

Primeiramente a falta de um curso de graduação, e logo em seguida as formações continuadas e o contato com a comunidade surda (depoimento do TILS - 3).

Ausência de cursos específicos para a educação (depoimento do TILS - 4).

Porque a Libras é uma língua viva (depoimento do TILS - 5).

Os cursos não chegam nem perto da realidade em sala de aula (depoimento do TILS 6).

Trabalhar com alunos Surdos é muito gratificante e eu me identifico muito com a Libras. Porém, percebo que há a necessidade de formações mais específica para a profissão de tradutor/intérprete educacional. Considerando que a maioria dos alunos Surdos precisam aprender a própria língua materna e serem alfabetizados em português. Além do mais, é preciso considerar também o ano/série em que os discentes estudam e se eles já estão alfabetizados. Em suma, acredito que as formações para os ensinos fundamental I, II e ensino médio, deveriam ser separados, pois a atuação do professor intérprete de Libras de certa forma é diferente considerando a interpretação que precisa ser moderada etc (Sic) (depoimento do TILS - 8).

Falta de atender o público-alvo que é a pessoa surda de fato. Pois, sempre atendi D.A (depoimento do TILS -10).

Na fala do TILS – 1: “*Muitas áreas específicas que necessitam de maior tempo de estudo nos sinais, preciso de mais estratégias para melhorar a qualidade do meu trabalho*”, podemos perceber a sobrecarga na quantidade de áreas que os TILS interpretam nas salas de

aula, De acordo Martins: “a lacuna só ameniza na medida em que o intérprete vai se familiarizando com a linguagem utilizada em cada situação e faz parcerias com o professor” (Martins, 2007, p. 164).

A dificuldade relatada pelo participante da pesquisa, em sua fala, encontra um paralelo significativo com a categoria "trabalho" do MHD, no que se refere à precarização das condições de trabalho enfrentadas pelos TILS no ambiente escolar, o que, de acordo com Netto e Braz (2008), acaba gerando a expropriação de sua mão de obra (2008, p. 108).

A preocupação expressa pelo TILS – 2 em relação à *"falta de formações específicas de áreas exatas"* revela uma angústia profissional profunda, que evidencia um gargalo significativo na formação e atuação dos TILS em contextos educacionais. A ausência de formação continuada direcionada para áreas como matemática, física, química e outras disciplinas exatas representa um desafio considerável para os TILS, que se veem diante da necessidade de interpretar conteúdos complexos e específicos, muitas vezes sem o domínio adequado da terminologia e dos conceitos envolvidos, como aponta Giamlourengo (2018, p. 60).

Esta lacuna na formação continuada dos TILS impacta diretamente a qualidade da interpretação em sala de aula, prejudicando a acessibilidade dos alunos Surdos ao conhecimento e comprometendo a efetividade da Educação Bilíngue. A falta de familiaridade com os termos e conceitos das áreas exatas pode levar a interpretações imprecisas ou incompletas, dificultando a compreensão dos alunos Surdos e limitando seu desenvolvimento acadêmico.

A resposta do TILS – 3, ao destacar que *"primeiramente a falta de um curso de graduação, e logo em seguida as formações continuadas e o contato com a comunidade surda"*, evidencia uma preocupação fundamental para o desenvolvimento profissional dos TILS. A fala do participante revela a percepção de que a formação adequada não se limita à aquisição de conhecimentos teóricos, mas também exige uma imersão na Cultura Surda e na prática da Libras em contextos reais.

A ausência de um curso de graduação específico no Acre para a formação de TILS, mencionada pelo participante, representa uma lacuna significativa na formação inicial destes profissionais. A graduação em Tradução e Interpretação de Libras proporcionaria uma base sólida de conhecimentos linguísticos, culturais e pedagógicos, preparando os TILS para atuarem de forma competente e ética em diferentes contextos, como preconiza a legislação vigente, a saber: Lei nº 14.704/2023 e Lei nº 10.436/2002.

O contato com a comunidade surda, destacado pelo participante, é fundamental para a formação integral dos TILS. A imersão na Cultura Surda permite que os profissionais

compreendam as nuances da Libras, as particularidades da comunicação entre Surdos e as demandas da comunidade surda.

A fala do TILS – 4, ao destacar a "*ausência de cursos específicos para a educação*", indica uma preocupação pertinente e condizente com a dinâmica da área educacional. A Educação, por sua natureza, é um campo em constante evolução, com novas metodologias, tecnologias e abordagens pedagógicas surgindo continuamente. Nesse contexto, a formação continuada dos TILS torna-se crucial para garantir a qualidade da interpretação em sala de aula e a inclusão dos alunos Surdos (Ferreira, 2015, p. 36).

A ausência de cursos específicos para a Educação, mencionada pelo TILS – 4, representa uma lacuna significativa na formação continuada destes profissionais. A interpretação em contextos educacionais exige um conjunto de habilidades e conhecimentos específicos, que vão além do domínio da Libras e da língua portuguesa. É fundamental que os TILS estejam familiarizados com as teorias da Educação, as metodologias de ensino, as características da aprendizagem dos alunos Surdos e as políticas públicas de inclusão.

A fala do TILS – 5, ao reconhecer a importância das formações continuadas, aponta uma compreensão fundamental sobre a natureza dinâmica da Libras. A afirmação de que "*a Libras é uma língua viva*" destaca o fato de que a Libras está em constante evolução, com novas palavras, expressões e estruturas gramaticais surgindo continuamente, como salienta Quadros (2005).

Esta característica dinâmica da Libras exige que os TILS estejam em constante processo de atualização e aprimoramento. A formação continuada, nesse sentido, configura-se como um instrumento essencial para garantir que os profissionais acompanhem as mudanças na língua e possam oferecer uma interpretação precisa e eficaz.

A fala do TILS – 6, ao questionar a qualidade e a aplicabilidade das formações continuadas oferecidas por diversos agentes educacionais, levanta uma discussão crucial sobre a efetividade destas iniciativas. A afirmação de que "*os cursos não chegam nem perto da realidade em sala de aula*" revela uma preocupação com a discrepância entre o conteúdo teórico abordado nas formações e as demandas práticas enfrentadas pelos TILS no cotidiano escolar.

A declaração evidencia a necessidade de uma revisão crítica das formações continuadas oferecidas aos TILS, com o objetivo de garantir que o conteúdo abordado seja relevante e aplicável ao contexto real da sala de aula. A falta de conexão entre a teoria e a prática pode comprometer a qualidade da interpretação em Libras e não gera a transformação preconizada pelo MHD (Barros, 2011, p. 130).

A fala do TILS – 8, ao ressaltar a necessidade de uma formação condizente com a modalidade e o nível de atuação do TILS, reforça uma questão crucial e recorrente ao longo desta pesquisa. A especificidade da atuação do TILS em diferentes contextos educacionais, como Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, exige uma formação que contemple as particularidades de cada etapa e modalidade de ensino.

Segue a fala do TILS – 8:

Trabalhar com alunos surdos é muito gratificante e eu me identifico muito com a Libras. Porém, percebo que há a necessidade de formações mais específica para a profissão de tradutor/intérprete educacional. Considerando que a maioria dos alunos surdos precisam aprender a própria língua materna e serem alfabetizados em português. Além do mais, é preciso considerar também o ano/série em que os discentes estudam e se eles já estão alfabetizados. Em suma, acredito que as formações para os ensinos fundamental I, II e ensino médio, deveriam ser separados, pois a atuação do professor intérprete de Libras de certa forma é diferente considerando a interpretação que precisa ser moderada etc. (TILS – 8).

A formação inicial e continuada dos TILS deve ser cuidadosamente planejada e estruturada para atender às demandas específicas de cada nível de ensino. A adaptação de materiais didáticos, a mediação de conflitos, a colaboração com os professores e o uso de tecnologias assistivas são algumas das competências que devem ser desenvolvidas pelos TILS que atuam em contextos educacionais.

A fala do TILS – 8 está de acordo com Lunetta e Guerra (2019, p. 13) e evidencia a necessidade de um olhar mais atento para a formação dos TILS, com o desenvolvimento de cursos e *workshops* específicos para cada modalidade e nível de ensino. A formação continuada, nesse sentido, configura-se como um investimento fundamental para garantir a qualidade da educação bilíngue e a inclusão dos alunos Surdos no sistema educacional.

Em sua resposta, TILS-10, a saber: *o mesmo “falta de atender o público-alvo que é a pessoa surda de fato. Pois, sempre atendi D.A.”*, pôde expressar seus sentimentos em relação ao desenvolvimento profissional e revela um aspecto crucial e delicado da atuação dos TILS em contextos educacionais. A sensação de deslocamento, mencionada pelo participante, decorre da frustração em não atender diretamente aos alunos Surdos, que são o público-alvo de seu trabalho. A falta de contato direto com os alunos surdos, decorrente da dinâmica da sala de aula e da organização do ensino, pode gerar um sentimento de impotência e desmotivação nos TILS.

A fala do TILS-10 indica um profundo desapontamento decorrente da falta de contato prático com alunos Surdos em sala de aula, uma situação que, sem dúvida, impacta negativamente sua capacidade de aplicar e desenvolver a práxis transformadora preconizada pelo MHD. A práxis, como delineada pelo MHD, pressupõe uma relação dialética entre teoria

e prática, na qual a ação humana intencional transforma a realidade e, simultaneamente, transforma o próprio sujeito (Barros, 2011, p. 137).

Observamos, nos depoimentos, a forte presença de necessidades formativas em elementos de natureza didático-pedagógica, o que se constitui um sinalizador para a formulação de cursos de formação didático-pedagógica com esta finalidade.

Ao analisar as respostas dos TILS sobre a exigência de ter que sinalizar todas as disciplinas do currículo, constatamos que 60% dos participantes discordam desta prática, o que evidencia uma preocupação por parte dos profissionais em relação à qualidade da interpretação e ao impacto que esta exigência pode ter na formação dos alunos Surdos. Os TILS demonstram, assim, que a tentativa de abranger todas as disciplinas pode comprometer a profundidade e a qualidade da interpretação, prejudicando a compreensão dos conteúdos pelos alunos Surdos.

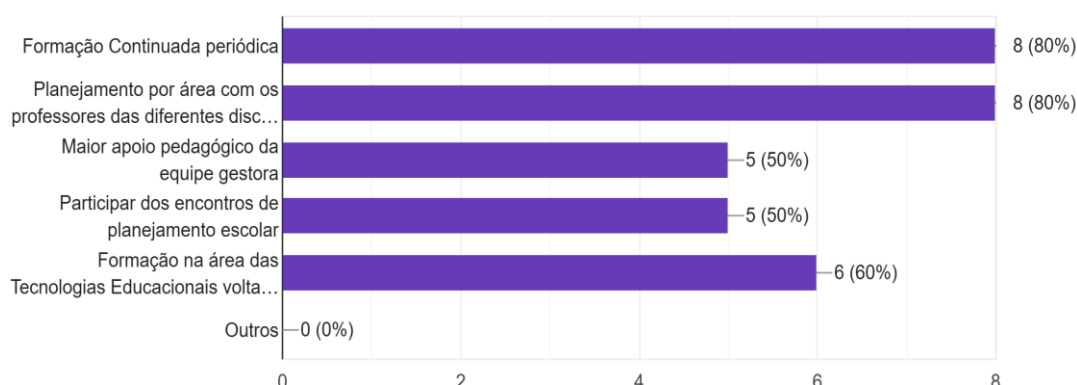
Solicitamos aos participantes que avaliassem sua prática profissional, refletindo sobre o papel da interpretação na garantia do acesso aos conteúdos e na promoção da inclusão. Ao solicitar a autoavaliação, buscamos identificar os desafios e as oportunidades percebidos pelos TILS em seu trabalho diário, bem como os fatores que influenciam a qualidade da interpretação e a efetividade do processo de inclusão. Os resultados do estudo dão conta de que, na percepção dos TILS sobre sua atuação em sala de aula, 90% dos sujeitos responderam que seu trabalho é *“importante e produz inclusão”*, que seu trabalho *“contribui para o fortalecimento da Libras”* e que *“a proposta de trabalho é excelente e que vê que tem um resultado satisfatório”*. Esta percepção positiva indica o engajamento e a satisfação com a profissão. No entanto, os dados também revelam que 10% dos participantes consideram que seu *“trabalho é importante, mas produz parcialmente a inclusão”*, acompanhados de 50% de respostas que apontaram que, a despeito de se trabalhar com afinco, *“as condições ainda não são satisfatórias”*. Os resultados salientam a necessidade de investimentos em políticas públicas que visem a melhoria das condições de trabalho dos TILS e a garantia da inclusão efetiva dos alunos Surdos.

Com o intuito de aprofundar a compreensão sobre as necessidades formativas e desafios enfrentados pelos TILS em seu trabalho, os participantes da pesquisa foram questionados sobre quais fatores consideram essenciais para o desenvolvimento de uma prática profissional satisfatória em sala de aula. A pergunta aberta permitiu aos TILS expressarem suas opiniões e sugestões de forma livre, contribuindo para uma análise mais completa e detalhada das demandas da categoria. As respostas obtidas para esta questão revelam uma diversidade de perspectivas e necessidades que serão apresentadas e analisadas na Tabela 4.

Tabela 4 - Necessidades para aprimoramento do trabalho

29. O que você precisa para desenvolver melhor seu trabalho como TILSE?

10 respostas



Fonte: dados extraídos da pesquisa.

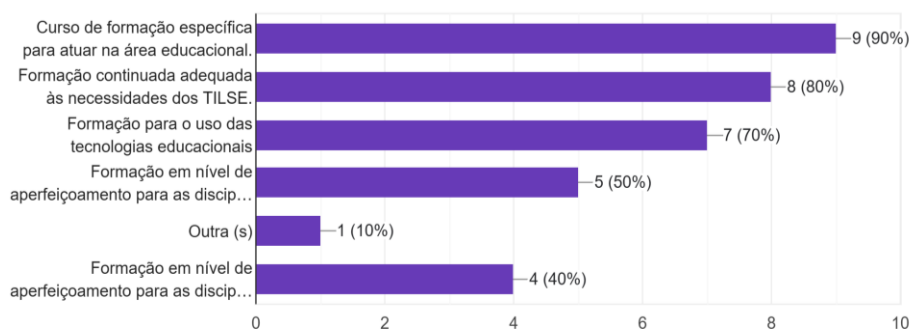
As respostas dos TILS evidenciam a necessidade de investimentos em diversas áreas para o aprimoramento da prática profissional. Majoritariamente as respostas indicaram “*formação continuada periódica*” e o “*planejamento por área com os professores das diferentes disciplinas*”. Um pouco menos frequente a “*formação na área das tecnologias educacionais voltadas para a atuação do TILS*”, mostrando que o trabalho dele precisa estar acompanhando do desenvolvimento tecnológico e de “*maior apoio da equipe gestora*”, que revela a necessidade de maior estreitamento de um trabalho colaborativo entre os TILS e equipe gestora da escola para garantir a qualidade da interpretação e a inclusão dos alunos Surdos. Por fim, a resposta “*participar dos encontros de planejamento escolar*” demonstra que o TILS entende que sua presença neste espaço de planejamento é importante para a sua atuação em sala de aula.

Com o objetivo de identificar as principais necessidades de formação dos TILS atuantes no Ensino Fundamental II, a pesquisa direcionou um questionamento específico sobre os tipos de cursos que eles consideram mais adequados para o desenvolvimento de suas competências. Ao solicitar a informação, buscamos compreender as demandas mais urgentes da categoria, visando contribuir para a oferta de programas de formação que atendam às necessidades reais dos profissionais e promovam a melhoria da qualidade da interpretação em Libras. As respostas obtidas para a questão salientam uma diversidade de necessidades formativas, que serão detalhadas na Tabela 5.

Tabela 5 - Necessidades Formativas

30. Que necessidades formativas são prioritárias no seu desenvolvimento profissional? Marque quantas opções desejar.

10 respostas



Fonte: dados extraídos da pesquisa.

A análise das respostas dos TILS revelou uma demanda significativa por formação especializada. Um destaque importante é a necessidade de *"formação específica para atuar na área educacional"*, apontada por 90% dos participantes como prioritária. A demanda indica a necessidade de cursos que abordem as especificidades da interpretação em contextos educacionais, incluindo a compreensão das dinâmicas de sala de aula, as características da aprendizagem dos alunos Surdos e as tecnologias assistivas disponíveis. Em seguida, 80% dos TILS destacaram a importância da *"formação continuada adequada às necessidades dos TILS"*, evidenciando a necessidade de um acompanhamento constante e personalizado ao longo da carreira. A *"formação para o uso das tecnologias educacionais"* também foi considerada fundamental por 70% dos participantes, demonstrando a importância de adaptar a prática profissional às novas ferramentas e recursos disponíveis. Por fim, 50% dos TILS apontaram a necessidade de *"formação em nível de aperfeiçoamento para as disciplinas de exatas, humanas e ciências da natureza específicas dessa área"*, indicando a necessidade de aprofundar conhecimentos em áreas específicas para atender às demandas de diferentes disciplinas.

Além das opções de formação que deveriam ser prioritárias para a atuação dos TILS, um dos participantes da pesquisa optou por indicar "outras" necessidades, salientando a complexidade e a diversidade das demandas da categoria. Ao ser questionado sobre qual seria a formação mais adequada, o profissional sugeriu *"formações específicas para os ensinos fundamental I, II e Ensino Médio"*. A demanda revela a necessidade de cursos que contemplem as particularidades de cada etapa da Educação Básica, considerando as especificidades da língua de sinais, as características dos alunos Surdos em cada fase de desenvolvimento e as demandas pedagógicas de cada nível de ensino. A oferta de formações específicas para cada

etapa da Educação Básica permitiria aos TILS desenvolverem as competências necessárias para atuarem de forma mais eficaz e eficiente em cada contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por intuito responder à seguinte pergunta: *que necessidades formativas são identificadas pelos TILS que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental nas escolas públicas de Rio Branco e de que maneira a formação continuada poderia contribuir para o aprimoramento de sua práxis?*

A produção dos dados, sua análise e a robustez dos resultados nos proporcionaram conhecer, em maior profundidade, os TILS que atuam nas escolas públicas estaduais no Ensino Fundamental II, seu perfil formativo e os desafios enfrentados na sua atuação profissional, muitas vezes invisíveis nos espaços de atuação.

Entre os desafios vivenciados no exercício profissional, as ações relativas ao planejamento das aulas a partir do uso de tecnologias; as dificuldades de tradução e interpretação de conteúdos específicos das diferentes áreas do conhecimento do currículo escolar; a ausência de Surdos fluentes em sua primeira língua e a falta da regulamentação do revezamento entre os TILS, prevista na legislação, gerando um enorme desgaste físico e mental, foram questões que emergiram na análise dos dados.

O exposto nos fez refletir e identificar os gargalos na formação dos TILS, sobretudo a formação inicial inadequada frente às atribuições deste profissional, que cria um verdadeiro abismo entre o perfil de formação e o de atuação, posto que, no estado do Acre, não há a oferta de curso de Bacharelado em Letras/Libras. Assim, entre as necessidades formativas dos TILS, e os sujeitos participantes, evidenciamos a necessidade premente de investimentos na formação inicial, atribuições conferidas, especialmente, a Universidade Federal do Acre e/ou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, as únicas instituições públicas que ofertam o Ensino Superior no Acre. Suprir a necessidade formativa inicial surge como um instrumento fundamental para reduzir a distância entre a demanda por TILS qualificados e a oferta de profissionais preparados para atender às necessidades dos alunos Surdos.

Em se tratando da formação continuada, os resultados nos permitem inferir que esta carece ser planejada e estruturada de forma a contemplar as necessidades dos TILS e as especificidades de cada modalidade e/ou nível de ensino, dando o suporte adequado para que os profissionais desenvolvam as habilidades necessárias para superar os desafios impostos pelo cotidiano escolar. Nesse sentido, a oferta de formação continuada deverá ser planejada com os profissionais, e não para os profissionais, a partir de uma escuta cuidadosa e generosa.

A formação continuada, quando concebida e implementada de forma a atender às demandas e necessidades expressas pelos TILS, transcende a mera aquisição de conhecimentos

técnicos e se configura como um instrumento de transformação pessoal e profissional, materializando-se na *práxis*. Esta formação, ao promover o desenvolvimento de habilidades específicas e a reflexão crítica sobre a prática, contribui para o aprimoramento do desempenho dos TILS e para a construção de uma identidade profissional sólida, qualificada e consciente.

Logo, a escuta necessita ser qualificada e propositiva. Quando um dos participantes expressa que “*os cursos não chega nem perto da realidade em sala de aula*” (*Sic*), para nós, temos a expressão máxima do descompasso da formação com as demandas da sala de aula. Assim, ajustar a formação às necessidades formativas dos TILS significa atentar-se para a realidade da sala de aula e para as demandas dela advindas, ou seja, promover a reflexão crítica sobre a prática profissional, contribuindo para a transformação do “ser TILS” e do seu trabalho, como preconizado pelo MHD, ao destacar a importância da *práxis*, ou seja, da ação humana consciente e intencional, como motor da transformação social. O exposto é um convite a repensarmos a formação dos TILS como um processo de construção de conhecimentos e habilidades que se articula com a transformação da realidade do sujeito histórico e situado, mesmo em ambiente de inúmeras contradições.

A formação continuada, nesse sentido, não se limita a preparar os TILS para o mercado de trabalho, mas visa a formação de profissionais críticos, criativos e engajados, militantes e capazes de transformar a realidade escolar e social por meio de seu trabalho. Ao investir na formação continuada dos TILS, partindo de suas necessidades, estamos investindo na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que reconhece e valoriza a diversidade linguística e cultural.

A “fala” de um dos participantes, ao afirmar que “*são muitas as necessidades formativas*”, corrobora com a necessidade de formulação e implementação de políticas de formação que atendam às demandas dos TILS e que os retirem da invisibilidade imposta por questões que, embora não tenham sido exploradas nesta pesquisa, influenciam o cotidiano escolar. A falta de reconhecimento profissional, a baixa remuneração e a ausência de valorização da profissão são apenas alguns dos fatores que, em nossa reflexão, são advindos da ausência de um estatuto de formação que priorize as necessidades formativas, que podem reforçar a invisibilidade dos TILS e precarizar suas condições de trabalho.

Os resultados da pesquisa demonstram que a superação desses desafios exige um esforço conjunto das instituições de ensino e dos órgãos responsáveis pela formação inicial e continuada dos TILS e dos próprios profissionais que devem buscar constantemente o aprimoramento de suas habilidades e conhecimentos. A formação continuada configura-se

como um investimento fundamental para garantir a qualidade da Educação Bilíngue e a inclusão dos alunos Surdos no sistema educacional.

Diante dos achados da pesquisa, podemos concluir que a formação continuada do TILS tem que ser repensada no sentido de realmente atender às necessidades formativas destes agentes promotores de inclusão, que devem ser adequadas aos níveis e modalidades presentes na realidade da escola e da sala de aula.

A formação deve envolver vocabulário específico por componente curricular, como o desenvolvimento de léxico e terminologia em Libras para as diversas áreas do conhecimento (Matemática, Ciências, História, Geografia, Língua Portuguesa, Artes etc.). Isso inclui sinais específicos, variações regionais e a criação de neologismos, quando necessário, de forma colaborativa com a comunidade surda e linguistas, incluindo discurso e gêneros textuais em Libras que envolvem a análise e tradução/interpretação de diferentes gêneros textuais utilizados em sala de aula (explicações, debates, narrativas, instruções, problemas matemáticos, textos científicos etc.), com foco nas particularidades discursivas da Libras para cada um, bem como didática e metodologia de ensino para alunos Surdos, possibilitando a compreensão das diferentes abordagens pedagógicas para o ensino de alunos surdos em cada componente curricular, considerando suas especificidades cognitivas e linguísticas.

Como alternativas de formação interdisciplinar, apontamos *workshops*, cursos ou módulos específicos sobre os conteúdos básicos e as metodologias de ensino de cada componente curricular (Matemática, Ciências etc.). O objetivo não é formar um especialista em cada área, mas fornecer o conhecimento fundamental para uma interpretação precisa e contextualizada. Além de estudos de terminologia específica, como estudo aprofundado da terminologia específica de cada disciplina em língua portuguesa e suas equivalências em Libras, incluindo a compreensão dos conceitos subjacentes a esses termos. Também apontamos a necessidade de atualização constante para o acompanhamento das novas descobertas, teorias e abordagens pedagógicas em cada área do conhecimento para garantir uma interpretação atualizada e relevante.

Nas nossas considerações, compreendemos que a pesquisa realizada é um passo na direção do aprimoramento da formação inicial e continuada, logo, ela não esgota as possibilidades de análise, pelo contrário, abre espaço para futuras pesquisas que podem e devem agregar mais conhecimento sobre a formação, a atuação e as necessidades formativas dos TILS. Todavia, pode ser considerada um ponto de partida para a formulação de políticas públicas de formação para os TILS em nosso estado, pensadas coletivamente **com** os profissionais a partir de suas necessidades e não **para** eles.

REFERÊNCIAS

- ACRE. **Lei Complementar nº 274 de 09 de janeiro de 2014**. Altera dispositivos da Lei Complementar n. 67, de 29 de junho de 1999, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Ensino Público Estadual. Disponível em: <http://www.legis.ac.gov.br/detalhar/396>. Acesso em 30 jan. 2024.
- ALMEIDA, E. B; LODI, A. C. B. Formação de intérpretes de libras – língua portuguesa: reflexões a partir de uma prática formativa. In: ALBRES, N.A.; NEVES, S.L.G. (Orgs.) **Libras em estudo: formação de profissionais**. São Paulo: FENEIS, 2014. 157 p.
- ANA, W. P. S.; LEMOS, G. C. **Metodologia científica: a pesquisa qualitativa nas visões de Lüdke e André**. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar. Mossoró, v. 4, n. 12, 2018. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1710/1669> . Acesso em: 26 jun. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo** / Laurence Bardin. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, J. D. Teoria da História. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo de Cursos Técnicos**. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cursos/curso?id=61>. Acesso em: 18 jun. 2024
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1998. Brasília, DF: 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2024
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 25 out. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.319, 01 de setembro de 2010**. **Regulamenta** a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm> Acesso em: 25 out. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 14.704 de 25 de outubro de 2023**. Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.704%2C%20DE%2025%20DE%20OUTUBRO%20DE%202023&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2012.319,Brasileira%20de%20Sinais%20\(Libras\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.704%2C%20DE%2025%20DE%20OUTUBRO%20DE%202023&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2012.319,Brasileira%20de%20Sinais%20(Libras)). Acesso em 05 nov. 2023

BRASIL. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm?text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20apoio%20%C3%A0s,P%C3%ABlico%2C%20define%20crimes%2C%20e%20d%C3%A1. Acesso em: 05 Set. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** 2014/2024. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 07. Set 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm?msclkid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab. Acesso em: 08 Set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: 14 mai. 2023.

CAMPELO, A. R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para Surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. Dossiê - Educação Bilíngue para Surdos: Política e Práticas. **Educar em Revista.** (spe-2). 2014

CAPOVILLA, C. F. Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. **Revista Brasileira de Educação Especial.** v. 6, n. 1, 2000. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v06n01/v06n01a07.pdf> Acesso em: 12 Ago. 2024.

COSTA, A. B; ZOLTOWSKI, A. **Como escrever um artigo de revisão sistemática.** Porto Alegre: Artmed, 2014.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** São Paulo: Cortez Editora, 1985.

DESLANDES, S. F: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes: Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 31. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DUARTE, A. B. S. **Releitura histórica da Educação de Surdos no Brasil: 1961-1996.** (Dissertação de Mestrado) 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21498/1/ReleituraHistoricaEducacao.pdf> Acesso em: 04 Set. 2024.

FERREIRA, D. **Estudo comparativo de currículos de cursos de formação de tradutores e intérpretes de Libras Português no contexto brasileiro** / Daiane Ferreira; orientador, Markus Johannes Weininger - Florianópolis, SC, 2015. 182 p. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/78550572.pdf>. Acesso em: 08 set. 2024

FRANÇA, S. M. C. **O tradutor-intérprete de Libras/Língua Portuguesa na Universidade Federal do Acre do Núcleo de Apoio à Inclusão: formações, identidades e características linguísticas das/nas práticas sociais** (Dissertação de Mestrado) 2023. Disponível em: <https://posletrasufac.com/dissertacoes/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

GIAMLOURENÇO, P.R.G.M. **Tradutor Intérprete de Libras: Construção da formação profissional**. 2018. 93p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

GIAMLOURENÇO, P.R.G.M.; LACERDA, C.B.F. A diáde formação-atuação do tradutor-intérprete de Libras para o contexto educacional. **Estudos Linguísticos**. (São Paulo. 1978), v. 50, n. 2, p. 653-668, jul. 2021

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GÓES, M.C.R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados sobre Pessoas com Deficiência auditiva**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/23612?detalhes=true>. Acesso em: 05 nov. 2023.

IFAC. RESOLUÇÃO CONSU/IFAC Nº 057/2017 – de 18 de dezembro de 2017. **Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Tradução e Interpretação de Libras, ofertado pelo Campus Rio Branco do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC**. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/o-ifac/ensino/cursos/campus-rio-branco/subsequente/ppc/crb-ppc-tecnico-subsequente-em-libras.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024

IFAC. PORTARIA Nº 76 de 07 de fevereiro de 2017. Autoriza a criação e o funcionamento dos seguintes Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes. Acre. 2017. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/o-ifac/ensino/cursos/campus-rio-branco/subsequente/resolucao-criacao-do-curso/CRIAOLibras.pdf>. Acesso em: 15 Jan 2025

KUENZER, Acácia. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: Saviani D.; Sanfelice, J. L.; Lombardi, J. C. (Org). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3º ed. Campinas: Autores Associados, 2005. P. 77-96.

LACERDA, C.B.F. A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico. **Reunião anual da ANPED**, 23, 2000, Caxambú. Anais. Caxambú: ANPED, 2000. Disponível em: Acesso em: 2000.

_____. A escola inclusiva para Surdos: a situação singular do intérprete de língua de sinais. **Contrapontos** (UNIVALI), Itajaí, v. 5, n.3, p. 353-367, 2005. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt15/t151.pdf>

_____. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação**, v.36, p.133-153, 2010.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017 Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7237618/mod_resource/content/1/Marina%20Marconi%20Eva%20Lakatos_Fundamentos%20de%20metodologia%20cient%C3%ADfica.pdf . Acesso em 25 jun. 2024.

- MARQUES, R da S. **O profissional Tradutor e Intérprete de Libras Educacional:** desafios da política de formação profissional. (Dissertação de Mestrado). 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/229670/MARQUES%20Rog%c3%a9rio%20da%20Silva%202017%20%28Disserta%c3%a7%c3%a3o%29%20UFU.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 Ago. 2024
- MARTINS, V. R. DE O. Implicações e conquistas da atuação do intérprete de língua de sinais no Ensino Superior. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 158, 13 nov. 2008.
- MARX, K. **O Capital:** crítica a economia política. 2.ed. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- NASCIMENTO, M. V. B. **Tradutor Intérprete de Libras/Português:** formação política e a política de formação. Libras em estudo: tradução/interpretação, p. 57 a 71. Disponível em: <https://febrapils.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Libras-em-estudo-traducacao-interpretacao.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024
- _____. **Formação de intérpretes de Libras e Língua Portuguesa:** encontros de sujeitos, discursos e saberes. (Tese de Doutorado). São Paulo. 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19562/2/Marcus%20Vin%C3%ADcius%20Batista%20Nascimento.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. Trabalho, sociedade e valor. In: **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. p. 29-53.
- QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2005.
- QUADROS, R. M.; PERLIN, G. **Estudos Surdos II.** Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. Disponível em: <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Estudos-Surdos-II.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- RODRIGUES, C. S; VALENTE, F. **Intérprete de Libras.** Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2011. Disponível em: LIVRO_interprete_de_libras.pdf (arquivostp.s3.amazonaws.com). Acesso em: 8 abr. 2023.
- SANTOS, I. L. dos.; GRILLO, J. P.; DUTRA, P. A. A.; Intérprete educacional: teoria versus prática. In: **Revista da Feneis**, nº 41, set-nov, 2010. p. 26-30. Disponível em: https://issuu.com/feneisbr/docs/revista_feneis_41. Acesso em: 14 fev. 2024.
- SARCKS, O. **Vendo Vozes:** Uma viagem ao mundo dos Surdos. 1989, p. 13. Disponível em: <https://pt-static.z-dn.net/files/d56/6e1513a270c24664a1eeffdcc356a49d.pdf>. Acesso 11 set. 2024.
- SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkKpghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 mai. 2023.
- UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Prolibras.** Disponível em: <http://www.prolibras.ufsc.br/edicoes-antiores/>. Acesso em: 13 Ago. 2024.
- UNICEF. **Declaração Mundial sobre a Educação para Todos.** Declaração de Jomtien. 1990. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 21 ago. 2024.

VYGOTSKY, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Trabalho original publicado em 1934)

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005

Sites:

<https://www.acheconcursos.com.br/imagens/anexo/47758/edital-see-ac-2023.pdf>

https://www.ifac.edu.br/o-ifac/ensino/cursos/campus-rio-branco/subsequente/copy3_of_tecnico-integrado-em-edificacoes (Apesar de o link informar que o curso é o Técnico Integrado de Edificações, no acesso está correto, levando à página do Curso Técnico de Tradução e Interpretação da Libras).

Apêndice A – Questionário para a produção de dados

Questionário para a produção de dados da pesquisa realizada no âmbito do Mestrado em Educação/UFAC intitulada: O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS: NECESSIDADES FORMATIVAS E PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO E DE ATUAÇÃO EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - ACRE

PERFIL DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

DIMENSÃO I – PERFIL DO TILS

QUEM É O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL?

1.FAIXA ETÁRIA

- ☐ 20 a 30 anos
- ☐ 31 a 40 anos
- ☐ 41 a 50 anos
- ☐ acima de 50 anos

2. SEXO

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

3. ESCOLARIDADE

- ☐ Nível Médio
- ☐ Nível Superior

4. TEMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL COMO TILS

- ☐ 1 a 3 anos
- ☐ 4 a 6 anos
- ☐ 7 a 10 anos
- ☐ 11 a 15 anos
- ☐ mais de 15 anos

5. REGIME/CONTRATO DE TRABALHO

- ☐ Servidor efetivo
- ☐ Servidor temporário

DIMENSÃO II – FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

6. QUAL A SUA MODALIDADE DE FORMAÇÃO INICIAL?

- ☐ Licenciatura
- ☐ Bacharelado
- ☐ Técnico

- ☐ Tecnólogo
- ☐ Complementação pedagógica
- ☐ Tenho só o Ensino Médio

7. QUAL (IS) CURSO (S) VOCÊ SE FORMOU?

Resposta _____

8. NO PROCESSO DE FORMAÇÃO INICIAL, PARA DESENVOLVER SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO TILS, VOCÊ RECEBEU?

- ☐ Formação para a produção de recursos didáticos adequados a alunos Surdos.
- ☐ Formação para o uso de diferentes metodologias de ensino para o aluno Surdo.
- ☐ Formação para intervir no processo de ensino-aprendizagem de Surdos.
- ☐ Formação para o planejamento de atividades a serem utilizadas na sala de aula com alunos Surdos.
- ☐ Não recebi formação inicial, específica, para atuar como TILS.
- ☐ Recebi, parcialmente, formação para atuar como TILS.

9. VOCÊ CONSIDERA IMPRESCINDÍVEL A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAR COMO TILS?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Em parte

10. EM 2024, VOCÊ PARTICIPOU, OU PARTICIPA, DE ALGUM CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA DA SURDEZ?

- ☐ Sim
- ☐ Não

11. SE VOCÊ RESPONDEU "SIM" NA QUESTÃO ANTERIOR, ONDE REALIZOU/REALIZA A FORMAÇÃO CONTINUADA?

- ☐ Em cursos ofertados pelo CAS – AC.
- ☐ Em cursos livres na modalidade EaD.
- ☐ Faço onde aparece a oportunidade, independentemente da instituição e/ou modalidade.

12. DE QUAL MODALIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA VOCÊ PARTICIPOU?

- ☐ Especialização *Latu Sensu* (Carga horária mínima de 360 horas).
- ☐ *Stricto Sensu* (Mestrado/Doutorado).
- ☐ Capacitação (Carga horária livre).
- ☐ Aperfeiçoamento (Carga horária de 180 horas).
- ☐ Não participei/nem participo de formação continuada em 2024.
- ☐ Outra.

13. SE VOCÊ RESPONDEU "OUTRA" NA QUESTÃO ANTERIOR, ESCREVA QUAL (IS).

Resposta _____

14. NAS FORMAÇÕES CONTINUADAS DE 2024, VOCÊ RECEBE/RECEBEU FORMAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA ATUAR COMO TILS?

- ☐ Sim
- ☐ Não

15. DENTRO DO CONTEXTO FORMATIVO, VOCÊ CONSEGUE ENTENDER/COMPREENDER/RECONHECER QUE É UM SUJEITO POLÍTICO QUANDO ESTÁ ATUANDO EM SALA DE AULA, E NÃO SOMENTE UM TRADUTOR-INTÉRPRETE?

- ☐ Sim, sou um sujeito de ação, ativo e crítico.
- ☐ Não, tenho que cumprir com a minha função e traduzir e interpretar o que o professor da disciplina trabalha.
- ☐ Às vezes, consigo ter essa perspectiva.

DIMENSÃO III – DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E NECESSIDADES FORMATIVAS FORMAÇÃO

16. NO SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, VOCÊ TEVE EXPERIÊNCIA COM PESSOAS SURDAS ANTES DE SER TILS?

- ☐ Sim
- ☐ Não

17. NO SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, VOCÊ ATUOU/ATUA COMO PROFESSOR DE SALA DE AULA?

- ☐ Sim
- ☐ Não

18. COMO VOCÊ SE PREPARA PARA A INTERPRETAÇÃO DE CONTEÚDOS DE ÁREAS DIVERSAS (ASSINALE QUANTAS ALTERNATIVAS CONSIDERAR IMPORTANTE)

- ☐ Planejo as aulas em conjunto com os professores das disciplinas das diferentes áreas.
- ☐ Planejo sozinho, utilizando o livro didático e materiais referentes às aulas que são disponibilizados pela escola.
- ☐ Planejo com outro(s) TILS, utilizando o livro didático/ou materiais referentes às aulas que são disponibilizados pela escola.
- ☐ Busco ajuda de colegas que já trabalharam na mesma turma em que irei atuar ou estou atuando.
- ☐ Planejo a partir do uso de recursos tecnológicos (internet, glossários de Libras, vídeos no YouTube).
- ☐ Estudo o material previamente, tirando possíveis dúvidas, utilizando estratégias que auxiliem no momento da interpretação.
- ☐ Não me preparo antecipadamente porque são diferentes disciplinas e conteúdos.
- ☐ Outras formas.

19. SE VOCÊ ASSINALOU "OUTRAS FORMAS" NA PERGUNTA ANTERIOR, ESPECIFIQUE QUAL/QUAIS

Resposta _____

20. NO SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, VOCÊ TEM, OU TEVE, ALGUMA DIFICULDADE NA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE ALGUM CONTEÚDO ESPECÍFICO? EX: O PROFESSOR NÃO ESTAVA CONSEGUINDO

REPASSAR O CONTEÚDO, OU O SURDO NÃO ENTENDIA O CONTEÚDO INTERPRETADO?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Sim, muitas vezes
- ☐ Sim, poucas vezes

21. SE RESPONDEU "SIM" OU "SIM, MUITAS VEZES" À PERGUNTA ANTERIOR, COMO VOCÊ SUPERA/RESOLVE A(AS) DIFICULDADE(S)?

- ☐ Planejo minha interpretação antecipadamente.
- ☐ Estou sempre em diálogo com meus pares linguísticos.
- ☐ Após minha interpretação, procuro estar avaliando minhas necessidades, seja no domínio do conteúdo, seja da Libras.
- ☐ Estou sempre em contato com os professores, buscando a melhor forma de trabalhar o conteúdo.
- ☐ Procuro criar um ambiente de interpretação sem distrações para o aluno Surdo.
- ☐ Produzo meus próprios materiais didáticos.
- ☐ Faço o uso do quadro branco para melhor exemplificar os conteúdos para os alunos Surdos.
- ☐ Disponibilizo um tempo no meu dia a dia para avaliar minha atuação e, assim, poder tomar novas decisões com relação a minha atuação.
- ☐ Quando o meu aluno Surdo não tem domínio de Libras, eu faço uso de Libras, gestos e fala ao mesmo tempo.
- ☐ Nenhuma das alternativas me contemplam.

22. ASSINALE AS ALTERNATIVAS QUE MELHOR CARACTERIZAM SUAS DIFICULDADES NA SUA ATUAÇÃO COMO TILS

- ☐ Tenho dificuldade nas áreas de Exatas.
- ☐ Tenho dificuldade com a área de Ciências Humanas.
- ☐ Tenho dificuldade com a área de Ciências da Natureza.
- ☐ Tenho dificuldade com os termos específicos utilizados pelos professores no momento das aulas.
- ☐ Tenho dificuldade com a localização do Surdo na sala de aula
- ☐ Tenho dificuldade com o acesso prévio ao material das aulas.
- ☐ Tenho dificuldade na utilização dos materiais didáticos.
- ☐ Tenho dificuldade na produção dos materiais didáticos para as aulas.
- ☐ Tenho dificuldade por não haver revezamento, ou um intérprete de apoio na sala de aula.
- ☐ Tenho dificuldade com a equipe gestora da escola por não compreender a atuação do intérprete na escola.
- ☐ Tenho dificuldades na interação com os demais servidores da escola.
- ☐ A escola e a comunidade não reconhecem, ou tem dificuldade de reconhecer a função social do TILS.
- ☐ A ausência do planejamento com os diferentes professores intensificam e precarizam meu trabalho como TILS.
- ☐ Me sinto despreparado(a), ou com lacunas formativas para exercer minhas funções no interior da sala de aula.

23. COMO VOCÊ CARACTERIZA A FLUÊNCIA DE LIBRAS DO(S) ALUNO(S) SURDO(S) NA TURMA QUE VOCÊ ATUA COMO TILS?

- ☐ Domínio básico
- ☐ Domínio intermediário

☐ Domínio avançado

24. COMO VOCÊ SE SENTE NO SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL?

- ☐ Satisfeito
- ☐ Insatisfeito
- ☐ Confuso
- ☐ Seguro
- ☐ Inseguro
- ☐ Preparado
- ☐ Pouco preparado
- ☐ Com muitas necessidades formativas
- ☐ Com poucas necessidades formativas

25. CONSIDERANDO OS ITENS MARCADOS NA QUESTÃO ANTERIOR, QUAIS FATORES CONTRIBUEM PARA VOCÊ SENTIR DESSA FORMA?

Resposta _____

26. QUAL O SEU POSICIONAMENTO FRENTE À EXIGÊNCIA DE QUE O TILS TENHA QUE SINALIZAR DISCIPLINAS DE TODAS AS ÁREAS DO CURRÍCULO?

- ☐ Não concordo, isso compromete a qualidade da formação dos alunos Surdos.
- ☐ Concordo, pois considero que é possível desenvolver o meu trabalho a contento.

27. CONSIDERANDO AS QUESTÕES RELATIVAS À INCLUSÃO E O TRABALHO QUE VOCÊ REALIZA NO INTERIOR DA SALA DE AULA, COMO VOCÊ AVALIA SUA ATUAÇÃO?

- ☐ Importante e produz inclusão.
- ☐ Importante, mas produz parcialmente a inclusão.
- ☐ Não produz inclusão.
- ☐ Contribuo para o fortalecimento da Libras.
- ☐ Trabalho com afinco, mas condições ainda não são satisfatórias.
- ☐ A proposta de trabalho é excelente e vejo que tenho resultado satisfatório.

28. O QUE VOCÊ PRECISA PARA DESENVOLVER MELHOR SEU TRABALHO COMO TILS?

- ☐ Formação Continuada periódica.
- ☐ Planejamento por área com os professores das diferentes disciplinas.
- ☐ Maior apoio pedagógico da equipe gestora.
- ☐ Participar dos encontros de planejamento escolar.
- ☐ Formação na área das Tecnologias Educacionais voltadas para a atuação do TILS.
- ☐ Outros.

29. QUE NECESSIDADES FORMATIVAS SÃO PRIORITÁRIAS NO SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL? MARQUE QUANTAS OPÇÕES DESEJAR.

- ☐ Curso de formação específica para atuar na área educacional.
- ☐ Formação continuada adequada às necessidades dos TILS.
- ☐ Formação para o uso das tecnologias educacionais.
- ☐ Formação em nível de aperfeiçoamento para as disciplinas de exatas, humanas e ciências da natureza específica dessa área.
- ☐ Outra(s).

30. SE VOCÊ RESPONDEU "OUTRA(S)" NA QUESTÃO ANTERIOR, ESPECIFIQUE.

Resposta_____

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1. Convite para participar da pesquisa

Convidamos você para participar da pesquisa **O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS: NECESSIDADES FORMATIVAS E PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO E DE ATUAÇÃO EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - ACRE**, que tem como pesquisadora responsável Cristiane da Penha Nascimento Nogueira, que pode ser contatado por meio do telefone (68) 99946-2289. Solicitamos que você leia com atenção este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e peça todos os esclarecimentos para sanar suas dúvidas sobre a pesquisa e sobre a sua participação. Se você se sentir esclarecido e aceitar o convite para participar da pesquisa, solicitamos que assine a última página e rubrique as demais páginas das duas vias deste Termo.

2. Informações sobre a pesquisa

A presente pesquisa tem por objetivo identificar as necessidades formativas dos tradutores intérpretes de língua de sinais no processo de ensino-aprendizagem com alunos Surdos no Ensino Fundamental II em escolas públicas no município de Rio Branco, Acre, apontando alternativas formativas para a melhoria da atuação, descrevendo as necessidades formativas apresentadas pelos TILS no processo de ensino-aprendizagem dos alunos Surdos e propondo alternativas para a formação continuada dos TILS. A mesma se justifica pela necessidade de investigar mais a respeito da formação do TILS, em específico do tradutor e intérprete de Libras que atua em sala de aula, entendendo que a área educacional é ampla e tem necessidades diferenciadas dos outros contextos aos quais estes profissionais podem atuar. Nesse sentido, é necessário ter um olhar para a formação continuada dos tradutores intérpretes de língua de sinais que atuam na Educação Básica, em específico nas séries finais do Ensino Fundamental II, pois os mesmos têm um papel importantíssimo na formação acadêmica do aluno Surdo, o que impactará na sequência de seus estudos no Ensino Superior. Por esta razão, é imperioso conhecer e aprofundar os estudos acerca deste tema, visto que o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos é caracterizado pelas suas singularidades, que exigem uma educação diferenciada e inclusiva. O recorte temporal escolhido nesta pesquisa (2024) justifica-se pela necessidade de investigar quais necessidades ou implicações à formação inicial e continuada do TILS tem sobre a sua atuação em sala de aula. Dentro da pesquisa que será desenvolvida, buscaremos compreender qual a formação este profissional alcançou, de qual

forma o mesmo está enquadrado no Plano de Cargos Carreiras e Remunerações (PCCR), qual a frequência de oferta de formação específica/inicial há disponível no município de Rio Branco e qual a oferta de formação continuada para que estes profissionais possam ter seu desenvolvimento profissional. Assim, para assegurar que tenhamos uma pesquisa que traga possíveis respostas, nos serviremos de um questionário de pesquisa para identificar qual o perfil profissional do TILS. Os procedimentos de análise dos dados são por meio de elaboração de questionário semiestruturado, aplicados a dez TILS que atuam em sala de aula no município de Rio Branco.

2.1 A sua participação é voluntária e consiste em responder ao questionário produzido pelas pesquisadoras que tem o total de 30 questões, que, na testagem feita pela pesquisadora, registrou o tempo médio de oito minutos para registrar as respostas.

2.2 A população-alvo é constituída por dez TILS que atuam na Educação Básica em escolas públicas no município de Rio Branco, especificamente nas séries finais do Ensino Fundamental II e que atendam a alunos Surdos no período de recorte desta pesquisa, 2024. Os dados coletados serão coletados a partir de um questionário com perguntas semiestruturadas, que será aplicado via *Google Forms*, individualmente, sem a presença da pesquisadora. Reforçamos que estes dados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa e os seus resultados poderão ser publicados em revistas e/ou eventos científicos.

2.3 Os critérios de inclusão da população-alvo são: ser TILS atuando nas séries finais do Ensino Fundamental II; estar lotado em escola pública da Educação Básica estadual em Rio Branco, Acre, e ser tradutor e intérprete de Libras de um aluno(a) Surdo(a). São critérios de exclusão: ser professor bilíngue na rede municipal de ensino, e não ser usuário da Libras, tanto o surdo, quanto o tradutor intérprete de Libras;.

3. Esclarecimentos sobre riscos, benefícios, providências e cautelas e formas de acompanhamento e assistência

3.1 Esclarecemos que a sua participação na pesquisa poderá lhe causar desconfortos e riscos, tais como de natureza social e psicológica, do tipo constrangimento, exposição da imagem profissional (identificação pública ou indevida dos participantes), perda de confiabilidade dos dados e registro equivocado de informações mediante realização e o manuseio dos dados do questionário de pesquisa.

- a- Um risco leve de ordem moral que pode ocorrer durante a pesquisa é o constrangimento e a exposição da imagem profissional, considerando que os indivíduos responderão ao questionário poderão expor algumas práticas da sua profissão. Portanto, para minimizar este risco, a pesquisadora envolvida se

comprometerá a não registrar os e-mails dos participantes, de forma obrigatória. Ademais, com o objetivo de evitar a exposição de imagem profissional, a identidade dos participantes não será revelada, portanto, seus nomes serão representados por letras em todos os registros. Importante mencionar que os registros e dados coletados por meio desta pesquisa ficarão armazenado em computador por um período de cinco anos.

- b- Dependendo do modo como fizermos o registro das instituições e dos TILS participantes e do modo como os identificamos e os relacionamos às concepções e práticas que assumem, poderemos causar danos a sua imagem pessoal e profissional, sendo este um risco moral moderado. Para evitarmos este risco, seu nome será substituído por letras e números em todos os registros feitos pelos pesquisadores e em cada arquivo armazenado em computadores.
- c- Um risco grave de ordem social pode ocorrer é a perda de confiabilidade dos dados, devido aos dados coletados e às informações das instituições e dos TILS participantes que serão armazenados em computadores. Isso pode lhe causar também, exposição indevida. Para evitar os riscos ligados à perda de confiabilidade dos dados, todo o material coletado será arquivado nos computadores da pesquisadora principal, e todos os arquivos serão protegidos por senha e guardados pelo período de cinco anos.
- d- Um risco em potencial que envolve a esfera social é a perda de confiabilidade dos dados e o registro equivocado de informações via questionário. Considerando que as informações fornecidas pelos participantes, há o risco moderado de exposição indevida dos participantes, uma vez que o questionário via e-mail ou via WhatsApp pode ser acessado por sujeitos não envolvidos no projeto, tanto no equipamento da pesquisadora, quanto do participante. Há o mesmo risco moderado pelo fato de os resultados estarem armazenados no equipamento da pesquisadora, que devem ser guardados por cinco anos.
- e- No período do tratamento dos dados, os TILS serão nominados como TILS 1, TILS 2/B e assim seguindo a ordem numérica até esgotar-se a quantidade de participantes. Os dados coletados através do instrumento desta pesquisa (questionário semiestruturado) ficarão armazenados em *drive* da plataforma Google por período de 5 anos.
- f- Outra questão que pode representar um risco moderado de dimensão social envolvendo os participantes voluntários desta pesquisa se relaciona, de forma direta, a possíveis interferências na rotina diária do participante, tendo em vista

que precisará reservar um percentual de seu tempo, oito minutos, para responderem ao questionário. Para atenuar este risco, o questionário aplicado aos participantes será respondido de forma on-line por *link* do *Google Forms* enviados via *WhatsApp* ou *e-mail* através de seu aparelho pessoal que possua conectividade com a rede de internet para que o participante escolha o horário e local que lhe forem mais convenientes dentro de sua rotina.

- g- É importante ressaltar que certas perguntas ou assuntos podem desencadear traumas ou emoções negativas para alguns participantes no âmbito psicológico, o que representa um risco moderado. Neste cenário, os participantes serão informados de que têm a opção de pular as questões do questionário a qualquer momento, principalmente as de caráter subjetivo. Com o objetivo de minimizar o risco envolvido, caso algum desconforto de ordem emocional/psicológica seja mencionado pelos voluntários, o/a pesquisador/a os orientará a buscar atendimento gratuito nos locais que oferecem esse tipo de assistência à comunidade, ou o atendimento do curso de psicologia da UFAC.

4. Esclarecemos que, durante a realização da pesquisa, você será acompanhado e assistido pela pesquisadora, que deverá ser informada sobre a necessidade de assistência psicológica, ou de custos referente à participação na pesquisa e que, após o encerramento e/ou interrupção da pesquisa, você continuará a ser acompanhado, tendo o direito a todos benefícios da pesquisa que lhe couber.

Garantias para os participantes da pesquisa

4.1 Você é livre para participar ou não da pesquisa. Se concordar em participar, você poderá retirar seu consentimento a qualquer tempo, sem sofrer nenhuma penalidade por causa da sua recusa, ou desistência de participação.

4.2 Será mantido o sigilo absoluto sobre a sua identidade, e a sua privacidade será preservada durante e após o término da pesquisa.

4.3 Você não receberá pagamento e nem terá de pagar pela sua participação na pesquisa. Se houver alguma despesa decorrente de sua participação, você será ressarcido pelo pesquisador responsável.

4.4 Caso a pesquisa lhe cause algum dano, explicitado ou não nos seus riscos, ou ocorridos em razão de sua participação, você será indenizado nos termos da legislação brasileira.

4.5 Após assinado por você e pelo pesquisador responsável, você receberá uma via deste TCLE.

4.6 A qualquer tempo, você poderá solicitar outras informações sobre esta pesquisa e os seus procedimentos, para o seu pleno esclarecimento antes, durante e após o término da sua participação.

4.7 A presente pesquisa trará como principal benefício a identificação das necessidades formativas dos TILS, buscando contribuir com o processo de formulação e desenvolvimento de políticas públicas focadas na formação continuada destes profissionais aprimorando o trabalho na sala de aula. Espera-se também contribuir com a reflexão acerca da formação inicial e da necessidade de se ter no Acre o Bacharelado em Letras/Libras na Universidade Federal do Acre, única universidade pública existente no estado.

4.8 Para os participantes, os benefícios são a possibilidade de conhecer mais profundamente quais são as necessidades formativas que o grupo pesquisado tem para o seu desenvolvimento profissional e expressar isso de forma científica.

Estas informações e esclarecimentos poderão ser solicitados ao pesquisador responsável, Cristiane da Penha Nascimento Nogueira, pelo telefone (68) 99946-2289 e pelo e-mail cristiane.nogueira@ifac.edu.br Você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) para solicitar todos e quaisquer esclarecimentos sobre a pesquisa, de segunda a sexta feira, no horário de expediente. O CEP-IFAC funciona na sede da Reitoria/IFAC, que fica localizada na Via Chico Mendes, 3084, Bairro Areal Cep. 69.906-320, Rio Branco, Acre. Você poderá ainda entrar em contato com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP pelo telefone (61) 3315-5877 ou pelo e-mail conep@saude.gov.br, para solicitar esclarecimentos e sanar dúvidas sobre a pesquisa, ou mesmo para denunciar o não cumprimento dos deveres éticos e legais pelo pesquisador responsável na realização da pesquisa.

5. Declaração do pesquisador responsável

Eu, Cristiane da Penha Nascimento Nogueira, RG 307099, CPF 618.55.112 – 68, declaro cumprir todas as exigências éticas contidas nos itens IV. 3 e IV da Resolução CNS nº 466/2012, durante e após a realização da pesquisa.

6. Consentimento do participante da pesquisa

Eu, _____,
RG nº _____, CPF Nº _____, declaro ter sido plenamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e seus procedimentos apresentados neste TCLE e consinto, de forma livre, com a minha participação.

Rio Branco-Acre, _____ de _____ 2025.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável